



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Marinete Rodrigues da Silva

Tu e você na variedade rio-branquense:
Um caso de variação ou de escolha funcional?

São José do Rio Preto
2019

Marinete Rodrigues da Silva

Tu e você na variedade rio-branquense:

Um caso de variação ou de escolha funcional?

Tese apresentada, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística), junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Orientador: Prof^o. Dr. Roberto Gomes Camacho

São José do Rio Preto
2019

S586t

Silva, Marinete Rodrigues da

Tu e você na variedade rio-branquense : Um caso de variação ou de escolha funcional? / Marinete Rodrigues da Silva. -- São José do Rio Preto, 2019

178 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

Orientador: Roberto Gomes Camacho

1. Análise linguística (Linguística). 2. Sociolinguística. 3. Funcionalismo. 4. Pronomes. 5. Referência. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Marinete Rodrigues da Silva

Tu e você na variedade rio-branquense:

Um caso de variação ou de escolha funcional?

Tese apresentada, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientador

Profa. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
USP – Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Lauro Maia Amorin
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
20 de fevereiro de 2019

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marliz Rodrigues da Silva e João Vieira da Silva, por me ensinarem, desde muito cedo, o valor do conhecimento.

Aos meus mestres, Roberto Gomes Camacho, Vicente Cruz Cerqueira e Henrique Silvestre Soares, pelos conhecimentos repassados ao longo de minha jornada como pesquisadora, que me permitiram construir minha identidade profissional.

A meu orientador Roberto Gomes Camacho, por todos os conhecimentos passados e as experiências proporcionadas durante este processo de doutoramento; pela dedicação e paciência nos momentos de orientação e por todas as cobranças feitas, pois foram elas que me levaram à conclusão deste processo.

Ao IBILCE e à UFAC por firmarem parceria e oportunizarem a concretização de um projeto de vida e institucional.

A equipe de professores da Universidade Federal do Acre, Maria das Graças Reis, Maria José Moraes, Cleide Vilanova Hannish e Rodrigo Nascimento Queirós, que não pouparam esforços para a concretização desse Projeto Interinstitucional de Doutorado- DINTER- UNESP/UFAC.

A todos os membros minha família, por terem ficado ao meu lado nessa caminhada, em especial meu marido, Richarly Nascimento de Melo, que suportou em silêncio os momentos de ausência e a minha irmã, Catiana Rodrigues da Silva, por ter cuidado do meu filho durante minha ausência.

Aos meus colegas de doutorado, Sérgio da Siva Santos, Valéria Barbosa Ferreira Silvestre, Ceildes da Silva Pereira, Aline Suelem Santos, Edilene da Silva Ferreira, Raimundo Ibernson Chaves da Silva, Eduardo de Araújo Carneiro, por todo apoio, dedicação e cuidado comigo.

Aos meus mestres de doutorado por todos os conhecimentos passados.

À professora Fabiana Cristina Komesu pelo apoio carinhoso e pelas palavras afetivas de estímulo.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e conclusão desta tese.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, à qual agradeço.

RESUMO

Os estudos na perspectiva variacionista têm mostrado que não mais se observa a alternância *tu/você* em todas as variedades do Português Brasileiro (PB). Segundo Menon (1994), nos dados do NURC-SP, apenas a forma *você* faz parte do sistema pronominal, e o mesmo se aplica ao falar de Belo Horizonte (RAMOS, 1997) e à cidade de Curitiba (cf. LOREGIAN, 1996). Menon (2002) questiona a conclusão de que *você* já teria substituído cabalmente *tu* na maior parte do Brasil, e também, a aceitação simples de que *tu* e *você* constituem uma variável no PB, já que em algumas variedades somente ocorre uma das formas. Esse quadro justificou plenamente nossa proposta de realizar um estudo dos pronomes *tu* e *você* no falar acreano de Rio Branco, com o objetivo específico de verificar se o fenômeno investigado é um caso de variação ou de escolha funcional. Pretende-se verificar ainda se o fenômeno variável investigado - a alternância entre *tu* e *você* - com a migração possível de *tu* e somente depois de *você* é motivada por falantes de dialetos nordestinos, especialmente cearenses, que acorreram em massa ao Acre durante o período áureo de exploração da borracha (TOCANTINS, 2001). O *corpus* utilizado é o banco de dados do Projeto “Estudo da Fala Urbana de Rio Branco Acre”, composto por entrevistas da fala natural, com base no módulo “experiências pessoais”, que foram coletadas entre 1998 e 2011. A análise dos dados partiu dos pressupostos funcionalistas de Hengeveld e Mackenzie (2008), Dik (1989), Givón (1993) e Neves (1997) e dos pressupostos teóricos da sociolinguística variacionista, especialmente Labov (2008[1972]), e Guy e Zilles (2007), incluindo a metodologia do processamento quantitativo. Os resultados obtidos permitem afirmar que o pronome *você* é usado pelos rio-branquenses com maior frequência que o pronome *tu* indiferentemente se a referência for determinada ou indeterminada e que o uso de *tu*, também fortemente presente na comunidade rio-branquense, quando se realiza não ativa concordância de pessoa no verbo. Isso nos leva a concluir que a variedade falada em Rio Branco é do tipo **você/tu sem concordância** (SCHERRE et al., 2015). Na variedade rio-branquense usam-se os pronomes *tu* e *você* tanto para referenciar uma entidade única, representada como segunda pessoa do discurso, quanto para referenciar um conjunto de entidades tomadas como genéricas. Esses resultados indicam que a alternância entre *tu* e *você* é, ao mesmo tempo, uma variável no sentido clássico do termo, e também uma variável dependente de uma escolha funcional. Se os pais dos informantes representarem já a terceira geração de descendentes de migrantes nordestinos, é possível confirmar, muito hipoteticamente, que essa influência acreana sinalize, na realidade, a origem nordestina mais antiga dos pais, mas que, mais tardiamente já tende para a escolha de *você*. Há, inclusive, indícios de que a forma inovadora *você* seja também a de maior grau de prestígio, por ter seu uso favorecido pelos informantes com grau mais elevado de escolaridade. Além disso, com a aplicação da análise subjetiva observou-se que se usa *tu* em contextos mais íntimos e informais e *você*, em contextos formais, que denotam relações de poder e deferência.

PALAVRAS-CHAVE: PRONOMES PESSOAIS. REFERÊNCIA DETERMINADA. REFERÊNCIA INDETERMINADA.

ABSTRACT

The studies in a variationist viewpoint have indicated that the alternation between *tu/você* has been no longer found in all varieties of Brazilian Portuguese. According to Menon (1994), in the NURC – SP database only the form *você* takes part of the pronominal system and the same is also applied to the speech of Belo Horizonte (RAMOS, 1997) and Curitiba (cf. LOREGIAN, 1996). Menon (2002) questions the conclusion that *você* would have fully replaced *tu* in most parts of Brazil; she also refuses the plain recognition that *tu* and *você* constitute a true variable in Brazilian Portuguese, since some varieties are provided with only one of these two forms while other are provided with both of them. This general picture fully justifies our proposal to carry out a research about pronouns *tu* and *você* in the acreean speech of Rio Branco, focusing more specifically whether the phenomenon investigated represents a case of variation or functional choice. Furthermore, our proposal is to verify whether there would have been a possible early migration of *tu*, followed lately by *você* motivated by speakers of Northeastern dialects, especially from Ceará state that migrated massively to Acre state during the golden period of rubber exploration (TOCANTINS, 2001). The *corpus* used is the database of the project “Research of Urban Speech from Rio Branco – Acre” composed by interviews of ordinary speaking in the module of “personal experiences” collected between 1998 and 2011. The analysis was based on the functional assumptions of Hengeveld and Mackenzie (2008), Dik (1989), Givón (1993) and Neves (1997), also on the theoretical framework of variationist sociolinguistics, especially Labov (2008[1972]) and Guy; Zilles (2007) including the quantitative methodology of data processing. The results allow arguing that the pronoun *você* is used by Rio Branco speakers in a higher rate than the pronoun *tu* no matter whether the reference is determined or undetermined and the use of *tu* which is also strongly present in the Rio Branco speech when used does not activate the standard subject-verb agreement. This leads us to conclude that Rio Branco variety is the type ***você/tu with non agreement*** (SCHERRE et al, 2005). Rio Branco speakers use the pronouns *tu* and *você* to make reference both to a single entity represented as the second person and to make reference to an undetermined group of entities taken as generic. These results indicate that the alternation *tu* and *você* is at the same time a variable in the classical sense of the term and also a variable dependent from a functional choice. If the parents of the informants represent the third generation of descendants of Northeastern migrants, it is possible to confirm, very hypothetically, that this acreean influence points to, in reality, the oldest northeastern origin of the parents, but that, more lately tends already to the choice of *you*. There are even some evidence that the innovative form *you* is also the highest prestigious one justly because of having its use favored by informants with higher degree of education. In addition, the application of a subjective avaliaton analysis, showed that *tu* is used in more intimate and informal contexts and *você*, in more formal contexts, denoting relations of power and deference.

KEYWORDS: PERSONAL PRONOUNS. DETERMINED REFERENCE. UNDETERMINED REFERENCE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Médias de usos das formas pronominais <i>tu</i> e <i>você</i> em Rio Branco, conforme Costa (2013) e Silva (2019).....	105
Gráfico 2- Médias de usos das formas pronominais <i>tu</i> e <i>você</i> na região nordeste .	106
Gráfico 3- Média das notas atribuídas para “inteligente”	144
Gráfico 4- Média das notas atribuídas a “competente”	145
Gráfico 5- Média das notas atribuídas a “rico”	145
Gráfico 6- Média das notas atribuídas para “honesto”	146
Gráfico 7- Média das notas atribuídas para “simpático”	147
Gráfico 8- Média das notas atribuídas para “boa pessoa”	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Mudança dos grupos consonantais	34
Quadro 2- Estratificação da amostra examinada.....	85
Quadro 3- Relação entre formas de referência à segunda pessoa e domínios interpessoais.....	130
Quadro 4- Ficha de avaliação do teste de atitudes	139
Quadro 5- Ficha de avaliação do teste de crenças	140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Uso dos pronomes pessoais <i>tu</i> e <i>você</i> na região norte do Brasil	68
Figura 2- Uso dos pronomes pessoais <i>tu</i> e <i>você</i> na região nordeste do Brasil	68
Figura 3- Mapa do estado do Acre	76
Figura 4- Aspecto urbano da cidade de Rio Branco: de 1882 e1920.....	81
Figura 5- Aspecto urbano da cidade de Rio Branco em 2017	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quadro de pronomes pessoais do caso reto e oblíquo.....	55
Tabela 2- Indicadores da 1ª pessoa no português brasileiro	59
Tabela 3- Indicadores da 2ª pessoa no português brasileiro	59
Tabela 4- Distribuição dos valores relativos, absolutos e pesos da variante <i>tu</i>	69
Tabela 5- Valor de explicitação do pronome para o uso da variante <i>tu</i>	70
Tabela 6- Distribuição dos valores relativos, absoluto e peso do grupo escolaridade	71
Tabela 7- Distribuição dos valores relativos, absoluto e peso do grupo gênero	71
Tabela 8- Distribuição dos valores relativos, absoluto e peso do grupo faixa etária	71
Tabela 9- Frequências e médias percentuais das formas pronominais <i>tu</i> e <i>você</i> ...	104
Tabela 10- Relação entre a variável e a natureza da referência dos pronomes	110
Tabela 11- Referência determinada e indeterminada dos pronomes <i>tu</i> e <i>você</i> nos dados de Carneiro (2011) e Silva (2019).....	111
Tabela 12- Relação entre preenchimento do sujeito e natureza determinada da referência.....	112
Tabela 13- Relação entre preenchimento do sujeito e natureza determinada da referência.....	113
Tabela 14- Relação entre a natureza do discurso e natureza da referência determinada.....	114
Tabela 15- Relação entre gênero e natureza da referência determinada	115
Tabela 16- Relação entre faixa etária e natureza determinada da referência.....	116
Tabela 17- Frequências e médias percentuais do cruzamento entre faixa etária e escolaridade	117
Tabela 18- Relação entre escolaridade e referência determinada	118
Tabela 19- Relação entre escolaridade e a variável <i>tu/você</i> sem o grupo de faixa	118
Tabela 20- Relação entre o uso do pronome <i>tu</i> e escolaridade na pesquisa de Costa (2013)	120
Tabela 21- Relação entre escolaridade e a variável <i>tu/você</i> em São Luís	121
Tabela 22- Relação entre a variável e origem geográfica do pai	122
Tabela 23- Frequências e médias percentuais do cruzamento entre origem geográfica do pai do informante e faixa etária.....	123
Tabela 24- Frequências e médias percentuais do cruzamento entre origem geográfica do pai do informante e escolaridade.....	123
Tabela 25- Relação entre a variável e origem geográfica da mãe.....	124
Tabela 26- Frequências e médias percentuais do cruzamento entre origem geográfica da mãe do informante e faixa etária	125
Tabela 27- Frequência e média percentuais do cruzamento entre origem geográfica da mãe e escolaridade.....	125
Tabela 28- Relação entre a variável e origem geográfica do pai e da mãe do informante.....	126
Tabela 29- Resultados do teste anova referente às perguntas do teste de atitudes	143
Tabela 30- Resultados do teste anova referente às perguntas do teste de crenças dos pronomes <i>tu</i> e <i>você</i>	150
Tabela 31- Distribuição de respostas e valores de significância do teste qui-quadrado e anova referente à pergunta <i>você acha que esta pessoa está em que faixa etária?</i>	151
Tabela 32- Distribuição dos resultados da aplicação do teste post hoc bonferroni.	152

Tabela 33- Distribuição de respostas de valores de significância do test qui-quadrado e anova referente à pergunta <i>você acha que esta pessoa estudou até que série?</i>	153
Tabela 34- Distribuição de respostas e valores de significância do test qui-quadrado e anova referente à pergunta <i>você acha que esta pessoa pertence à que classe social?</i>	153
Tabela 35- Distribuição de respostas e valores de significância do test qui-quadrado referente à pergunta <i>essa pessoa fala bem?</i>	154
Tabela 36- Distribuição de respostas e valores de significância do teste qui-quadrado referente à pergunta <i>essa forma de uso é adequada?</i>	155
Tabela 37- Distribuição de respostas e valores de significância do teste qui-quadrado referente à pergunta <i>essa pessoa mora no perímetro urbano?</i>	155
Tabela 38- Distribuição dos valores gerais dos testes de insegurança linguística..	156

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Apresentação do tema.....	11
1.2 Justificativa e Relevância do tema.....	13
1.3 Proposta de trabalho.....	16
1.4 Organização.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Breve história dos estudos variacionistas.....	20
2.2 A heterogeneidade como princípio constitutivo da linguagem.....	26
2.3 Variação e mudança.....	28
2.4 Características da mudança.....	33
2.5 O estatuto funcional ou variável do objeto sociolinguístico.....	36
2.6 Uma orientação funcionalista para o estudo dos pronomes.....	41
3 IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO FENÔMENO	44
3.1 Introdução.....	44
3.2 Concepções de dêixis nos dicionários tradicionais e linguísticos.....	44
3.3 Um papel social e dialógico.....	48
3.4 Delimitação do fenômeno.....	51
3.6 A natureza da referência numa perspectiva funcional.....	60
3.6.1 A referência determinada e indeterminada dos pronomes.....	62
3.7 Um panorama geral do uso de <i>tu</i> e <i>você</i> nas regiões nordeste e norte do Brasil.....	66
4 UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	75
4.1 Apresentação.....	75
4.2 Caracterização histórico-social da população acreana.....	75
4.3 Rio Branco: a variedade objeto de pesquisa.....	80
4.4 O processo de Anexação do Acre ao Brasil.....	82
4.5 Procedimentos metodológicos.....	84
4.5.1 A dimensão e a estratificação da amostra.....	84
4.5.2 O suporte quantitativo.....	86
4.6 O envelope da variação.....	89
4.6.1 Hipóteses e perguntas de pesquisa e grupo de fatores.....	89
5 A DIMENSÃO OBJETIVA DA VARIÁVEL <i>TU/VOCÊ</i>	102
5.1 Introdução.....	102
5.2 O uso dos pronomes de 2ª pessoa: resultados gerais comparativos....	103

5.3 O uso de <i>tu</i> e <i>você</i> e a natureza determinada e indeterminada da referência	107
5.4 A influência das variáveis independentes na referência determinada de <i>tu</i> e <i>você</i>	112
5.5 As formas de referência à segunda pessoa conforme as relações interpessoais	128
6 A DIMENSÃO SUBJETIVA DA VARIÁVEL: ATITUDES E CRENÇAS.....	134
6.1 Preparação dos estímulos	138
6.2 O tratamento estatístico dos dados	141
6.3 Análise do teste de atitudes	143
6.4 Análise do teste de crenças.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS	170

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

Para muitos pesquisadores, os estudos envolvendo o fenômeno da variação linguística parece ser um tema novo ou extremamente recente. A verdade, no entanto, é que o caráter heterogêneo da língua é reconhecido, mas nem sempre foi assumido pelos estudiosos da linguagem, e os primeiros pesquisadores a enfatizar a mudança foram os neogramáticos, que, todavia, defendem serem os fenômenos de mudança dirigidos por fatores internos da língua. Os dois outros modelos que se seguiram, o estruturalista e o gerativista deram mais destaque aos aspectos sincrônicos da linguagem.

É somente no século XX que os pesquisadores passaram a relacionar língua, cultura e sociedade para sustentar que a mudança está dirigida não somente por fatores internos, puramente formais, mas também por fatores externos ao sistema linguístico, uma vez que, como a língua é, antes de tudo, uma instituição social, esse traço característico acaba por definir o estatuto da diversidade e motivar a mudança linguística.

O advento da sociolinguística, no final dos anos 50 e início dos 60 do século XX, representou a emergência de um novo modelo de estudos, que passou a olhar a língua como uma entidade heterogênea, em oposição à visão homogeneizadora que dominou o formalismo estruturalista e gerativista.

Esse novo olhar ativou também um novo interesse que não se restringe ao discurso idealista da linguística gerativa, que projeta o estudo da língua com base numa comunidade homogênea. A proposta de Labov (2008 [1972]) é a de procurar captar a realização concreta da língua em uso em situação de interação social, do que resulta ver a comunidade linguística não como ideal e homogênea, mas como concreta e heterogênea, sem espaço para a concepção estruturalista de variação livre; a heterogeneidade não é apenas não livre, como fruto do acaso, mas é interna e externamente motivada, revelando padrões sistemáticos de regularidade.

Assumir a heterogeneidade linguística é reconhecer também que o fenômeno da variação torna a língua um objeto vivo e dinâmico, na medida em que passa por mudanças ativadas como um processo evolutivo ininterrupto, o que implica uma relação dialética entre variação e mudança. Com efeito, um pressuposto básico da

sociolinguística variacionista é o de serem a variação e a mudança propriedades inerentes ao sistema linguístico, reguladas por restrições estruturais e sociais, passíveis de sistematização (LABOV, 2008 [1972]; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]). Assim, da perspectiva variacionista, a estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala, incluindo-se, no domínio do falante nativo da língua, o controle de tais estruturas heterogêneas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 125).

Se, por um lado, é certo afirmar que na língua nada é por acaso (BAGNO, 2007), por outro é equivocado explicar a variação como que se restringindo apenas às motivações internas reduzindo a importância do caráter social da língua. Como prática social, o discurso do cotidiano mostra que a linguagem é um objeto constitutivamente heterogêneo, sendo possível explicar a heterogeneidade com base na relação entre as variantes e seu uso no contexto social. Nem sempre um fenômeno linguístico pode ser definido como variável e sujeito à livre escolha do falante, mas definido como uma escolha funcionalmente motivada.

Com base nesse postulado, definimos o objetivo desta tese que é o de explicar o fenômeno em estudo: as formas pronominais *tu* e *você* no processo de referência determinada e indeterminada, com base numa perspectiva variacionista e funcionalista.

Para situar o leitor, apresentamos aqui exemplos de referência determinada e indeterminada das formas de uso dos pronomes *tu* e *você*, fenômeno sobre o qual se debruça este trabalho.

- (1) Se tu fizer uma falta... tu não tira na bola bate no jogado, é falta (Banco de dados GELAC. Ent. 12)¹
- (2) É que nem você falou né, é um desrespeito, deveria ter mais respeito não sei. (Banco de dados GELAC. Ent. 27)
- (3) Tu tem que colar três vezes uma pessoa só, tu cola uma pessoa ai o teu amigo tem que discolar ele. Ai tu vai colar essa mesma pessoa três vezes é a manja. (Banco de dados GELAC. Ent. 13)
- (4) Xequê mate é quando você só tem uma peça e quando uma peça você pega essa uma peça aí você come a rainha ou a dama. (Banco de dados GELAC. Ent. 22)

¹ As informações entre parênteses indicam a origem da amostra e o número da entrevista respectiva; Todos os trechos citados foram retirados do Corpus GELAC- Grupo de Pesquisa Ecossistema linguístico do Acre.

Os exemplos (1) e (2) ilustram o uso dos pronomes *tu* e *você* na referência determinada; observe-se que nesses exemplos o falante faz referência à 2ª pessoa – pessoa com quem se fala. Já nos exemplos (3) e (4) emprega-se *tu* e *você* para a referência indeterminada, o que significa poder representar qualquer entidade referencial envolvida com o estado de coisas respectivo.

Como mostram os exemplos acima o processo de referenciação nem sempre é exclusivo aos papéis do discurso, os pronomes estendem sua referência a outras pessoas de fora do discurso.

1.2 Justificativa e Relevância do tema

A referência ao interlocutor varia entre o uso de *tu* e *você*, senhor(a) e as formas pronominais em diferentes variedades da língua portuguesa e com diferentes valores: em alguns espaços geográficos, como o da região Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste identifica-se a alternância entre *tu* e *você*; em outros, como na região Sudeste, pode-se mencionar também o estado de Espírito Santo (SCHERRE et al., 2015), os falantes usam apenas a forma pronominal *você*. Segundo Menon (2000), sobre esse tipo de variação, torna-se um equívoco a afirmação de que *você*, uma antiga forma de tratamento, já teria substituído o pronome *tu* na maior parte do Brasil, favorecendo a ideia de que a alternância entre *tu* e *você* constitui de fato uma variável no PB, já que, conforme mencionado, em alguns dialetos², sustenta-se a natureza variável da forma de realização da referência à 2ª pessoa.

O estudo das cartas morfossintáticas sobre *tu* e *você* de referência ao interlocutor, publicado no Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), mostra que as regiões norte e nordeste preservam a alternância entre *tu* e *você*, com exceção da variedade de Salvador, em que é absoluto o uso de *você*. Nas variedades em que há alternância, os dados analisados apontam para o favorecimento do pronome *você*, inclusive na cidade de Rio Branco, capital do Acre, cujos valores percentuais para o uso da variante *tu* estão entre 25 a 50% e para o uso de *você*, entre 51 a 75%. (CARDOSO, 2014).

Os resultados do ALiB e das pesquisas de Menon (2000) permitem constatar a existência de uma grande diversidade de uso das formas *tu* e *você* no português

² Dialeto são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais (CÂMARA Jr, 1978).

brasileiro, que parecem apontar para um caso de escolha funcional e não de variação linguística. São essas constatações que nos levam a propor a realização de um estudo das formas pronominais *tu* e *você* em posição de sujeito, em dois contextos de uso, os de referência determinada e os de referência indeterminada. Como os dados estatísticos do ALiB não distinguem diferentes usos das duas variantes em foco, conhecer a realidade sociolinguística da variedade falada em Rio Branco depende de separar, em primeiro lugar, o uso indeterminado de *tu* e *você* para, só em seguida, examinar qual é de fato a variante favorecida no uso referencial determinado.

O objetivo específico de ancorar a variação nesse contexto funcional e variável pressupõe, em primeiro lugar, examinar como se dá essa alternância na variedade acreana de Rio Branco e, em segundo lugar, comparar os resultados da variedade rio-branquense com alguns resultados de outras variedades, principalmente as circunscritas à região norte e nordeste, que aparecem na literatura; a comparação com as variedades circunscritas à região norte se justifica no fato de ser possível obter um parâmetro de comparação com áreas dialetais próximas; a comparação com as variedades circunscritas à região nordeste se justifica no fato de ter sido o processo de colonização do Acre constituído por migrantes nordestinos e especialmente cearenses.

Na realidade, esta proposta de trabalho tem a finalidade específica de examinar se o fenômeno investigado é um caso real de variação e, nesse caso, a seleção de uma das variantes pode até representar uma marca de identidade social em virtude da possível atribuição de prestígio ou estigma para uma das duas alternantes, ou se trata aqui de um caso real de escolha funcional em que as duas formas se alternam para produzir diferentes efeitos discursivos em termos de determinação da referência à segunda pessoa.

Uma terceira possibilidade é se há uma distinção funcional. Se houver, indaga-se, por um lado, que variante a indeterminação de referência favorece e, por outro, se há, simultaneamente, um processo de fato variável na referência determinada e, se existir, que variante é a mais favorecida.

A hipótese linguística que queremos verificar é se se confirma ou não a possibilidade de haver alguma especialização no uso de uma ou de outra forma em relação ao tipo de referência – determinada ou indeterminada – o que poderia indicar escolhas funcionalmente orientadas. E se o uso de uma ou de outra forma

seria indiferente ao grau de determinação, o que poderia indicar um caso de variação na variedade acreana. Além disso, se, na referência determinada, haveria alguma especialização em que o uso de *tu* seria favorecido em situações mais familiares, em atenção ao fato de que “*tu* pode não ocorrer como primeira opção nas relações interacionais iniciais entre não pares e/ou não íntimos” (SCHERRE et al, 2015, p. 158).

Em termos diacrônicos e sociais, é um dos principais interesses desta pesquisa verificar se o fenômeno investigado – a alternância entre *tu* e *você* – especialmente o uso de *tu* – constitui uma herança social de dialetos nordestinos, se considerarmos que a população hoje conhecida como acreana foi, historicamente, constituída por migrantes nordestinos – especialmente cearenses – que chegaram ao Acre durante o período áureo de exploração da borracha entre 1880-1913 (TOCANTINS, 2001). Para compreendermos melhor a influência de falares nordestinos no processo de colonização, apresentamos no Capítulo 5 algumas considerações sobre a formação histórico-social do Estado do Acre.

Acreditamos que o desenvolvimento desta pesquisa permitirá encontrar explicações adequadas a esse fenômeno de variação pronominal, proporcionando, indiretamente, uma compreensão mais precisa da variedade rio-branquense, isto é, em termos linguísticos, do processo em si de variação, e em termos da história social, da origem da variação. Sabe-se que o discurso que se coleta dos membros de uma comunidade fornece indícios de sua organização social e linguística, uma vez que, estudar a variedade de uma comunidade específica, nesse caso a comunidade rio-branquense, requer olhar para a cultura linguística e para a identidade social de seus falantes.

Para enfatizar a relevância desta pesquisa mencionamos aqui os estudos de Lopes (2007) e Gonçalves (2012). Em sua pesquisa sobre a variação nos pronomes de segunda pessoa, Lopes (2007) prevê a necessidade de se proceder a um estudo desse processo justamente no Norte do Brasil, que, capaz de fornecer uma análise mais aprofundada dos fatores externos, possa favorecer estudos comparativos do fenômeno em variação com base em diversos dialetos geográficos do Brasil.

Ao discutir a importância dos estudos sociolinguísticos, Gonçalves (2012), por sua vez, salienta que eles estão longe de compor um retrato sociolinguístico completo não apenas do português paulista, mas também do Português Brasileiro (PB). Se isso for verdadeiro para o conhecimento da variedade paulista, o que dizer,

então, da realidade dialetal do Acre? Pode-se considerar que esses estudos estão ainda em fase embrionária, sem sequer disporem de um banco de dados consistente que represente linguisticamente a variedade ali falada. Esse estado de coisas mostra a relevância de pesquisas da variedade acreana de Rio Branco, que permita fornecer, no futuro, uma fotografia sociolinguística panorâmica das diferenças dialetais do português brasileiro.

Scherre et al. (2015) elaboraram um mapeamento sociolinguístico da variação dos pronomes *tu* e *você*, chegando a uma síntese dos subsistemas propostos: 1. Subsistema **só você**: uso exclusivo das formas *você/ocê/cê*; 2. Subsistemas **mais tu com concordância baixa**: uso médio de *tu* acima de 60% com concordância abaixo de 10%. 3. Subsistema **mais tu com concordância alta**: uso médio de *tu* acima de 60% com concordância entre 40% e 60%. 4. Subsistema **mais tu/você com concordância baixa**: uso médio de *tu* abaixo de 60% com concordância abaixo de 10%. 5. Subsistema **tu/você com concordância média**: uso médio de *tu* abaixo de 60% com concordância entre 10% e 39%. 6. Subsistema **você/tu**: *tu* de 1% a 90% sem concordância (SCHERRE et al. 2015, p. 138-9). Caracteriza o Acre, segundo as autoras, o subsistema **você/tu sem possibilidade de concordância**; diferentemente da variação de outras variedades do Norte, e não há evidência do que ocorre na variedade de Rio Branco, o que constitui uma justificativa adicional para a realização desta pesquisa.

1.3 Proposta de trabalho

Pretendemos focar a variável *tu* e *você* na variedade rio-branquense com a finalidade de fornecer uma visão ainda inédita de uma parte significativa da realidade da variedade acreana. Em termos mais gerais, a proposta pretende verificar, em primeiro lugar, como hipótese geal, em que subsistema pronominal a variedade em estudo se enquadra com base no mapeamento proposto por Scherre et al. (2015), embora já haja indícios seguros de que o subsistema em uso no Acre é de fato o tipo **você/tu sem possibilidade de concordância**.

Antes de prosseguir, talvez seja útil abrir um parêntese para questionar a expressão '*tu* sem possibilidade de concordância'.

Segundo Carvalho (2017), um pronome é o reflexo de diferentes tipos de traços, os quais determinam suas características e, conseqüentemente, definem seu

comportamento sintático. Tradicionalmente, são os traços morfossintáticos representados na literatura linguística pela letra grega ϕ , que codificam informação de pessoa, número e gênero. Todos estes traços, justamente por serem considerados formativos do pronome, participam do mecanismo sintático de concordância.

Harley e Ritter (2002 apud CARVALHO, 2017) propõem uma decomposição dos tradicionais traços ϕ para dar conta da variabilidade encontrada interlinguisticamente. Uma teoria com essas premissas implica subespecificação no sentido de que um dado elemento R pode não apresentar todos os traços apesar de tê-los disponíveis em seu inventário.

Os reflexos de tal deficiência são sentidos sintaticamente, em termos de como funciona o mecanismo de concordância, uma vez que um pronome deficiente pode entrar com todo o êxito em uma relação de concordância. O pronome *tu*, por exemplo, dispõe dos traços participante/ouvinte e pessoa (2ª pessoa) e individuação (número), mas numa língua qualquer ou variedade de uma língua, esse traço pode ser subespecificado na sintaxe, de modo que a concordância no verbo seja a não marcada, que é a de 3ª pessoa. Não se trata, então, de ausência de concordância, mas de subespecificação de traços do pronome na sintaxe.

Feito esse parêntese, uma segunda hipótese relevante que esta pesquisa pretende focar é se o uso da forma pronominal *tu* na variedade rio-branquense é de fato uma herança da colonização nordestina trazida na época do surto da borracha, já que os dados do ALiB comprovam, que nas variedades nordestinas, o pronome *tu* é mais usado que nas outras regiões do Brasil.

A terceira hipótese geral que se pretende confirmar é se de fato há uma clara distinção entre a referência determinada e a indeterminada. Os pronomes de referência determinada tendem a referenciar uma entidade única (*tu/você*), representada como a segunda pessoa do discurso, enquanto um pronome de referência indeterminada não representa, especificamente, uma entidade singular, mas um conjunto de entidades tomadas como genéricas. Nesse caso, a seleção de *tu* seria mais frequente na referência determinada e a seleção de *você* apontaria para a referência indeterminada, como uma estratégia de atribuição de diferentes funções.

Uma quarta hipótese geral concerne ao fato de que o uso dos pronomes *tu* e *você* está relacionado a uma procura de adequação ao contexto da interação, que

leve à escolha de *tu* para interlocutores mais íntimos e de *você* para interlocutores desconhecidos ou pouco familiares. Mais adiante na seção 5.5 essas questões mais gerais e outras mais específicas serão devidamente discutidas.

Esse conjunto de hipóteses será objeto da análise na dimensão objetiva da variação, que se fará no Capítulo 5. Mais adiante, Capítulo 6, examina-se a variável com base no que chamamos aqui de dimensão subjetiva. Essa pesquisa de avaliação subjetiva envolve duas hipóteses adicionais:

1. Atribuir-se-ia à forma *tu* um valor de prestígio encoberto, que se poderia detectar em relações interpessoais de natureza informal, em oposição à forma *você*, supostamente a mais prestigiosa por ser exigida em situações formais.
2. As atitudes de prestígio, ditadas na dimensão subjetiva, estariam correlacionadas a diferenças marcadas de uso na dimensão objetiva, em situações de grau maior, ou de menor, de informalidade.

1.4 Organização

Diante dos objetivos propostos e das hipóteses levantadas, este trabalho está organizado nos seguintes capítulos: o Capítulo 2 traz uma abordagem do referencial teórico, em que se discutem as questões teórico-metodológicas que envolvem a Sociolinguística Variacionista de Labov (2008 [1972]). Inicia-se o capítulo com uma discussão do percurso histórico, elencando os linguistas que contribuíram para o desenvolvimento da teoria da variação e mudança linguística; em seguida, apresenta-se uma discussão da construção do caráter heterogêneo da língua, acompanhada dos pressupostos teóricos sobre variação e mudança. Continua essa seção uma abordagem crítica sobre o conceito de variável a partir de dois posicionamentos teóricos, o formal e o funcional; para finalizar o capítulo, coloca-se em foco a visão funcionalista do objeto sociolinguístico e dos estudos dos pronomes.

Como selecionamos, como objeto de estudo, os pronomes *tu* e *você*, o capítulo 3 fornece uma conceituação dos pronomes que se referem ao interlocutor. Em função do caráter dêitico dos pronomes pessoais, faz-se uma breve introdução do conceito de dêixis; em seguida, discute-se seu papel social e dialógico,

mostrando que as escolhas linguísticas, que evidenciam as atitudes dos falantes no momento da interação, sofrem influência de fatores linguísticos e sociais. Dá-se continuidade ao capítulo com a delimitação do fenômeno em estudo, contrapondo norma e uso, para então discutir a natureza da referência numa perspectiva funcional. Conclui-se o capítulo com um mapeamento dos resultados de estudos anteriores dos pronomes *tu* e *você* desenvolvidos nas regiões norte e nordeste do Brasil.

O capítulo 4 destina-se à apresentação do universo da pesquisa e dos procedimentos metodológicos da análise sociolinguística; nesse capítulo, fornece-se o contexto histórico e geográfico do Estado do Acre, para delinear os procedimentos de constituição dos dados, a definição do envelope da variação, o suporte quantitativo com a listagem dos grupos de fatores que serviram ao tratamento quantitativo dos dados e a especificação das hipóteses e perguntas que envolvem a pesquisa.

Nos dois últimos capítulos, discutem-se os resultados da pesquisa com a análise do fenômeno em estudo, as formas pronominais *tu* e *você*, com base na análise das dimensões objetiva e subjetiva. Na dimensão objetiva, objeto do capítulo 5, expõe-se a análise dos resultados gerais da pesquisa e os aspectos mais específicos de variação dos pronomes e da referência determinada e indeterminada; em seguida, faz-se uma análise voltada apenas para o contexto de referência determinada dos pronomes em estudo. O capítulo 6 trata da dimensão subjetiva, propõe-se uma análise das relações interpessoais seguida da análise de atitudes e crenças mediante metodologia própria de estimulação, gravação e questionário, que fornece um panorama do que pensa sobre o fenômeno a comunidade rio-branquense. Finalizam o trabalho as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, discutimos brevemente o percurso histórico da teoria da linguagem, com foco especial sobre os pesquisadores que contribuíram para o desenvolvimento da teoria da variação e da mudança linguística. Tratamos também da heterogeneidade, definindo-a como um princípio constitutivo da linguagem, mas sem deixar de formular uma abordagem crítica do conceito de variável a partir de dois posicionamentos teóricos, o formal e o funcional.

2.1 Breve história dos estudos variacionistas

É notável como a história da humanidade é a história de seres organizados em sociedade e detentores de um sistema de comunicação universalmente falado, ou seja, de uma língua (ALKMIM, 2001) necessariamente variável, conforme postula Labov (2008 [1972]). Assim, a explicação do fenômeno da variação, inaugurada pelos estudos sociolinguísticos, passa necessariamente pela relação entre língua e sociedade. Com efeito, considerar o fenômeno linguístico em sua relação com o contexto social implica reconhecer que a variação é também a condição para a análise da mudança.

Sabemos, contudo, que, durante o período neogramático, as explicações dos aspectos que envolvem a variação e a mudança linguística ficaram restritas a motivações derivadas de fatores internos, formais. É somente com a definição do objeto de estudo da linguística, com base numa visão estruturalista de linguagem, iniciada por Saussure (1916), que se assume a relação entre língua e sociedade nos estudos linguísticos. É Saussure quem define a língua, por oposição a fala, como objeto central da linguística. Na visão do autor a língua é um sistema homogêneo e abstrato, mas que, antes de tudo, pertence à esfera do social. Sabemos que, quando aplicado à linguagem, o conceito de social desenvolvido por Saussure é mais ligado ao compartilhamento de normas comuns do que de diferenças.

Para além dos princípios dicotômicos postulados por Saussure, um olhar voltado para a relação entre língua, cultura e sociedade emerge no discurso de diversos autores do século XX, estruturalistas e não estruturalistas, como Antoine Meillet (1928), Mikhail Bakhtin (1929), Marcel Cohen (1956), Émile Benveniste (1976) e Roman Jakobson (1960).

Segundo Meillet, a história da língua é inseparável da história da cultura e sociedade. Na visão do autor,

a linguagem é, eminentemente, um fato social. Tem-se, frequentemente, repetido que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam, e, em consequência disso, não há razões para lhes atribuir uma existência autônoma, um ser particular. Esta é uma constatação óbvia, mas sem forças, como a maior parte das proposições evidentes. Pois, se a realidade de uma língua não é algo de substancial, isto não significa que não seja real. Esta realidade é, ao mesmo tempo, linguística e social (MEILLET, 1928 apud ALKMIN, 2012, p.26).

Bakhtin (1929), por sua vez, dirigiu críticas aos postulados saussurianos, trazendo, bem para o centro da arena dos estudos linguísticos, uma noção de comunicação social, cujo pressuposto teórico é constituir a interação verbal, e, por conseguinte, a própria realidade da língua.

Em 1956, o francês Marcel Cohen afirma que *“os fenômenos lingüísticos se realizam no contexto variável dos acontecimentos sociais”* (COHEN, 1959, p. 30, apud ALKMIN, 2012, p. 28.). Ao assumir, porém, o postulado saussuriano de que é preciso separar os fatores externos dos internos, Cohen postula o estudo das relações entre língua e sociedade a partir dos fatores externos, de modo a estabelecer as variedades linguísticas. Essa posição critica indiretamente a separação saussuriana entre a linguística interna e a linguística externa.

Jakobson (1960), que também discorda parcialmente de Saussure, afirma que, para ele, *“todo indivíduo participa de diferentes comunidades lingüísticas, e todo código lingüístico é multiforme”* (JAKOBSON, 1960, p. 123, apud ALKMIN, 2012, p. 27), o que implica um reconhecimento da heterogeneidade da língua e a definição pelo próprio falante das escolhas linguísticas. Ao privilegiar o processo comunicativo, com uma função da linguagem associada com cada um dos seis parâmetros do processo de comunicação, Jakobson ultrapassa o limite teórico imposto pelo estruturalismo de que o fenômeno lingüístico só pode ser analisado com base no estudo da função referencial.

Benveniste (1976 [1963]) comparece ao debate com contribuições relevantes que marcaram profundamente a linguística em geral e, particularmente, o campo da Análise do Discurso. Para Benveniste *“é dentro da, e pela língua, que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente”* (BENVENISTE, 1976 [1963], p. 27), dado que ambos só ganham existência pelo uso que fazem da língua numa dada situação

social. Língua e sociedade não podem ser concebidas, portanto, como entidades separadas e sem qualquer relação entre si. A língua é também um instrumento de análise da sociedade por conter em si a própria sociedade, sendo, por isso, o intérprete dela: a língua é “o instrumento de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade” (BENVENISTE, 1989 [1968], p. 98), possibilitando, assim, “a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas” (BENVENISTE, 1989 [1968], p.98). Para o autor, a língua permite ao homem situar-se na natureza e na sociedade. O homem “se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou classe de produção” (BENVENISTE, 1976 [1963] p.101).

Essa discussão mostra como tem sido caro à linguística moderna o postulado da existência de uma relação entre língua e sociedade, ainda que seja necessário admitir que, até hoje, entender essa relação tem sido uma tarefa muito complexa. Todavia, novas personagens, que emergiram no cenário da teoria da linguagem, apontaram novos direcionamentos para os estudos linguísticos, entre os quais, destacam-se Hymes (1962), Labov (1963 e 1978), Bright (1974).

Em 1962, Hymes publica um artigo em que postula um novo domínio de pesquisa, a Etnografia da Fala, definida mais tarde como Etnografia da Comunicação. Esse autor procura definir as funções da linguagem a partir da observação da fala e das regras sociais próprias de cada comunidade.

É a partir dos resultados da pesquisa de Labov sobre a centralização dos ditongos /aj/ e /aw/ na Ilha Martha's Vineyard, em 1963, e, em 1966, sobre a estratificação social do inglês na cidade de New York, que se consolida a teoria sociolinguística, entendida como uma teoria da variação, cuja emergência trouxe impacto fundamental para os estudos linguísticos contemporâneos.

Um momento significativo da emergência do quadro sociolinguístico deu-se em 1964, na Universidade de Califórnia em Los Angeles (UCLA), ocasião em que vinte e cinco pesquisadores se reuniram para uma conferência sobre sociolinguística promovida por William Bright, que abriu espaço para uma grande quantidade de temas, todos ligados à relação entre linguagem e sociedade. Bright em seu texto “As dimensões da sociolinguística” define e caracteriza a nova área de estudo da sociolinguística; Segundo Bright, é tarefa da Sociolinguística:

demonstrar a covariação sistemática das variações lingüística e social. Ou seja, relacionar as variações lingüísticas observáveis em

uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma comunidade. (BRIGHT, 1974, p. 17-24)

O iniciador do modelo variacionista, William Labov, definiu, portanto, um modelo de descrição e interpretação do fenômeno linguístico no contexto social de comunidades urbanas, que passou a denominar-se Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação (LABOV, 2008 [1972]). Nesse trabalho, Labov sublinha o papel decisivo dos fatores internos ou linguísticos e externos ou sociais para a explicação da variação linguística.

Mais tarde, outros estudos de Labov (1978) se voltaram para línguas minoritárias e para a relação entre a norma padrão e o insucesso escolar, com o intuito de explicar a diversidade linguística e cultural dos Estados Unidos.

O objeto de estudos da sociolinguística variacionista é o que Labov denomina “vernáculo”. O estudo de qualquer comunidade linguística nos obriga a deparar com o fenômeno da variação, que identifica “diferentes modos de dizer”, entendidos como variáveis. Na medida em que feixes de variáveis convergem e se diferenciam de feixes de outras variáveis, eles constituem o que se pode denominar por variedades linguísticas. Por esse motivo, língua e dialeção são conceitos inseparáveis do conceito de variação. Para a sociolinguística, a diversidade linguística não é vista como um problema metodológico, que se evita mediante o estabelecimento de objetos de estudos excludentes, mas como uma característica constitutiva da linguagem humana.

Alkmim (2012) salienta que a língua que conhecemos hoje é historicamente herdada, mudando ao longo do tempo em razão da atuação de diversos fatores linguísticos e não linguísticos (geográficos, sociais e estilísticos), que definem os limites da variação. Nesse caso, o tratamento bem sucedido da mudança requereu dos sociolinguistas a definição dos conceitos de base sobre os quais operam, entre os quais o de variável. Nesse caso, uma variável é entendida como uma classe abstrata de diferentes variantes, que se define como: (i) binária, que pode ser ilustrada pelo uso de (s) de plural no português, que dispõe de duas variantes, ou seja, /s/ ou /ø/; (ii) ternária, que pode ser o caso dessa mesma variável no espanhol americano, que conta com três variantes possíveis, ou seja, /s/, /h/ e /ø/ (Cf. TARALLO, 1985); e, finalmente, (iii) eneária, em que a variável em foco teria quatro ou mais variantes.

No processo de interação verbal, o falante faz uso da variação linguística motivado pelo contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade. Como a comunidade social varia sobre pressão de fatores diversos, é natural que cada subgrupo assim definido tenha sua própria variedade, o que pode conduzir à concepção de que existem variedades superiores e variedades inferiores. Em outras palavras, como afirma Gnerre, “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, ele como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1985, p.4). A afirmação do autor deixa claro que a comunidade social reconhece a existência de uma variedade de prestígio - a variedade padrão -, considerada como a língua da elite e baseada na escrita literária do passado, e, a variedade estigmatizada- não padrão, a língua falada.

Fishman (1972) critica a concepção normativa, considerando que é mutável o modo de a sociedade ver a língua: e o que é considerado padrão e de prestígio numa época, pode vir a não ser em outra, com base num processo contínuo de mudança, inerente às línguas.

Para a sociolinguística não existe uma variedade inferior ou superior de uma língua; pelo contrário, as variedades existentes são perfeitamente adequadas à situação de interação verbal. Toda língua é um sistema completo e os julgamentos sociais, que se fazem da língua falada em situações informais, de natureza política e social, simplesmente não reconhecem a natureza variável e mutante da língua.

Camacho (2012) considera que a pesquisa sociolinguística vai além da relação entre língua e sociedade, estando nas variações que envolvem o contexto social a fonte das respostas para os problemas referentes à variação no sistema linguístico.

Para explicar tal relação o autor traz como exemplo a variação entre /s/ (presença de fonema) e /∅/ (ausência de fonema /s/), que pode ser usada como indicador de plural em nomes comuns, e um mero segmento fonológico em nomes próprios. O autor mostra ainda a diferença entre *meninas* e *Carlos*, em que o /s/ final de *Carlos* não indica número, o que o define como segmento fonológico, diferente do mesmo segmento em *meninas*, em que o /s/ é um segmento fonológico que atua concomitantemente na morfossintaxe indicando plural.

Camacho (2012) lembra ainda as variações de uso do morfema de gerúndio (ing) na língua inglesa, observando que “os índices mais altos de uso da forma de

prestígio acham-se correlacionados a graus mais elevados de formalidade” (CAMACHO, 2012, p. 55). Esses resultados apontam para o fato de que os fatores externos ou de natureza extralinguística também favorecem o uso de uma ou outra variante da mesma variável, como evidenciado pelos estudos de Labov ([1972] 2008).

A verdade é que, se, por um lado, os sistemas linguísticos são representados por estruturas sistematicamente organizadas, por outro, a diversidade é uma propriedade funcional e inerente ao sistema linguístico, e o papel da sociolinguística é exatamente enfocá-la como objeto de estudo. A língua, por ter natureza sócio-interacional, acaba por representar as divisões sociais e os usos na situação social da comunidade. A sociolinguística trata da estrutura e evolução da língua, encaixando-a no contexto social da comunidade (CAMACHO, 2012, p. 60).

As teorias estruturalista e gerativista desconsideram o aspecto variável, embora todo linguista tenha plena consciência de que a língua não é um sistema em si mesmo homogêneo e invariável, pois, em todos os níveis de análise linguística, é evidente o fenômeno da variação, seja fonológico, seja sintático, seja semântico. Além disso, em termos sociais, todas as línguas comportam variantes motivadas por distância geográfica, sociocultural e diferenças de registro. As formas em variação adquirem valores em função do poder e da autoridade que os falantes detêm nas relações econômicas e sociais, o que permite distinguir variantes prestigiosas e estigmatizadas, como já mencionado anteriormente. Além disso, fatores como educação, idade, sexo e ocupação motivam também a distinção entre a modalidade comum e as modalidades especiais, gírias e jargões.

A existência da diversidade linguística decorre também da existência de diferenças sociais que cercam o lugar da interação verbal no contexto de uso. É comum, assim, que o sujeito falante reconheça as formas alternativas de uso sobre as quais opera uma seleção conforme variam as circunstâncias de interação. Em suma, uma variável submete-se a diferenças em duas dimensões, a social em larga escala, que define diferenças de escolaridade, idade, sexo/gênero, renda familiar etc, e, em escala social de grau menor, a estilística, que define níveis de adequação entre uso da língua e situações diversas de interação.

Por essas razões, não se pode ignorar o fenômeno da variação como se fosse a manifestação de um caos, supostamente, não passível de regularidade que uma análise linguística seja capaz de sistematizar. Em função dessa relação de

covariação sistemática entre língua e sociedade (BRIGHT, 1974), a variação é, na realidade, uma espécie de “caos organizado”, um processo regular e sistemático cujos fatores motivadores devem ser escrutinados pelo linguista. Estudar a língua requer muito mais que olhar para estrutura da língua e vê-la como algo homogêneo, pronto e acabado. Estudar a língua requer ir para além da estrutura subjacente, requer olhar para os fatores linguísticos e extralinguísticos que envolvem a língua não apenas como um sistema, mas também como discurso (CAMACHO, 2012).

2.2 A heterogeneidade como princípio constitutivo da linguagem

A noção de língua envolve um sistema de signos coerente e controlável, na medida em que o separa do vórtice caótico da fala. Ao fazer esse corte metodológico, Saussure ([1916] 1977) concebe a fala como um objeto não “essencial”, mas “acessório” e “acidental”. Por sua vez, mesmo trazendo um novo olhar para a teoria linguística, Chomsky (1957) também reduz o fenômeno da linguagem a um modelo formal, parecido ao descrito por Saussure, cujo objeto é agora denominado “competência”, para postular que seu estudo só é possível se separado do estudo do desempenho, o que garante a distância entre os fatores linguísticos, internos e os fatores externos ou sociais.

A idealização dos fenômenos linguísticos adotada pelos dois paradigmas mais bem sucedidos no século XX – o estrutural e o gerativo – resultou de uma versão muito forte do que Chambers (1996 apud CAMACHO, 2013) denomina “axioma da categoricidade”. De acordo com esse princípio, os dados de base deveriam ser regularizados para eliminar a variabilidade de fato existente na linguagem enquanto fenômeno real (CHAMBERS, 1996).

Até o início da Sociolinguística, no final dos anos 50 do século XX, predominavam as perspectivas teóricas que adotavam o axioma da categoricidade, rompido pelos estudos pioneiros de Fisher (1958) e, mais tarde, por Labov (1963), que culminou nos estudos enfeixados em Labov (2008 [1972]). Fisher se debruçou sobre a pronúncia variável do sufixo formador de gerúndios <ing> no inglês americano e Labov (2008 [1972]), sobre a estrutura sociolinguística da Ilha Martha's Vineyard em relação à centralização dos ditongos /aj/ e /aw/ em contraposição à forma padrão vigente, não centralizada, e à inserção de “r” em Nova Iorque.

Segundo Camacho (2013), foi a partir da década de 60 do século passado que os estudos sociolinguísticos começaram a fornecer evidência da heterogeneidade inerente à linguagem e de demonstrar que a ocorrência da variação é sistemática, regular e ordenada, contrapondo-se ao princípio de categoricidade que caracteriza a teoria gerativista e estruturalista. Essa posição rompe com a ideia de que a variação não é passível de sistematização, deixando-se de contemplar o axioma da categoricidade como condição necessária para a análise linguística.

Assim, uma unidade linguística de qualquer nível de análise, que, até o advento da sociolinguística, tinha sido invariável, discreta e qualitativa, passa a ser variável, contínua e quantitativa (LABOV, 1966 apud CAMACHO, 2013). É variável porque é realizada de modo diverso em diferentes circunstâncias; é contínua porque certas alternativas recebem significação social conforme a distância ou a diferenciação fonética em relação à forma padrão; é quantitativa porque a variável é determinada pela frequência relativa de suas variantes.

Camacho (2013) salienta que a descrição e a explicação dos fenômenos da linguagem são infinitamente complexos, o que tem obrigado os linguistas a definir objetos restritos de estudo, como língua em oposição à fala. Esse procedimento metodológico é criticável por identificar a língua com um modelo padronizado e idealizado, tal como o modelo semiótico postulado por Saussure ([1916] 1977). Vimos, todavia, que, mais relevante que o conceito de língua ou sistema estabelecido por Saussure em oposição à fala, é postular como objeto de estudos da linguística a língua em uso no contexto social. Esse postulado, para resumir a discussão até aqui, é que permite ver a variação como sistematicamente ordenada.

Ao considerar a heterogeneidade como princípio constitutivo da linguagem, a Sociolinguística Variacionista conseguiu romper com as dicotomias assumidas pelas teorias estruturalistas e gerativistas. Diferentemente dessas teorias Labov (2008 [1972]) procura resolver os problemas de estrutura linguística, identificando o fenômeno empírico, coletado na comunidade como a base sobre a qual se deve apoiar o substrato concreto da análise linguística.

Nessa perspectiva, só é possível examinar a língua como um objeto heterogêneo, considerando os fatores linguísticos e os fatores extralinguísticos, que em conjunto partilham ativamente da aplicação de uma regra, favorecendo-a ou

desfavorecendo-a (CAMACHO, 2013). Um pressuposto teórico relevante da variação é a mudança. A próxima seção enquadra essa relação.

2.3 Variação e mudança

A atividade humana da linguagem caracteriza-se por um conflito entre duas faces aparentemente contraditórias: de um lado, uma aparência de estabilidade e, de outro, a constante variação e mudança tanto no indivíduo como na comunidade. A conjugação dessas faces tem sido foco de interesse da teoria da variação, ou Sociolinguística Variacionista.

Para a teoria variacionista, as línguas humanas estão em constante mudança, que se propaga de forma gradual implicando períodos mais ou menos longos de variação em diferentes eixos sociais. Ao romper com o caráter estático da clássica dicotomia sincronia/diacronia, a concepção variacionista pressupõe que um estado de língua, a face sincrônica da mudança linguística, caracteriza-se pela coexistência de formas representativas de diferentes estágios do sistema, que estão presentes, na realidade, na variação existente no mesmo recorte temporal.

Essa relação dialética entre sincronia e diacronia lança luzes também sobre as mudanças em progresso com base nas que já ocorreram no passado, na medida em que seja possível admitir, com base no Princípio do Uniformitarismo, que as forças e restrições que propulsionam as mudanças em curso numa dada língua no presente são as mesmas que impulsionaram mudanças já concluídas (LABOV, 2008 [1972], p.317). Veja, como exemplo, casos de redução de proparoxítona, como *árvore* > *arv(r)e*, que também motivaram formas como *vermiculum* > *vermiclu* > *vermelho*, no passado.

É por dar pleno reconhecimento à existência dessa variabilidade que a sociolinguística assume como objeto de estudo exatamente a língua em uso no contexto social. Isso implica um objeto necessariamente heterogêneo, um princípio constitutivo e universal da linguagem, que pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas variantes que constituem uma classe mais abstrata que é a variável. Veja, contudo, que o termo variável tem uma abrangência um pouco maior, conforme afirma Mollica:

Vale frisar que o termo “variável” pode significar fenômeno em variação e grupo de fatores. Estes consistem nos parâmetros

reguladores dos fenômenos variáveis, condicionando positiva ou negativamente o emprego de formas variantes. As variantes podem permanecer estáveis nos sistemas durante um período curto de tempo ou até por séculos, ou podem sofrer mudanças, quando uma das formas desaparece. Neste caso, uma das formas substituem outras que deixam de ser usadas, momento em que se configura um fenômeno de mudança em progresso (MOLLICA, 2004).

Como o termo “variável” pode abarcar também a noção de grupos de fatores condicionadores, usa-se a expressão “variável dependente” para o fenômeno variável em estudo e “variável independente” para qualquer um dos grupos de fatores condicionadores.

O certo é que, para que uma mudança ocorra, é necessário que duas ou mais variantes estejam em competição, ou seja, que elas possam substituir-se uma(s) à(s) outra(s) num mesmo contexto linguístico. Inicialmente a mudança acontece num grupo social de maior prestígio, expandindo-se, depois, para outros grupos, até atingir a comunidade como um todo; outros processos variáveis podem iniciar-se em falantes de setores menos prestigiados e, por isso, elas só tornam universais na comunidade se forem adotadas pelos grupos situados nos níveis mais elevados da escala socioeconômica. A nova forma entra em competição com a antiga num embate que Tarallo (1985) denomina “duelo sangrento de morte”, cujo resultado é a supremacia de uma das variantes sobre a outra, que, paulatinamente desaparece e, então, quando a mudança se completa, atinge-se de novo a regularidade. Sobre isso, afirmam Paiva e Duarte:

Em situação de mudança linguística, instaura-se uma luta evolutiva (transferindo uma metáfora própria da teoria da evolução) entre as novas formas que passaram a concorrer com as formas antigas, com as primeiras se espalhando de um falante para o outro. Uma hipótese possível é a de que uma variante linguística presente na fala de pessoas adultas ocorra com maior frequência na fala de seus filhos e aumentará gradativamente sua proporção na fala de gerações sucessíveis. A consequência última dessa concorrência poderá ser a substituição da forma antiga pela forma nova, que se tornará categórica no âmbito de toda a comunidade de fala. (PAIVA & DUARTE, 2003, p. 15)

O problema da mudança foi inicialmente tratado na sociolinguística por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), um estudo diacrônico pioneiro que lança as bases para o estudo da mudança. Uma das principais críticas dos autores é para a separação por demais nítida entre sincronia e diacronia na linguística saussuriana.

A sincronia é entendida como o eixo das simultaneidades, o eixo do sistema linguístico, ao passo que a diacronia é entendida como o eixo das sucessões. Na realidade, o eixo das simultaneidades contém o das sucessões e é onde se dá o caráter ordenado e homogêneo da língua (Saussure, 1977 [1916]).

Na realidade, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) postulam que a língua é heterogênea tanto sincrônica quanto diacronicamente, e a variação de fato existente não a impede de exercer todas as funções de sistema social de comunicação. Um pressuposto relevante que decorre desses postulados é o de que, se, por um lado, nem toda a variação conduz a uma mudança, por outro, toda mudança é resultado de algum processo de variação.

Para assumir o postulado de que a língua muda enquanto permanece ordenada e sistemática, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) propõem um conjunto de problemas empíricos que devem balizar o estudo da variação. Esses problemas empíricos são os seguintes:

- (i) O problema da restrição está envolvido com a identificação do conjunto das mudanças e das condições das mudanças passíveis de ocorrer em uma língua determinada.
- (ii) O problema do encaixamento envolve identificar o modo como as mudanças se encaixam na estrutura linguística e social da comunidade;
- (iii) O problema da transição leva em conta o modo como as mudanças passam de um estágio a outro.
- (iv) O problema da avaliação consiste em avaliar os efeitos da mudança sobre a estrutura do sistema linguístico e, em consequência, sobre a continuidade da eficiência comunicativa.
- (v) Finalmente, o problema da implementação diz respeito aos fatores responsáveis pela implementação das mudanças, o que leva a indagação das razões por que ocorre uma mudança numa língua em uma época e não em outra língua e em outra época.

Em função do pressuposto de que a variação está na origem da mudança, o exame da mudança linguística requer a identificação das variáveis linguísticas que caracterizam uma comunidade de fala. Em função do problema do encaixamento, é preciso correlacioná-las com todos os fatores que contribuem para o uso de uma

variante e não de outra, sejam eles internos (encaixamento linguístico), sejam eles externos (encaixamento social).

Em função do caráter ordenado da heterogeneidade, a sociolinguística variacionista advoga a possibilidade de que movimentos de mudança possam ser apreendidos no mesmo curso de processamento. Esse constructo analítico, mais conhecido como “distribuição por tempo aparente”, se opõe à visão tradicional, inclusive a estruturalista de base saussuriana, segundo a qual a mudança envolve a comparação de dois pontos fixos no tempo, duas sincronias caracterizadas por sistemas pressupostamente estáveis.

O estudo da mudança em tempo aparente está baseado no pressuposto de que diferenças linguísticas entre gerações podem espelhar desenvolvimentos diacrônicos, enquanto outros fatores se mantiverem constantes. Nesse caso, o comportamento linguístico de cada geração reflete um estágio da língua, com os grupos etários mais jovens introduzindo novas alternantes que, gradativamente, substituem as que caracterizam o desempenho linguístico dos falantes de faixas etárias mais idosas.

Essa hipótese prevê que o processo de aquisição da linguagem se desenvolve mais ou menos no início da puberdade, estabilizando-se a partir desse momento, ou pelo menos, não mais sofrendo modificações significativas a partir de então. Desse modo, a fala de um indivíduo com 75 anos, no ano de 2000, representaria um estado de língua de sessenta anos atrás, ou seja, 1940.

Por outro lado, as diferenças de uso, associadas às faixas etárias, não podem ser tomadas como indicadores indiscutíveis e exclusivos de mudança em curso. Se a mudança se processa no seio de uma comunidade linguística, ela envolve, a partir de diferenças entre grupos etários, associações com outros parâmetros de organização social, como classe social, sexo/gênero, e, na maioria dos casos, estilo de fala. É a associação entre diferenças linguísticas geracionais com diferenças sociais de indivíduos pertencentes a uma comunidade de fala que permite observar a maneira como uma mudança linguística se instala na fala de um determinado grupo social restrito e se vai espalhando para outros grupos até atingir a comunidade como um todo. (PAIVA; DUARTE, 2003, p.14)

Outro constructo analítico desenvolvido pela Teoria da Variação é o do estudo da mudança em tempo real (de curta ou longa duração). Esse procedimento empírico permite recobrir aspectos que não podem ser detectados pelo estudo em

tempo aparente, distinguindo-se, portanto, mudanças que se produzem de forma gradual em toda a comunidade linguística daquelas que podem caracterizar a trajetória de comportamento linguístico ao longo da vida. Labov (1994) define o estudo em tempo real de curta duração mediante o uso de procedimentos diferentes, o que se denomina “estudo de painel” [*panel study*] e o que se denomina “estudo de tendência” [*trend study*]; esses dois procedimentos metodológicos que se complementam mutuamente podem fornecer evidências mais seguras do estatuto dos padrões de variação em um dado momento de uma língua (PAIVA; DUARTE, 2003, p. 17).

Ainda que os dois modelos autorizem afirmações mais seguras sobre o curso dos processos variáveis de uma língua, nenhum deles é completamente satisfatório em si (LABOV, 1994). De fato, apenas a conjugação dos dois procedimentos pode fornecer o instrumental metodológico necessário para elucidar aspectos relativos às duas dimensões da mudança, no indivíduo e na comunidade, suas relações e os elementos necessários para identificar o curso de um determinado processo variável.

Aparentemente, a combinação desses dois tipos de estudo da mudança em tempo real de curta duração autoriza duas situações possíveis: é o comportamento do indivíduo que permanece estável e a comunidade é que muda ou a comunidade fica estável e o indivíduo é que muda. Na medida em que o processo de mudança já se tenha implementado ou estiver em curso sua implementação no sistema, ele deve não só ser consequência de outro(s) processos, mas também possibilitar o aparecimento de outro(s) processos, ou seja, deve se inserir em uma matriz de mudanças mais gerais, o que implica o problema do encaixamento linguístico da variável.

A mudança linguística está intimamente ligada às inter-relações entre os grupos de indivíduos dentro de uma comunidade. É só por essas inter-relações que é possível compreender uma mudança linguística, ou seja, na medida em que se estabelece a análise não só do comportamento das variantes, mas também da descrição das características sociais dos membros de uma comunidade (faixa etária, escolaridade, posição social, gênero, etnia, procedência geográfica etc), estabeleceu-se também como finalidade determinar a influência desses fatores no processo de mudança, que foi definido como o problema do encaixamento social.

É necessário considerar, por um lado, que é a complexa inter-relação entre os fenômenos culturais e sociais da língua que permite a ela assumir diferentes formas, mas também, por outro, é necessário também reconhecer que essa complexidade se dá com base na multiplicidade de subsistemas linguísticos que existem numa mesma língua.

É certo que as pressões sociais operam continuamente sobre a língua, propiciando constante mudança. Como as mudanças acontecem com base na relação entre língua e sociedade, a rapidez ou a lentidão do processo de deriva estão determinadas pelas condições histórico-sociais definidas pelo contexto e constituem fatores condicionadores, que, potencialmente, influenciam a realização de uma variante em vez de outra, como, no caso deste estudo, as formas pronominais *tu* e *você*, na referência determinada e na referência indeterminada.

Em razão do fato de a língua apresentar várias características que influenciam e até explicam o processo de mudança, discutiremos, na próxima seção, algumas características que geram conflitos na explicação desse processo.

2.4 Características da mudança

Já vimos que as línguas mudam com o passar do tempo, mas que existem alguns conceitos conflitantes que permeiam os estudos da linguística em torno da mudança. A primeira ideia defendida pelos linguistas é de que a mudança está presente em todas as línguas, fenômeno esse próprio de todas elas, uma característica comum do homem e da natureza em geral, como nos mostram os geólogos e os biólogos, uma vez que as línguas passam por transformações e mutabilidade ao longo do tempo, de forma contínua e ininterrupta. Sendo assim, cada estado de língua, definido como um objeto homogêneo, no presente ou no passado, é na realidade um constructo teórico, especialmente porque, a cada momento do tempo, ocorrem mudanças, ainda imperceptíveis aos falantes.

A segunda característica envolvendo o aspecto da mudança se configura na ideia de que esse processo não ocorre de forma abrupta, mas de forma lenta e gradual:

a substituição de uma forma *x* por *y* passa sempre por fases intermediárias, há um momento em que *x* e *y* coexistem como variantes; depois há um momento de luta entre *x* e *y* seguida do

desaparecimento de x e da implementação hegemônica de y.
(FARACO, 2005, p.46)

Disso decorre a ideia de que a mudança não é discreta. Por isso, Câmara Jr (1972) defende que, “é inconcebível, por exemplo, que de súbito, no território lusitânico da Península Ibérica, uma forma latina como *lupum* pudesse ter passado imediatamente para *lobo*, sem a longa cadeia evolutiva que na realidade se verificou” (CÂMARA JR., 1972, p. 35-36). Assim, não há na história das línguas momentos de transformação radical, no ponto bem localizado no tempo, de uma estrutura linguística. (FARACO, 2005, 46-48)

Outra característica que permeia o estatuto da mudança está baseada no fato de que ela não é fortuita, nem se dá ao acaso, sem rumo, mas dispõe de uma orientação sistemática e regular. Para ilustrar esse princípio, Faraco mostra os casos de encontros consonantais /kl-/ e /pl-/ do latim, que sofreram alterações no espanhol e no português, historicamente, como mostrado no Quadro 1.

Quadro 1- Mudança dos grupos consonantais

Latim	Espanhol	Português
Clamare	llamar	chamar
Clave	clave	chave
Plenu	lleno	cheio
Plicare	llegar	chegar

Fonte: Faraco, 2005, p. 51.

A regularidade existente permite esclarecer correspondências sistemáticas entre as línguas, ou estágios da mesma língua, tornando assim, possível, a reconstituição da história, o que se explica perfeitamente com base no Princípio do Uniformitarismo (LABOV, 1994). Essas correspondências sistemáticas forneceram a base inicial para a constituição da reflexão histórica em linguística com o desenvolvimento do método comparativo, que revelou o parentesco entre as línguas e reconstituiu aspectos de seus estágios anteriores comuns. São justamente esses processos que permitiram perceber a sistematicidade dessas correspondências, como o resultado de sucessivas mudanças no eixo do tempo e, em consequência, o estabelecimento dos estudos propriamente históricos.

No século XIX os neogramáticos formularam a teoria de que as mudanças fonéticas tinham um caráter de absoluta regularidade e, portanto, deveriam ser entendidas como leis que não admitiam exceções (as chamadas leis fonéticas). As aparentes exceções foram explicadas pelo processo de analogia, considerado pelos neogramáticos como uma interferência do plano gramatical sobre o plano fônico, que afeta o caráter absoluto da mudança sonora. Logo, porém, ficou claro que o princípio de regularidade absoluta dificilmente permitiria dar conta de forma adequada da história das línguas, que é bem mais complexa do que pensavam os neogramáticos (FARACO, 2005).

Os estudos dialetológicos evidenciam que a mudança nunca alcança instantaneamente todas as palavras envolvidas com o elemento em mutação, bem como também nunca alcança simultaneamente todo o espaço geográfico ou social em que a língua é falada. Por trás dessa não uniformidade, há múltiplos fatores que podem retardar, impedir e até fazer reverter a mudança que envolve a vida e a história dos falantes, não sendo, portanto, apenas as pressões analógicas que podem romper a regularidade da mudança (FARACO, 2005).

Nessa perspectiva, entende Faraco (2005) que as leis fonéticas tiveram de ser reinterpretadas, passando a ser vistas como auxiliares descritivos interessantes na investigação dos processos históricos. Como os processos de mudança são extremamente complexos e as regularidades observadas terão sempre um caráter relativo, o linguista necessita pesquisar os múltiplos fatores que interferem no processo histórico e que permitem gerar tais fenômenos.

As mudanças linguísticas não estão condicionadas apenas por fatores linguísticos, como as leis fonéticas, nem somente por fatores psicológicos, como a analogia, mas se acham também correlacionadas principalmente com fatores provindos da história do grupo social falante de uma dada língua. Não é adequado, portanto, no tratamento da mudança, falar em lei num sentido absoluto, porque a história das línguas não está submetida apenas a princípios gerais, constantes e necessários, mas é também o produto da atividade humana, e, como tal, está antes submetida às contingências e vicissitudes da própria vida concreta dos falantes, a história de cada grupo e de cada sociedade humana.

Defender uma perspectiva que integre a dimensão interna e a externa é reconhecer a língua como uma realidade heterogênea e também considerar que pode haver mudança nas relações sociais. Assim, o núcleo do estudo histórico das

línguas corresponde ao complexo jogo dialético entre o social e o estrutural, além do contato linguístico, que também pode ser um importante fator condicionante de mudança (FARACO, 2005).

Se a mudança não acontece por acaso, a língua também não está submetida ao universo da necessidade, mas da probabilidade. Em suma, a mudança é contínua, lenta, gradual e relativamente regular. Ela emerge da realidade heterogênea das línguas, estando, portanto, correlacionada a complexos processos sociais e culturais, o que exige uma abordagem que correlacione contextos linguísticos e extralinguísticos, conforme já apontado.

Fechamos aqui a discussão dos conceitos de variação e mudança, que estão bem no núcleo da pesquisa sociolinguística. Valeria a pena dizer, no entanto, que, de acordo com Camacho (2013), se, por um lado, a sociolinguística variacionista sustentou, no início, posições teórico-metodológicas, que a distanciavam da tendência formalista, inclusive como modelo alternativo de análise, no fim da década de 1960, por outro, a proposta do conceito de regra variável e os embates teóricos que a envolveram encaminharam essa corrente mais para o polo formal do que para o funcional. Vamos examinar como isso se deu iniciando a discussão na seção 2.5 com o conceito de variável em face de princípios funcionais.

2.5 O estatuto funcional ou variável do objeto sociolinguístico

Sobre o conceito de variável, Oliveira (1986) levanta dois problemas metodológicos nos estudos sociolinguísticos: o primeiro corresponde à questão de se incluírem fatores não estruturais e se relaxar a atenção para os fatores estruturais; a segunda crítica está voltada para a definição do conceito de variável definido por Tarallo, como “diversas formas de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 1990, p. 8).

Oliveira (1986) questiona as ideias desse conceito de “mesmo valor de verdade” e de “mesmo significado”, afirmando que essas restrições não têm validade absoluta: uma variante pode ser usada em um mesmo contexto com significados diferentes, havendo, nesse caso, uma alteração no valor de verdade e “o contexto não estrutural tem o mesmo efeito de separar o joio do trigo que o contexto estrutural” (OLIVEIRA, 1986, p.90). Afirma o autor que a variação só ocorre quando temos duas ou mais variantes em alternância de usos em determinado contexto. Se

a variação atuar como a única possibilidade de uso em certo grupo social ou comunidade, em oposição a outro grupo social ou comunidade, esse fenômeno não pode ser considerado um caso de variação, conforme as palavras literais do autor:

Vamos perceber que muito daquilo que foi impingido à linguística como variação e desvio tem uma organização própria. Aquilo que pode parecer variação e desvio, do ponto de vista da análise de algum linguista, pode emergir como tendo estrutura e padrão, do ponto de vista da economia comunicativa do grupo onde a forma de fala analisada existe. (OLIVEIRA, 1986, p. 90).

O que se depreende dessas palavras é que não é necessariamente correto afirmar que variáveis linguísticas constituem formas variantes que dizem a mesma coisa em um mesmo contexto com o mesmo valor de verdade (TARALLO, 1990, p. 8), especialmente quando cada forma de expressão veicula significados diferentes, alterando o valor de verdade do enunciado, por interferência de fatores estruturais e não estruturais, sejam eles sociais, discursivos, pragmáticos etc.

Discutindo a suposta equivalência semântica entre duas variantes sintáticas, Lavandera (1978) defende que, em vez de operar com uma concepção extremamente limitada de significado, definido como “significado referencial”, por limitação da noção de valor de verdade, é mais adequado substituir essa restrição pelo conceito mais abrangente de “comparabilidade funcional” e tratar as regras variáveis de natureza probabilística apenas como recursos heurísticos que guiarão a interpretação dos dados quantitativos. Para Lavandera (1978) a variação reflete, na realidade, uma escolha do falante de acordo com seus propósitos comunicativos no processo de interação³.

A sociolinguística tem-se alinhado a outras tendências não formalistas, na superação da parcialidade imposta ao objeto de estudo em razão de sua idealização, substituindo o tratamento de um sistema fechado pelo tratamento do discurso. É possível, hoje, olhar para a língua em uso no contexto social mediante a projeção de novas perspectivas.

É a natureza e a delimitação do objeto que movem o confronto entre formalistas e funcionalistas. Os funcionalistas consideram, na análise linguística,

³ Com uma visão um pouco mais radical, Calvet (1977) sustenta que é necessário superar a tendência meramente sociologizante da sociolinguística, já que o estudo da linguagem não poderia jamais pertencer a uma ciência autônoma, mais a uma ciência inter(e)transdisciplinar, incluindo uma perspectiva psicanalítica, ideológica e sociológica da variação.

tanto o sistema formal quanto o funcional, uma vez que para eles as formas de usos da língua são explicadas por aspectos linguísticos e não linguísticos.

Segundo Camacho (2013) é um equívoco estabelecer um conflito entre essas duas perspectivas teóricas, já que o estudo da língua requer olhar para todos os seus aspectos constitutivos, sejam eles estruturais, funcionais ou sociais. No entanto, os estudos iniciais desenvolvidos pela sociolinguística variacionista tinham uma clara preocupação com a análise da língua em uso no contexto social, em que se sobrepujam as explicações sociais sobre as internas ou formais, mas, aos poucos, Labov (1994) rendeu-se a uma análise formalista, que o distanciou do enfoque funcionalista.

Na etapa pioneira de seu desenvolvimento, os estudos variacionistas centraram suas pesquisas nos estudos fonológicos e morfológicos, cuja análise quantitativa oferecia mais segurança ao analista, já que fenômenos morfológicos e fonológicos de fato constituem duas maneiras de dizer a mesma coisa no mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade.

A necessidade da sociolinguística laboviana de dialogar com a teoria gerativa, certamente o paradigma mais bem sucedido na década de 60, motivou a elaboração de aparato formal para a regra variável com base nas formulações utilizadas pela fonologia gerativa. Assim, o que os gerativistas chamavam de regra facultativa passou a chamar-se regra variável por Labov, com notação apropriada para representar a atuação dos fatores externos e dos internos, num modelo que combina os métodos e conceitos da gramática gerativa e da fonologia com técnicas de análise quantitativa (CAMACHO, 2013).

Um aspecto determinante do conceito de regra variável, questionado por Lavandera (1978), Romaine (1981) e Garcia (1985), define-se pelo grau em que as variantes de uma variável sintática são realmente diferentes maneiras de dizer a mesma coisa. O ataque de Romaine apontou para o aspecto indutivista da teoria, enquanto os de Lavandera e García, para o estatuto teórico da regra variável, quando aplicada à sintaxe. Uma segunda polêmica foi motivada pelo trabalho de Kay e McDaniel (1979 apud CAMACHO, 2013).

A grande maioria dos estudos variacionistas se desenvolveu no campo da fonologia e não da sintaxe, isso se explica por dois motivos: (i) as análises empíricas necessitam de grande quantidade de dados, que são mais facilmente obtidos quando se trata de sons/fonemas do que quando se trata de construções sintáticas;

(ii) como os estudos fonológicos são, em geral, muito mais desenvolvidos que os sintáticos, eles constituíram o cenário ideal para o estudo da variação, nos trabalhos desenvolvidos por Labov (2008 [1972]). Assim, a pesquisa variacionista começa pelos níveis fonológico e morfológico, e, somente mais tarde passa para o sintático, especialmente com o trabalho de Labov (1975) sobre a cópula do inglês, publicado em 1969, e com a tese de Lavandera (1975) e a dissertação de mestrado de Silva-Corvarlan (1977, apud BENTIVOGLIO, 1987).

Lavandera (1978) pôs realmente os variacionistas em crise, ao questionar a pertinência dos estudos variacionistas quando aplicados à sintaxe, já que, na visão da autora, “as unidades para além do (nível) fonológico, digamos um morfema, um item lexical, ou uma construção sintática, tem cada uma por definição um significado” (LAVANDERA, 1978, p.17-18). Esse modo de pensar põe em cheque o próprio estatuto da variação, se por variação se entendem duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma “coisa” no mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. Até então, os trabalhos variacionistas, desenvolvidos por Weiner e Labov ([1916] 1977), Laberge, Sankoff e Thibault (1977), vinham postulando que as variantes de uma variável linguística teriam o mesmo significado referencial. Lavandera (1978) propõe, então, enfraquecer essa condição e substituí-la por “uma condição de comparabilidade funcional”, semeando dúvida no seio variacionista (BENTIVOGLIO, 1987).

Um ano mais tarde Romaine (1981) questiona seriamente o uso do modelo multiplicativo de regras variáveis (CEDERGREN E SANKOFF, 1974), afirmando que “aparentes êxitos” não podem ser considerados indícios de verdade; afirma, por fim, que Labov é mais um “operacionalista” e que a sociolinguística não é uma teoria.

Garcia (1985) repele radicalmente a ideia de que possa haver variação em sintaxe. Analisando os trabalhos de Sankoff e Tribault (1977), Sankoff e Labov (1979), a autora conclui que nenhum dos três trabalhos examina realmente um caso de variação, mas apenas de “diferentes maneiras de dizer coisas diferentes”. Garcia (1985 apud BENTIVOGLIO, 1987) recrimina a sociolinguística por

não ter tentado nunca desenvolver categorias analíticas que, ao proporcionar um ponto de vista original com respeito a língua, tornassem possível integrar juízos qualitativos sobre as estruturas lingüísticas com dados quantitativos sobre o uso da língua (GARCIA 1985,218, apud BENTIVOGLIO, 1987, p.12).

Para Bentivoglio (1987), as ideias dos variacionistas e dos antivariacionistas pareciam extremadas e, por isso, perigosas. A sintaxe não é certamente o campo mais adequado para estudos de variação, se for encarada com uma visão estreita, ademais o problema não se restringe ao fato de que as construções sintáticas têm significados, diferentemente dos sons/fonemas. O certo é que a sintaxe não dispõe de contextos iguais, tal como na fonologia.

Por esse motivo, Bentivoglio propõe que as análises sobre sintaxe devem apropriar-se tanto das propostas variacionistas quanto das funcionalistas, de uma perspectiva comunicativa, com a ressalva de que sejam interpretados os resultados obtidos quantitativamente à luz de reflexões qualitativas. Essa proposta nos leva a estabelecer alguns princípios fundamentais para os estudos sobre sintaxe, que permitam, assim, empreendermos nossa tarefa de analistas. A autora concorda com as críticas de Lavandera e Garcia, mas salienta a importância de fazer uso do enfoque variacionista clássico nas análises sobre sintaxe, posição que assumimos também neste trabalho.

O certo é que quando se trata de estudo da sintaxe nem tudo é variação, mas nem por isso se deve abandonar a ideia de variação dos estudos da sintaxe e o que se deve observar são as vantagens e desvantagens de se olhar para diversas teorias sobre sintaxe nos estudos variacionistas. É possível que os fatores extralinguísticos não apresentem nenhuma relevância para a sintaxe, mas, segundo Bentivoglio (1987), é importante explicar o porquê do resultado desses fatores e olhar para a relação entre os fatores externos e internos, o que garante uma pesquisa mais completa e coerente.

Para Romaine (1981), Kay e McDaniel (1979) e Bentivoglio (1987) o principal problema dos estudos variacionistas se resume à análise puramente descritiva dos fatos da língua, sem considerar seriamente suas implicações teóricas.

Imune a essas críticas, Labov (1994, 2001 e 2010) manteve o enfoque formalista e não funcionalista em relação à motivação dos grupos de fatores internos, defendendo, inclusive, que a variação e a mudança ocorrem de forma mecânica, em função de restrições provocadas por relações puramente internas entre os elementos linguísticos, além de não admitir que motivações tipicamente funcionais possam explicar os processos de variação e mudança.

Concordamos com Camacho (2013) que é preferível o pesquisador projetar um novo olhar para os estudos da linguagem, o que implica considerar todas as

perspectivas teóricas, sejam elas estruturalistas, gerativistas ou funcionalistas, objetivando, com isso, esgotar todas as possibilidades de análise na explicação do fenômeno linguístico. Uma posição como essa significa, previamente, observar detalhadamente os fatores relevantes e não relevantes sem priorizar posição teórica metodológica, e as explicações a serem fornecidas podem evidenciar as principais motivações para o processo variável.

2.6 Uma orientação funcionalista para o estudo dos pronomes

Para o desenvolvimento desta pesquisa apresentamos também como suporte teórico a assim chamada Teoria da Gramática Funcional de Dik (1989), por fornecer um instrumental suficiente para explicar as questões discursivas e descrever diferenças semântico-pragmáticas no emprego dos pronomes pessoais *tu* e *você*.

Mais do que uma teoria ou um conjunto de teorias, o funcionalismo é um modo de pensamento, um olhar para a linguagem e suas relações com a organização do mundo. Segundo Paveau (2006), o núcleo fundador dessa corrente foi o Círculo Linguístico de Praga, movimento fundado em outubro de 1926 por Mathesius, que reuniu pesquisadores tchecos e linguistas estrangeiros, como o alemão Bühler, os franceses Tesnière, Benveniste, Vendryès e Martinet, tendo como figuras dominantes os russos Troubetskoi e Jakobson que se juntaram ao Círculo em 1928.

A linguística oriunda do Círculo de Praga constitui um tipo de revolução epistemológica nos estudos europeus da língua, nos anos 20 do século passado, já que, dominada pelas teorias fundadas na diacronia, representada essencialmente pelos trabalhos dos neogramáticos, fundou uma visão estrutural-funcional da linguagem com base na sincronia.

Na visão dos neogramáticos, a mudança linguística estava situada em uma dimensão histórica, o que seria possível apenas mediante um método diacrônico, pois essa era a única maneira de ver a língua de uma perspectiva científica, já que, segundo eles, todo estudo sincrônico resultava no viés normativo. O Círculo Linguístico de Praga ampliou o olhar, restrito aos estudos de mudança, ao reconhecer a importância da dimensão sincrônica para a explicação dos fatores que desencadeiam o processo de mudança (PAVEAU, 2006, p. 115 a 121).

A ideia geral que fundamenta o pensamento dessa escola funcional é a de que a estrutura das línguas é determinada por suas funções características:

O estudo de uma língua exige que se considere rigorosamente a variedade das funções lingüísticas e de seus modos de realização no caso considerado. [...] É de acordo com essas funções e com esses modos que se transformam a estrutura fônica e a gramatical, e a composição lexical da língua (PAVEAU, 2006, p.121).

No paradigma funcional, a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer interações comunicativas entre os usuários (NEVES, 1997, p. 19).

Assim, a interação verbal, que é interação social estabelecida por meio da linguagem, constitui uma forma de atividade cooperativa estruturada: é “estruturada” por ser governada por regras, normas e convenções, e é “cooperativa”, por necessitar de, pelo menos, dois participantes para atingir seus objetivos.

Na interação verbal, os participantes se utilizam de certos instrumentos: as “expressões lingüísticas”. Desse modo, nas palavras de Dik (1989), a lingüística tem de ocupar-se de dois tipos de sistemas de regras: as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas (que governam a constituição das expressões lingüísticas) e as regras pragmáticas (que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões lingüísticas são usadas) (DIK, 1989).

Diferentemente do enfoque formal, que assume o pressuposto de que se descreve a língua somente com base em elementos internos ou inerentemente lingüísticos, para a perspectiva funcionalista a descrição completa da língua precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e seu estatuto social na situação de interação.

Enquanto a teoria formalista prioriza o estudo da competência (ou língua-I), em detrimento do estudo do desempenho (ou língua-E), a teoria funcionalista postula como princípio fundamental subordinar o estudo do sistema lingüístico ao uso, o que coincide parcialmente com a visão de objeto de estudo preconizada pela teoria variacionista.

Desse posicionamento teórico, deriva-se outro, baseado na relação entre a língua e o contexto social: para o enfoque formal, as sentenças de uma língua devem ser descritas independentemente do contexto situacional de uso, já o enfoque funcional considera por princípio a necessidade de descrever o funcionamento de expressões verbais em contextos sociais específicos (CAMACHO, 2013, p.125).

A capacidade linguística do falante compreende não apenas habilidades de construir e interpretar expressões linguísticas - como afirmam os formalistas – mas também habilidades de usar essas expressões de maneira apropriada e efetiva, de acordo com as convenções da interação verbal que prevalecem numa comunidade linguística. Para os funcionalistas o falante desenvolve, não a competência em termos gerativistas, mas uma “competência comunicativa” (DIK, 1989).

Dik (1989) aponta que, ao se adotar uma abordagem funcionalista do estudo das línguas naturais, busca-se responder, fundamentalmente, às seguintes questões (i) como “opera” o usuário da língua natural ou, em termos mais específicos; (ii) como falantes e destinatários são bem sucedidos ao se comunicarem uns com os outros por meio de expressões linguísticas?; (iii) como lhes é possível fazer-se entender mutuamente, influenciar o estoque de informação e, sobretudo, o comportamento prático um do outro, por meios linguísticos? (DIK, 1989).

Assumir a língua como interação social implica compreender que estudar a língua é um processo que vai além do estudo da descrição dos fenômenos internos do sistema. Além disso, requer uma análise mais profunda e eficaz que abranja todos os fatores que envolvem o discurso. O processo de interação é estabelecido por uma relação sociodiscursiva, que envolve elementos, como, linguagem, sujeito e contexto, favorecendo sempre novas construções e reconstruções dos significados. Esse modo de ver a língua em uso no contexto social responde adequadamente aos pressupostos da sociolinguística variacionista.

Definidos os parâmetros teórico-metodológicos, trataremos, na sequência, de identificar e delimitar o fenômeno em análise.

3 IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO FENÔMENO

3.1 Introdução

A variável aqui enfocada, o uso de *tu* e *você* tem, na referência determinada, valor dêitico por se referir à 2ª pessoa do discurso com uma referência sempre variável de acordo com a situação discursiva, como itens lexicais em geral, do tipo *árvore*, *mesa*, etc. Como “dêixis” constitui um termo técnico da linguística, faz-se necessário situá-lo em relação a outros conceitos⁴ envolvidos com a definição dele. Inicialmente, apresenta-se o conceito de dêixis presente nos dicionários tradicionais e linguísticos; em seguida situa-se o leitor sobre o papel social e dialógico do uso das estruturas deíticas, após delimitamos o fenômeno em estudo em quatro abordagens, histórica, gramatical, linguística e funcionalista.

3.2 Concepções de dêixis nos dicionários tradicionais e linguísticos

Nos Dicionários de Língua Portuguesa, a dêixis é classificada apenas na categoria dos pronomes pessoais e demonstrativos. Observe a definição de dêixis encontrada no dicionário de Aurélio Buarque.

Dêixis: [Do gr. Dêixis, “modo de provar” “demonstração”]. (...) Propriedade que têm alguns elementos lingüísticos, tais como pronomes pessoais e demonstrativos, de fazer referência ao contexto situacional ao próprio discurso, em vez de serem interpretados semanticamente por si sós; referência [A melhor para esse voc. é dêixis, mas a f. dêixis é a usual. V. anáfora (2), catáfora (2), endófora e exófora]. (HOLANDA, 1999, p. 617)

O conceito acima está delimitado numa perspectiva muito restrita e ligeira, própria de dicionários gerais, uma vez que os casos de dêixis não contemplam somente os usos dos pronomes pessoais e demonstrativos, mas também os advérbios temporais e locativos e, os verbos, que apontam para pessoa e tempo na flexão. A língua tem um centro dêitico que se deriva da primeira pessoa.

⁴ Terminologia: é um conjunto de premissas, argumentos e conclusões para explicar o relacionamento entre conceito e termos especializados, descrição, processamento e apresentação dos termos; como produto é um conjunto de termos ou vocabulários de uma determinada especialidade (CABRÉ, 1995).

Já na perspectiva dos dicionários de linguística encontramos uma visão mais ampla de dêixis, como mostrado por Jota (1971[1924]), Dubois (1973) e Câmara Jr. (1978). Jota (1971 [1924]) define dêixis da seguinte maneira:

a faculdade que têm alguns vocábulos de nomear os seres mostrando-os, opondo-se, portanto, aos nomes, que designam os seres conceituando-os. A dêixis nos mostra algo em sua posição espacial: *este* (com referência ao que está perto a pessoa que fala), *esse* (perto da pessoa com quem se fala), e *aquela* (distante de ambos). Do mesmo modo os advérbios *aqui*, *lá* e *acolá* (v. demonstrativo). Caso especial de dêixis é a *anáfora*, que mostra o ser em sua oposição espacial em referência não à pessoa do discurso, mas a um elemento expresso no mesmo texto: *esse, isso*, para o que acaba de falar; *este, isto* para o que se vai dizer. O que relativo é neutro sob tal aspecto (JOTA, 1971 [1924], p. 98).

Jota (1971) não separa as noções de dêixis e de foricidade, preferindo incluir as relações anafóricas na categoria. Tanto a anáfora quanto a dêixis identificam objetos, pessoas, momentos, lugares e ações, mas a anáfora os identifica a partir de uma menção anterior no discurso ou na sentença, já a interpretação dos elementos dêiticos depende de informações contextuais.

Dubois (1973) define dêixis em seu dicionário de linguística da seguinte maneira:

Todo enunciado se realiza numa situação definida pelas coordenadas espaço-temporais: o sujeito refere o seu enunciado ao momento da enunciação, aos participantes na comunicação e ao lugar em que o enunciado se produz. As referências a essa situação forma a *dêixis*, e os elementos lingüísticos que concorrem para “situar” o enunciado (para “embreá-lo” na situação) são dêixis. A dêixis é, pois, um modo particular de atualização que usa o gesto (dêixis mímica) ou termos da língua chamados dêiticos (dêixis verbal). O dêitico, ou apresentativo, é assim assimilado a um gesto verbal (equivalência entre *entregue a João*, estendendo a mão, e *entregue isto a José*).

U. Weinrich assinala os seguintes fatores da situação de comunicação como possíveis de serem usados para a dêixis (de forma evidentemente muito diversa conforme as línguas): (1) a origem do discurso (“o eu”) e o interlocutor (“o tu ou você”); (2) o tempo do discurso, modificando o verbo, às vezes a frase como um todo (em Chinês); (3) o lugar do discurso, na maioria das vezes organizado segundo a categoria de “pessoa” (*este* e *aqui* situam em relação à primeira pessoa; o lat. *iste* e o port. *esse* situam em relação à segunda pessoa); (4) a identificação de dois atos de discurso: é um juízo sobre a identidade de dois referidos que justifica o funcionamento dos pronomes. Em *Eu vi Pedro, ele vai bem*, o pronome *ele* substitui *Pedro*, cuja identidade de referência com o

primeiro *Pedro* é constatada pelo falante. V. EMBREANTE. (DUBOIS, 1973, p. 168).

Câmara Jr. (1978), fornece, em seu Dicionário de Linguística e Gramática de Língua Portuguesa, a seguinte definição:

a faculdade que tem a linguagem de designar mostrando, em vez de conceituar. A designação dêitica ou mostrativa, figura assim ao lado da designação simbólica ou conceptual em qualquer sistema linguístico. Podemos dizer que o SIGNO linguístico apresenta-se em dois tipos- o SIMBOLO, em que o conjunto sônico representa ou simboliza, e o SINAL, em que o conjunto sônico indica ou mostra (...) o pronome é justamente o vocabulário que se refere aos seres por dêixis em vez de o fazer por simbolização como os nomes. Essa dêixis se baseia nos esquema linguístico das três pessoas gramaticais que norteiam o discurso: a que fala, a que ouve e todos os mais situados fora do eixo falante-ouvinte. (CÂMARA JR., 1978, p. 90)

Essa definição contém um entendimento do signo linguístico que está de acordo com a teorização de Benveniste (1976) Jakobson (1957).

Jakobson (1957) é o primeiro linguista que faz uma abordagem mais ampla do estudo dos pronomes, perpassando a visão de língua, fala e linguagem assumida pela teoria estruturalista. Para Jakobson (1957), *eu* designa o destinador e *tu* o destinatário da mensagem em que são emitidos, o que mostra que o autor não vê os pronomes apenas como substituto dos nomes ou indicadores das pessoas do discurso, mas como signos que têm sentido particular, ampliando a visão trazida pelas gramáticas normativas e dicionários de língua. Assim, o estudo de Jakobson enfatiza a dimensão propriamente enunciativa da linguagem e é, exatamente, isso que o aproxima dos estudos de Benveniste.

Como todo sistema linguístico pressupõe a existência de uma relação de covariação entre o uso que dele se faz e os traços socioculturais dos participantes da interação e da própria situação de interação, é possível que os membros de uma comunidade indiquem sua atitude em relação a seus interlocutores mediante o emprego de vários procedimentos linguísticos. Dentre eles, inclui-se a alternância na seleção de formas dêiticas de segunda pessoa, além de nomes, títulos e a flexão pessoal de verbos, que determina se a atitude indica, de modo geral, deferência ou familiaridade de acordo com a identidade social dos participantes e as circunstâncias sociais da interação (CAMACHO, 2015).

Uma característica essencial dos dêiticos é comporem um paradigma relacionado à dimensão pragmática da linguagem, por instituírem uma relação de ostensão do texto para a situação do discurso, apontando para os elementos essenciais do processo de comunicação, como os participantes e os elementos espaciais e temporais que configuram a situação do discurso.

Lembrando Benveniste (1976 [1946]), a classe dos dêiticos pessoais teria o papel de converter a língua em discurso, um cálculo que tem tudo a ver com a vigência da dicotomia saussuriana língua e fala. Embora a rigor o único conversor é o pronome *eu*, a conversão não pode dar-se como tal sem a projeção necessária de um *tu*. Ao mesmo tempo em que *eu*, ao assumir o discurso, projeta um *tu*, associa a si próprio, e conseqüentemente a *tu*, toda uma série de indicadores espaço-temporais indispensáveis para a configuração da situação comunicativa centrada em si mesmo.

O autor critica a universalidade das categorias pronominais nas línguas, defendendo que essa visão é um problema de linguagem e de língua, pois os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes. Benveniste salienta ainda que os dêiticos “refletem” a existência dos signos que constituem a enunciação, que são o locutor/alocutário, o lugar e o tempo de uso da enunciação, sendo os mais representativos o *eu/ tu/aqui/agora*.

A introdução do conceito de dêixis pessoal compromete a própria distinção língua e fala, especialmente porque sua definição implica, necessariamente, a projeção a uma situação real de comunicação. Se por um lado, a noção de signo de Saussure (1977) lembra claramente uma relação interna, no interior de um sistema de interdependências que a define, as instâncias do emprego de *eu*, por outro, não constituem como a de outros signos uma classe de referência, uma vez que não há nenhum objeto definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias.

Contrariamente aos nomes, cuja ocorrência se refere sempre a uma noção constante e apta a permanecer virtual, ou a se atualizar num objeto singular, os pronomes pessoais do tipo dialógico não constituem nem implicam uma classe de referência, por não haver objeto definível como *eu* ao qual possam remeter identicamente todas as suas ocorrências (BENVENISTE, 1976 [1946]).

3.3 Um papel social e dialógico

Tal como desenvolvida até aqui, a discussão da noção de dêixis resvalou apenas em sua dimensão gramatical, ainda que numa gramática que preveja instrumentos de relação entre a expressão verbal e a situação socialmente estabelecida. Entretanto, pouco diz sobre ser o eixo dos participantes do discurso o centro irradiador de identificação social dos indivíduos envolvidos na interação, ou seja, do estatuto social do dêitico pessoal dialógico. Sobre isso Camacho (2015) afirma que:

(...) cada indivíduo que se apropria da linguagem para convertê-la em discurso, e que se enuncia *ego*, apresenta-se a *alter*, seu destinatário, numa escala relativa de status social determinado por atributos tipicamente sociais como gênero, idade, nível de escolaridade, ocupação etc. É desse complexo de variáveis que se configura o conteúdo social da dêixis (CAMACHO, 2015, p. 165).

No sistema de referência pessoal, incluem-se as formas de que dispõem a língua para a expressão de certas atitudes sociais e psicológicas que o falante assume diante de um interlocutor. Além de pronomes de referência à segunda pessoa, fenômeno em estudo aqui, esse conjunto abrange outras categorias, como flexão verbal, formas de vocativo e traços lexicais e morfossintáticos de registro, conforme o grau de formalidade das circunstâncias de interação verbal. É por isso que, segundo Camacho (2015),

a seleção de formas pessoais de referência ao interlocutor perfaz dupla função dêitica, a tipicamente interlocutiva de que vem tratando a Análise do Discurso e outra, tipicamente social, mais afeita a abordagem de natureza sociolinguística (CAMACHO, 2015, p.165-6).

Toda comunidade social desenvolve padrões ideológicos de natureza normativa, que regem as expectativas mútuas das partes envolvidas no processo de interação. Estreitamente vinculada a tais padrões, a identidade dos participantes é representada pela posição que cada qual ocupa no interior da estrutura social. Por conseguinte, é da perspectiva do indivíduo que se enuncia *eu* e que, por isso mesmo, se apropria do discurso na instância em que ele é formulado, que é possível estabelecer o estatuto social da referência ao interlocutor.

Uma vez que o sistema normativo, regulador, estabelece, ao mesmo tempo, direitos e obrigações sociais, é possível identificar duas categorias de relações

sociais, diretamente relacionadas à seleção de formas de referência ao interlocutor. As relações são simétricas, se locutor e interlocutor compartilharem, reciprocamente, direitos e obrigações, e assimétricas, se, por exemplo, o locutor tiver somente obrigações e o interlocutor, somente direitos (GOFFMAN, 1956). Configura-se, nesse caso, uma relação de autoridade, ou poder legítimo, que um indivíduo detém em virtude de sua posição numa estrutura socialmente organizada e, por isso mesmo, convencionalmente aceita e compartilhada. A infração de uma regra conduz a uma sensação de constrangimento e a sanções sociais negativas; por isso é forte a motivação para integrar-se nos padrões normativos.

O mecanismo linguístico mais comumente empregado para expressar essa modalidade dêitica são as formas de tratamento para se dirigir ao interlocutor, representando-o no enunciado por formas como *tu/você* e *o(a) senhor(a)*⁵; todavia, este trabalho se atém apenas à alternância entre *tu* e *você*, para um padrão recíproco em que imperariam relações simétricas.

Ressalte-se, todavia, que, em relação às relações interpessoais, a essa alternância de formas no padrão recíproco, correspondem duas outras dimensões semânticas referentes ao grau de proximidade ou não das relações entre os interlocutores; nesse caso o emprego de *tu* é mais frequente nas relações simétricas, indicando intimidade, enquanto o emprego de *você* é mais presente nas relações assimétricas, exprimindo, em geral, distanciamento e formalidade (LOPES; DUARTE, 2003; MARCOTULIO, 2008, 2010; RUMEU, 2013). Uma distribuição similar, com base nos estudos sobre os usos das formas pronominais *tu* e *você* na posição de sujeito, foi atestada na língua escrita por Scherre et al. (2018), em cartas escritas pelo capixaba Oswald Cruz Guimarães, no início do século XX, e também por Nunes de Souza e Coelho (2015), que apontam para o uso de *tu* em contextos informais, nas cartas escritas pelo escritor catarinense Cruz e Sousa no século XIX.

Tradicionalmente, o estudo de formas de tratamento no Brasil tem uma tendência inequívoca para a abordagem diacrônica, com base mais filológica que linguística, a que segue, geralmente, um tratamento mais impressionista que descritivo dos fenômenos observados (ALI, 1937; LUFT, 1957; NASCENTES, 1937,

⁵ Prevalendo uma relação assimétrica, o instrumento empregado para expressá-la linguisticamente consiste num padrão não recíproco, segundo o qual o indivíduo em posição inferior emprega *o(a) senhor(a)* e recebe em troca *tu* ou *você*, conforme a variedade linguística. Prevalendo uma relação simétrica, o mecanismo linguístico conduz a um padrão recíproco mediante o emprego de *tu/você* e *o(a) senhor(a)*.

1954-55). As fontes para a obtenção de dados são obras literárias. Eram raras as investigações ancoradas em levantamento mediante questionário, entrevistas ou outras fontes escritas não literárias, como se tem proliferado na sociolinguística contemporânea mediante o uso de cartas pessoais.

Head (1976) apresenta um trabalho significativo sobre tratamento no português brasileiro. Os dados linguísticos compreendem as formas mais comuns de referência à segunda pessoa, como *você*, *tu*, *o(a) senhor(a)*, na função predominante de sujeito, levando ainda em consideração formas de dirigir-se a um ou mais interlocutores e também o emprego de formas oblíquas. A principal variável social analisada como fator condicionador são as relações de papel entre interlocutores de diferentes domínios, como a família, a escola, o trabalho. Os informantes selecionados provêm de quatro diferentes capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, e de uma cidade do interior do Estado de São Paulo.

Esse trabalho fornece um panorama sincrônico do sistema de referência ao interlocutor, demonstrando que, nas variedades examinadas, predomina um sistema binário simples: *o(a) senhor(a)* como forma deferencial; *tu* ou *você* como forma não deferencial ou íntima, com dois padrões especialmente frequentes: o recíproco e o não recíproco.

Brown e Gilman (1960) analisaram mudanças no emprego de formas de tratamento em línguas europeias, demonstrando que a “semântica do poder” deu espaço, no curso do tempo, à “semântica da solidariedade”. Entendem os autores que o emprego de formas de tratamento na idade média era baseado em relações de classe e poder, com um padrão não recíproco entre pessoas não iguais e troca mútua de forma deferencial entre iguais de classe alta e de forma não deferencial entre iguais de classe baixa. Esse padrão bidimensional evoluiu, nos tempos modernos, para uma estrutura unidimensional, em que a seleção de formas de tratamento passou a contemplar apenas critérios de formalidade: troca mútua de tratamento deferencial em situações formais e de tratamento não deferencial em situações informais.

Questionando a generalidade das constatações de Brown e Gilman (1960), Head (1976) postula que a frequência do padrão recíproco não deferencial varia não somente de uma relação interpessoal para outra, mas está, sobretudo, na dependência da variedade linguística considerada; em sua análise, o padrão

recíproco é geralmente menos frequente nas comunidades socioculturalmente mais tradicionais.

A principal variável linguística analisada neste trabalho, como fator determinante para a referência à segunda pessoa, é o grau de frequência de *tu* e *você* na referência determinada e na referência indeterminada. Entretanto, pretendemos também identificar relações interpessoais nos inquéritos da variedade falada de Rio Branco para verificar se pode haver também uma correlação entre o uso de *tu* e grau de intimidade nas relações interpessoais e entre o uso de *você* e o grau de formalidade.

3.4 Delimitação do fenômeno

A indicação mais evidente da modalidade duplamente dêitica aqui enfocada (dialógica e social) é o que as gramáticas tradicionais designam convencionalmente por pronomes pessoais (*tu* e *vós*) e por pronomes de tratamento (*você(s)*), tratando-os como uma subclasse dos pronomes pessoais.

Essa denominação é, no entanto, inadequada, por não conter, em sua formulação, o postulado de que os pronomes de tratamento são também dotados de um conteúdo dêítico: eles remetem ao destinatário de modo similar ao pronome pessoal dialógico *tu*. Além disso, essa designação pressupõe que *tu* e seus oblíquos correspondentes são socioculturalmente neutros, tendo como traço único distintivo o conteúdo dêítico dialógico. Ao contrário, nas variedades em que a forma *tu* é usada, sua escolha indica, além do destinatário, uma relação de intimidade entre os interlocutores.

A prova mais evidente de que o falante não distingue entre pronomes pessoais e os de tratamento é o uso generalizado da forma *vocês* como referência a mais de uma pessoa, mesmo nas variedades em que é o *tu* que remete à pessoa correspondente no singular. Além disso, é justamente *você*, um pronome de tratamento, que é empregado, na maior parte do país, como a única forma de remeter a um único destinatário⁶. Head (1976, p. 299) prefere denominá-los “nomes pronominalizados” em razão de seu emprego como dêíticos locucionais dialógicos

⁶ A referência ao destinatário não se restringe ao uso dos dêíticos locucionais dialógicos (*tu*, *você*, *o senhor* etc.), mas também ao emprego de nomes e várias combinações de nomes e títulos, especialmente na função de vocativo: títulos, nomes próprios, títulos + último nome, nomes comuns, nomes diminutivos (HEAD, 1976, p. 299; BROWN; FORD, 1964).

em outras funções sintáticas não vocativas, como nas relações gramaticais de sujeito, complemento etc. A propriedade da designação decorre de contraírem concordância verbal com a 3ª pessoa, à moda dos nomes.

Essa confusão entre pronomes pessoais e pronomes de tratamento se justifica pelo fato de que o quadro pronominal do português brasileiro (PB) de referência ao interlocutor era formado pelos pronomes *tu* e *vós*, que marcavam, respectivamente, intimidade e distanciamento interacional (CINTRA, 1972). Segundo Scherre (2015), a redução na frequência de uso do pronome *vós* ativou uma competição entre o pronome *tu* e a forma *você*, denominado “de tratamento” justamente por ter origem na gramaticalização do sintagma nominal *Vossa Mercê* destinado ao tratamento deferencial no passado, sendo usado apenas em tratamentos cortês, formal, cerimonioso.

Diacronicamente, os pronomes *tu* e *você* apresentam formas equivalentes em outras línguas de origem latina. No latim, para as formas de tratamento, a forma *vos* era usada tanto para um único interlocutor, quanto para mais de um interlocutor em situações formais; já a forma *tu* era utilizada apenas para um interlocutor em situações informais (MENON, 1995; FARACO, 2017). De acordo com Menon (1995) tal simplificação dos paradigmas nominais, que já se deu antes, estaria acontecendo novamente no PB, às formas *tu* e *você*.

Diferente do latim, em Portugal, é somente no século XIII que o soberano era tratado por *vós*. Aos poucos, outras formas pronominais foram surgindo e o pronome *vós* foi lentamente sendo substituído pelas formas “Vossa + Nome”, tendo sido uma delas, a forma “Vossa Mercê” (presente nos textos desde o século XII, cf. MENON, 2006).

Lopes (2003, p. 1-2) salienta que o tratamento com *merced* já podia ser encontrado em textos de espanhóis do século XIII, tendo surgido, assim como em Portugal, em virtude da decadência do uso de *vós* como tratamento cortês.

A ascensão da burguesia e o conseqüente enfraquecimento do sistema feudal deram origem a fortes mudanças na vida social e cultural da corte e, principalmente, transformaram o rei em uma figura única. Dai surgiu a necessidade de substituírem o *vós* por formas nominais únicas. No início era *Vossa Mercê* e depois surgiram outras formas de deferência e respeito. Com o tempo, essa forma pronominal passou a ser usada como tratamento para outros membros da burguesia não pertencentes à nobreza e, em seguida, a significar um tratamento respeitoso, designando qualquer

português que não se poderia tratar por *vossa senhoria* ou por *tu* (considerado bastante íntimo).

A evolução dessa forma, depois de ampla expansão social de seu uso, se deu em duas direções: de um lado, ela manteve sua integridade formal e seu valor como uma forma de tratamento relativamente respeitosa num estilo cuidadoso entre a pequena burguesia urbana, mas foi arcaizando-se durante os séculos XVII e XVIII, ao mesmo tempo em que sua rival abreviada (*você*) estava se tornando dominante (FARACO, 2017). Esse processo de mudança evidencia o grau em que os fatores sociais interferem na língua, o grau em que seu uso reflete as experiências sociais de uma comunidade, suas crenças e sua estrutura social.

De acordo com Menon (2000), embora não se saiba ao certo que tipo de português era falado no Brasil no início do período de descoberta, pode-se pensar que essa situação linguística foi trazida pelos colonizadores vindos de todas as partes de Portugal. Além disso, precisamos lembrar que o incipiente processo de alfabetização foi realizado pelos Jesuítas, que também inseriram no Brasil suas crenças, língua e cultura.

Em relação aos pronomes *tu* e *você* no Brasil, essas duas formas coexistiram por muito tempo, já que, no século XVII, o pronome *você* já era usado no PB (MENON, 2009), embora, até o século XIX, predominasse o uso de *tu*. Entretanto nas décadas de 20 e 30 do século XX, essa coexistência desapareceu, predominando o uso de *você*. Atualmente, a predominância de *você*, com relação a *tu*, é incontestável, fato evidenciado em muitos trabalhos sociolinguísticos.

Situação distinta se encontra no Português Europeu (PE) atual, em que, ainda hoje, *tu* é o pronome normalmente usado para tratamento íntimo, destinando-se o pronome *você* ao tratamento de superior para inferior, inclusive de idade e ao tratamento entre iguais, mas de quem se deseja manter certa distância (SANTOS, 1985, p. 2). Um das diferenças mais marcantes em relação ao uso de *você* no Brasil e em Portugal é a conotação negativa que se imprime a *você* naquele país, ao contrário do que acontece na maior parte das variedades brasileiras⁷. Em seu estudo sobre a avaliação das formas de tratamento por estudantes da Universidade de

⁷ Destaque-se, no entanto, que, nas cartas pessoais analisadas por Nunes de Sousa e Coelho (2015), as relações interpessoais mais íntimas ativam o uso de *tu*, que ainda predomina na variedade de Florianópolis nesse tipo de situação.

Évora, Oliveira (1996, p. 132) verificou que os informantes valorizam mais o tratamento “o vizinho/ a vizinha” que *você*.

A esse propósito, afirma Villalva (2003) que a marcação do grau de formalidade no português europeu vai além do simples uso da oposição entre *tu* e *você*, já que se faz uso intenso, nessa variedade, de expressões nominais classificadoras do interlocutor. Vejamos as palavras literais da autora:

Se *tu* é a forma de tratamento que exhibe maior grau de proximidade entre o locutor e o interlocutor, *você* é a opção intermédia e tratamentos do tipo *Senhor Engenheiro* são aqueles que codificam a relação mais distante.”

Gouveia citando Villalva (2003b apud GOUVEIA, 2008 p. 94) concorda com a autora que a oposição entre informalidade e formalidade se processa fundamentalmente na oposição entre o uso de *tu* e de *você*, especialmente quando aquela autora afirma, a propósito das diferenças entre Portugal e Brasil, que “O contraste entre informal e formal, ou entre próximo e distante, que em Portugal se associa à oposição entre *tu* e *você* é incompreensível para a maior parte dos brasileiros” (VILLALVA, 2003b apud GOUVEIA, 2008, p. 94).

Pelos resultados desses estudos constatou-se que se usa o pronome *tu* para tratamento informal e *você* por muito tempo foi usado para tratamento formal, no latim e no PE. Somente a partir do século XVI, com a decadência de *Vossa Mercê* e *vós*, que *você* passou a competir em Portugal com a forma *tu*. Segundo Menon (2000), essas formas de uso configuravam o português falado no Brasil no início da colonização, já que a maior parte dos colonizadores era portuguesa. Afirma, ainda, que o uso pioneiro de *você* é da década de 1880, sendo sua primeira datação do século XII.

3.5 Os pronomes pessoais nas gramáticas

Para a tradição gramatical, os pronomes pessoais são usados na língua portuguesa para substituir uma das três pessoas do discurso, ou seja, aquela que fala, aquela para quem se fala, e aquela sobre quem se fala.

Cunha e Cintra (2008) defendem que os pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas por elementos nominais. Os pronomes servem

para representar um substantivo e para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado. Os que servem para representar um substantivo chamam-se pronomes substantivos, isto é, desempenham a função de substantivo; os que servem para acompanhar um substantivo, determinando a extensão de seu significado, chamam-se pronomes adjetivos, porque modificam o substantivo que acompanham como se fossem adjetivos (CUNHA e CINTRA, 2008, p. 289).

Entretanto, se olharmos para as particularidades de usos das formas pronominais, como um pronome de primeira pessoa substituiria um substantivo? É curioso pensar nessa possibilidade, uma vez que só há substituição quando o pronome se refere à 3ª pessoa do discurso. O que mais se aproxima de uma substituição seria o emissor chamar-se pelo seu nome próprio em vez de *eu* e de denominar seu interlocutor também pelo nome próprio dele em vez de *tu/você*.

Já Bechara (2004, p. 164) defende que os pronomes pessoais “designam as duas pessoas do discurso e a não pessoa (não tu, não eu), considerada, pela tradição, a terceira pessoa”. Tais pronomes apresentam variação de número e gênero, restringindo-se aqui aos de terceira pessoa, e de pessoa e caso, como é possível verificar na forma de divisão tradicional desses pronomes, apresentado na tabela 1.

Tabela 1- Quadro de pronomes pessoais do caso reto e oblíquo

Número	Pessoa	Caso reto	Caso oblíquo	
			Tônico	Átono
Singular	1ª	Eu	Me	mim/comigo
	2ª	Tu	Te	ti/contigo
	3ª	ele/ela	o, a lhe	se, si, consigo
Plural	1ª	Nós	Nós	Conosco
	2ª	Vós	Vos	Convosco
	3ª	eles/elas	Os, as, lhes	se, si, consigo

Fonte: Adaptado Cunha e Cintra (2008, p. 291).

Como visto anteriormente, Benveniste (1976) rejeita a classificação empregada em abordagens estruturalistas que consideram os três participantes do discurso como a primeira pessoa (aquela que fala), a segunda pessoa (aquela com que se fala) e a terceira pessoa (aquela de quem se fala). Para o autor existem duas redes de correlação de categorias na organização de pessoa: a primeira consiste na correlação de personalidade, que opõe *eu* e *tu*, pessoas efetivas, a *ele*, a não

pessoa; a segunda rede, distingue a correlação de subjetividade, opondo *eu*, a pessoa subjetiva, de *tu*, a pessoa não subjetiva.

Em termos dessa correlação, diferentemente do que ocorre na relação *eu* e *tu*, a terceira pessoa é totalmente desprovida de pessoalidade, uma vez que não representa um participante direto do ato de fala, configurando “aquele que está ausente”. Benveniste (1976) afirma que a terceira pessoa é, na verdade, a “não pessoa”, a que não tem condições de tomar a palavra e de assumir a posição de destinatário da enunciação. Benveniste aponta para o fato de existir uma alternância dos papéis discursivos entre *eu* e *tu*, diferente da não pessoa que não é participante ativo da interação.

Apesar de amplamente utilizado nas duas modalidades de língua, como pronome referente ao interlocutor, *você* ainda é classificado por Celso Cunha (1985), Bechara (2004), Cunha e Cintra (2008) e Sacconi (2011), como forma de tratamento ou pronome de tratamento. Para esses autores, *tu* e *você* são usados no tratamento íntimo no português do Brasil (PB). Cunha e Cintra (2008) afirmam que, em Portugal, emprega-se o pronome *tu* como forma própria de intimidade, e *você* somente como tratamento de superior para inferior, o chamado tratamento assimétrico, já mencionado. De acordo com os gramáticos, *tu* é empregado como forma própria de intimidade, sendo seu uso restrito ao extremo Sul do País e a alguns pontos da região Norte.

Pode-se concluir, assim, que, na concepção gramatical, a forma *você* é denominada “pronome de tratamento”. Todas as gramáticas normativas analisadas excluem *você* do quadro de pronomes pessoais. Embora sejam Cunha e Cintra (2008) os únicos autores a defenderem a classificação dos pronomes de tratamentos como pronomes pessoais, a posição que assumem é um tanto restrita e tímida, ainda circunscrita ao quadro de pronomes pessoais apresentado na Tabela 1, que não inclui *você(s)*. Essa visão tradicional é contraditória por opor *você*, rotulado como pronome de tratamento, a *tu*, um pronome pessoal, para diferentes situações de intimidade no português europeu, assim como põe na mesma categoria *você* e *tu*, como formas variantes de tratamento íntimo, no português brasileiro. A contradição reside no fato de que essa posição ora entende *tu* como pronome pessoal ora entende *você* como pronome de tratamento.

Entende Lopes (2007) que o quadro ainda vigente de pronomes pessoais nas gramáticas, organizado com base em três pessoas do discurso com variação de

número, está longe de ter uma coerência interna e de dar conta da realidade concreta do PB. Para a autora, o problema não se restringe à concepção tradicional, por seguir um modelo de língua e tratar o pronome *você* como uma simples forma de tratamento, mas está na omissão do novo papel exercido por esse pronome no PB, papel que causou mudanças profundas e significativas nas várias camadas linguísticas. Diante de um fato linguístico dessa proporção, é necessário um espaço para discussão e uma revisão do tema nas gramáticas que seguem a norma padrão, norma prescrita pela tradição gramatical.

Diferente da tradição gramatical, que procura explicar a língua como se fosse um sistema universal, limitado a categorias fixas, a teoria linguística, especialmente a funcionalista, postula que a língua é constituída de acordo com os usos que o falante faz dela, sendo a gramática o fruto desses usos, ou seja, a gramática está relacionada a fatores socioculturais (HALLIDAY, 1985). Por esse motivo, como o fundamento principal dos estudos funcionalistas é a busca do significado da comunicação humana em contextos socioculturais e psicológicos, a língua é concebida como instrumento de comunicação e, como tal, permite a manifestação de diferentes funções.

Considerando a importância de explicar e compreender o funcionamento da língua, há hoje vários trabalhos que trazem considerações sobre a gramática funcional da língua, buscando apresentar de que maneira as formas linguísticas se organizam no uso.

Uma simples consideração dos pronomes pessoais, de uma perspectiva centrada no uso, permite constatar que o paradigma estável, tradicionalmente considerado pelas gramáticas normativas, tem sofrido alterações relevantes. Estudos recentes têm apontado para uma reorganização do paradigma em uso no PB, sobretudo na sua modalidade falada. Autores como Bagno (2012), Neves (2011), Castilho (2010), Perini (2010), apresentam em suas gramáticas novas abordagens da categoria dos pronomes pessoais.

Bagno (2012, p. 462) inicia a discussão assumindo que o pronome não é uma classe de palavra, mas uma função que palavras de diversas classes podem exercer, ou seja, a função da retomada anafórica. Outra razão para tratar os pronomes como função é o fato de muitas palavras tradicionalmente chamadas de “pronomes” não só empreenderem a retomada anafórica, mas também funcionarem como determinantes, como por exemplo, os demonstrativos, os possessivos etc.

Essa opção por um novo tratamento do conceito do pronome se deve, segundo Bagno (2012), às conceituações de Benveniste (1976), que, em seus ensaios, critica os estudos tradicionais por considerarem os pronomes como “formando uma mesma classe formal e funcional” (BAGNO, 2012, p. 463). De modo criterioso, o autor mostra que os chamados pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoa pertencem à linguagem, enquanto os de 3ª pessoa pertencem à língua; assim, para Benveniste, *eu* e *tu* estão no mundo da enunciação, das “instâncias do discurso”, enquanto *ele/ela* pertencem ao mundo da sintaxe, ao mundo do enunciado. É por isso que o estudo dos pronomes está diretamente relacionado com o estudo da dêixis e da anáfora. Talvez fosse mais adequado dizer que os pronomes pessoais pertencem ao nível interpessoal, ou pragmático, e os de terceira pessoa, ao nível representacional ou semântico, aparecendo como operadores na codificação morfossintática (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Considerando as reflexões de Benveniste, em vez de “pronome pessoal”, Bagno (2012) usa a expressão *índice de pessoa*, traduzindo assim a expressão *indicateurs de personne*, empregada pelo próprio Benveniste para se referir a *eu* e *tu* que ele não considera propriamente como pronomes. Bagno ainda salienta que o termo *índice* foi inspirado pelas ideias de Peirce (1839-1914), segundo as quais os chamados “pronomes pessoais” deveriam ser considerados como índices, termo que ele emprega para definir um signo que aponta para seu objeto, num tempo e espaço definidos, conforme a seguinte citação literal:

‘Eu’, ‘aqui’ e ‘agora’ são signos ou textos indéxicos porque sua denotação cabe àquele que os usa. ‘Indéxico’ vem de índice e tem como objetivo salientar que o uso de um signo indéxico é como o uso do dedo indicador para assinalar um objeto. Se em vez de apontar o dedo indicador se diz ‘isto’, “indica-se” aquilo para o que se aponta “indexicamente” (FERRATER MORA, 2001, II: 1.479; apud BAGNO (2012, p. 465).

Para a expressão da 1ª e da 2ª pessoas do discurso, na concepção de Bagno (2012), o Português do Brasil dispõe dos índices apresentados nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2- Indicadores da 1ª pessoa no português brasileiro

Sujeito		Objeto direto		Objeto indireto		Reflexivo		Complemento oblíquo	
Sing.	Plural	sing.	Plural	Sing.	Plural	Sing.	Plur.	Sing.	Plural
eu	nós	me	Nos	me	Nos	Me	nos	mim	nós
me	a gente	eu	nós	a mim	a nós		se	comigo	conosco
mim				para mim	para nós			eu	a gente
				para eu	à gente				
					para a gente				

Fonte: Bagno (2012, p. 743).

Tabela 3- Indicadores da 2ª pessoa no português brasileiro

Sujeito		Objeto direto		Objeto indireto		Reflexivo		Complemento oblíquo	
Sing.	Plural	sing.	Plural	Sing.	Plural	Sing.	Plur.	Sing.	Plur.
você	vocês	te		te		Se	Se	você	vocês
ocê	ocês	lhe		lhe		te		ocê	ocês
cê	cês	o(s)/a(s)	vocês	pra/a	pra/ a			ti	
tu		você	ocês	você	você			(contigo)	
ti		ocê	o(s)/a(s)	procê	procês			Tu	
		tu							

Fonte: Bagno (2012, p. 746).

Em sua abordagem, Bagno apresenta uma mudança relevante no quadro dos “pronomes pessoais”, inserindo como indicadores de pessoa as formas *a gente*, *você*, *ocê*, etc, para designar a primeira e segunda pessoa do discurso.

Assim como Bagno (2012), Perini (2010) e Neves (2011) incluem em suas gramáticas a forma *você* no quadro pronominal do PB, mas, entre os linguistas-gramáticos, apenas Bagno não considera os *índices de pessoa* como classe gramatical.

Para Neves (2011), o pronome pessoal tem uma natureza fórica, isto é, tem como traço categorial a capacidade de fazer referência pessoal, não a um conteúdo descritivo próprio, assumindo sua referência no uso, ora retomando determinada passagem do mesmo texto, ora apontando para elementos ou traços específicos da situação de fala. Diante dessas considerações, a autora aponta dois eixos envolvidos na função referencial: um eixo subjetivo, que abriga as pessoas envolvidas (o locutor- primeira pessoa, e o receptor- segunda pessoa) e um eixo não

subjetivo, que abriga as pessoas ou coisas não implicadas na interação (a terceira pessoa, também chamada de não pessoa).

Como a de Bagno, a definição de Neves corrobora a de Benveniste, para o qual o pronome de terceira pessoa rompe a regularidade do sistema, por fazer referência a objetos situados fora da enunciação, ficando somente os pronomes *eu* e *tu* como referenciais.

Na concepção tradicional é muito simples a noção de referência reduzida dos pronomes pessoais, que é a função de fazer referência à primeira, à segunda e à terceira pessoas, no plural ou no singular. No entanto, a noção de referência é muito mais complexa quando consideramos os usos dos pronomes pessoais, ou melhor, *índices de pessoas*, no funcionamento linguístico. Como centramos nosso objeto no estudo na referência determinada e indeterminada dos pronomes *tu* e *você*, apresentamos na próxima seção uma discussão sobre o conceito de referenciação.

3.6 A natureza da referência numa perspectiva funcional

A noção de referência é um tema clássico da filosofia da linguagem, da lógica e da linguística, molduras em que ela foi historicamente enquadrada como um problema de representação do mundo, de verbalização do referente, em que as formas linguísticas selecionadas são avaliadas em termos de verdade e de correspondência com o mundo (KOCH, 2015, p. 34).

Já em Koch e Marcuschi (1998), a expressão “referência” é usada de modo diverso do que se lhe atribui na literatura semântica em geral. Referir não se confinaria mais com a atividade de “etiquetar” um mundo existente e inicialmente designado, mas um processo discursivo em que os referentes passam a ser objetos de discurso e não realidades independentes.

Diferentemente, portanto, da tradição lógico-semântica, Koch (2015) entende a referenciação como uma atividade discursiva, em que o sujeito da interação verbal opera sobre o material linguístico disponível, realizando escolhas em função de um querer-dizer. É por essa razão que Koch defende que o processamento do discurso, tal como manifestado por sujeitos sociais atuantes, é um processamento estratégico (KOCH, 2015, p. 35).

Assim, a interpretação de expressão referencial anafórica, nominal ou pronominal, consiste não simplesmente em localizar um segmento linguístico do

texto (um “antecedente”) ou um objeto específico no mundo, mas antes algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva (KOCH, 2015, p. 35).

Embora referir seja realizar um ato de designação por meio de alguma expressão línguística, a questão da referenciação não se esgota nesse procedimento semântico. Na realidade, nenhum ato de referência se dá fora do tempo, do espaço e de uma relação interlocutiva. Em outras palavras, a referenciação não ocorre no vácuo e não se restringe apenas à atividade do locutor, como um selecionador solitário das expressões referenciais. Pelo contrário, sempre situado, o ato de referência envolve uma operação colaborativa dos parceiros da interação, que constroem os referentes *no* e *pelo* discurso, atividade línguística e sociocognitiva, ligada, acima de tudo, à interação e à intersubjetividade (ZAMPONI, 2015, p. 173).

A atividade referencial implica um processo interativamente controlado, em situações específicas de comunicação, isto é, a referenciação é uma atividade de construção colaborativa, situada, e, portanto, discursiva, e não apenas uma operação semântica. Assim, referir consiste em um processo, onde interlocutores trabalham juntos para construir a referência, como destacado no exemplo (4).

- (4) A: fiz a... aquele negócio que anda na esteira
 B: uhum foi o teste ergométrico, né?
 A: é, fez aquilo (ZAMPONI, 2015, p. 174)

Observe-se que A inicia o processo de referenciação apresentando um sintagma nominal (SN), que, talvez, por ser considerado impreciso, é substituído por outro SN, ação realizada por B, em um processo colaborativo, quando então ambos encontram a versão que mutuamente aceitam. Trata-se de modo claro de um processo de construção referencial (ZAMPONI, 2015, p. 174).

A variedade de categorias sociais mostra que há sempre muitas possibilidades de identificar uma entidade, não existindo, segundo Mondada e Dubois (2003, p. 22), uma estabilidade de referência. Com efeito, dependendo do contexto ou do ponto de vista, a estabilidade potencial da referência pode tornar-se instável, pode evoluir, quer se trate de objetos sociais ou naturais. A instabilidade de categorias é ligada à natureza de suas ocorrências, situadas em práticas sociais dependentes do processo de enunciação e também de atividades cognitivas.

Definido, em termos discursivos, o conceito de referência, centramo-nos, na sequência, no estudo da referência determinada e indeterminada dos pronomes *tu* e *você* na função de sujeito.

3.6.1 A referência determinada e indeterminada dos pronomes

De forma geral, o uso da referência determinada se caracteriza pela forma direta com que o falante se refere ao interlocutor, de modo que o referente é conhecido e definido na situação em que a conversa ocorre. Para Corrêa (2002), a referência determinada identifica indivíduos específicos e os usos de dêiticos constituem um subconjunto desse emprego, já que a identificação dos indivíduos é especificada pela situação de fala.

Neves (2011) argumenta que a forma dêitica *tu* se restringe à função de sujeito, como mostra o exemplo (5), enquanto a forma dêitica alternativa *você* e o plural *vocês* de (6) e (7) se referem à 2ª pessoa do discurso, mas, diferentemente de *tu*, levam o verbo para a 3ª pessoa, o mesmo que ocorre com os verdadeiros pronomes de tratamento, como *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência*, *o(s) senhor(a)*, como especificado no exemplo (8).

- (5) Tu vais adiante; logo mais Eu sigo, se não morrer neste amanhã. (NEVES, 2011, p.452)
- (6) Você se arrependeu, pagou um pouco dos seus pecados, sofreu- deve ter sofrido bastante -, e foi perdoada. (NEVES, 2011, p. 458)
- (7) Vocês servem mal, mas a comida é ótima. (NEVES, 2011, p.458)
- (8) O Senhor serve mal, mas a comida é ótima⁸.

O emprego de *você* é mais difundido do que o de *tu*, para a referência ao interlocutor, além de ocorrer frequentemente, embora mais especialmente na língua falada, em que se usa o pronome *você* de segunda pessoa e oblíquos de 2ª pessoa, de tal modo a provocar uma mistura de formas de referência pessoal (NEVES, 2011, p. 458), conforme se vê em (9).

⁸ Criamos o exemplo para exemplificar a opinião de Neves (2011), mostrando que realmente usamos o pronome de tratamento e o pronome *você* de formas semelhantes. Observe que tanto *você* como *o(a) senhor(a)* são usados com verbos na 3ª pessoa do discurso.

- (9) A única coisa que te peço é que não vá magoá-la: Você é o seu primeiro entusiasmo, o seu primeiro flerte! (s). (NEVES, 2011, p. 458)

Neves (2011) salienta que esse uso ocorre especialmente na conversação espontânea, e são abundantes os exemplos em peças teatrais.

A interpretação da referência indeterminada dos indicadores pessoais requer, inicialmente, a discussão de alguns conceitos fundamentais no estudo de referenciação, entre os quais se destaca os de indeterminação, indefinição e impessoalização.

Ao tratar da indefinição, Neves (2011) considera que os pronomes indefinidos são palavras não fóricas, isto é, não constituem itens com função de instruir a busca de recuperação semântica na situação ou no texto. Uma palavra indefinida não necessariamente é indeterminada, já que ser indefinido significa ser não particularizado, não restrito, como em (10), e ser indeterminado significa ter uma extensão não determinada ou não fixa.

- (10) Todo homem é mortal. (GES) (NEVES, 2011, p. 533)

Nesse exemplo, o SN *todo homem* tem referência determinada, pois é tomada em toda sua extensão, mas não definida, porque nenhum referente aparece especificado na proposição.

Tradicionalmente a categoria dos pronomes indefinidos é composta por elementos de natureza heterogênea, que, no entanto, dispõe de um traço comum, o de indefinição semântica (NEVES, 2011, p. 533-534). No tratamento que dá à referenciação, a autora destaca que o falante dispõe de diversas possibilidades de indeterminação, dentre as quais o uso de *você* como estratégia para indeterminar o sujeito, em uma situação concreta de uso. Pode-se afirmar, portanto, que, nesse caso, um SN contendo essa modalidade de uso tem referência indeterminada, indefinida ou genérica. Essa afirmação de Neves (2011) permite deduzir que a noção de indeterminação está fortemente relacionada aos pronomes de referência à segunda pessoa, os pronomes *tu* e *você*, embora o que esteja, de fato, indeterminado é o referente da situação comunicativa.

É possível assumirmos, portanto, que a “indeterminação é o fenômeno que consiste em entender mais ou menos, esquematicamente, a referência de um sintagma. Quanto menos individualizada, isto é, quanto mais esquemática for a

referência, mais indeterminado será o sintagma respectivo” (PERINI, 2010, p. 83). A abordagem desse fenômeno põe em destaque os níveis semântico e pragmático, ao centrarem o foco na questão da referência e da gradiência que a envolve.

Quanto às construções impessoais, Souza (2013) afirma que há conflitos em torno das discussões sobre o aspecto de impessoalidade, principalmente quando se trata das construções nomeadas como de caráter genérico e vago em rótulos iguais. Analisando as questões da referência, Souza (2013) observa que as construções vagas e genéricas podem ser tratadas como construções impessoais. As noções implicadas pelos traços [específico], [genérico] e [arbitrário] têm um estatuto importante na definição de impessoalidade. Dessa maneira, ela considera em seu estudo os seguintes usos: (i) o traço **[+ específico]** indica que o falante tem em mente uma entidade específica ao se referir a ela, conforme se observa em (11):

(11) Comprei uma casa linda. (o falante tem em mente o referente). (SOUZA, 2013, p. 59)

(ii) O traço **[+ genérico]** indica que, nesse tipo de referência, o falante se refere a uma classe de seres e objetos (indivíduos/espécies), que não podem ser identificados separadamente; apesar de o referente não ser identificado individualmente, tanto o falante como o ouvinte são capazes de identificar a referência, como ilustra o exemplo (12).

(12) Brasileiro gosta de futebol. (SOUZA, 2013, p. 59)

Diante das definições fornecidas por Souza (2013), dizer que um referente é genérico não significa dizer, com precisão, que ele seja indeterminado, como mostra o exemplo (12). Observe-se que, aqui no exemplo 12, o termo *brasileiro* tem referência determinada, pois foi tomado em sua totalidade referencial. No entanto, o referente desse termo não está definido e o emprego da expressão se dá como referência genérica por não conter informação específica de que brasileiros em particular gostam de futebol.

(iii) Já o traço **[+ arbitrário]** envolve o total desconhecimento de indivíduos ou grupos de indivíduos, ou seja, pressupõe-se a falta de uma identificação única de seus referentes numa dada expressão linguística, como se dá no exemplo (13).

(13) Você tem o Palácio das Artes em BH. (SOUZA, 2013, p. 59)

No modo de conceber a referência ilustrada em (13), a forma pronominal *você* tem de fato uma interpretação indeterminada (arbitrária), indefinida ou genérica, por abarcar todos os referentes possíveis, mas nenhum em particular.

Neves (2011) também tem uma concepção similar a essa, ao afirmar que *você* pode ser usado também na referenciação genérica, mas, ao acrescentar uma possibilidade de gradação, separa a indeterminação com formas pronominais de 2ª pessoa de outras em que o verbo aparece na 3ª pessoa acompanhado do “se” reflexivo com função indeterminadora, conforme os casos explicitados pela autora:

1º Caso: A indeterminação nesse caso é muito forte (VOCÊ = uma pessoa, seja qual for): *Você vai La, fica dois dias fazendo curso, eles te catequizam, fazem você comprar uma tonelada de sabão e abrir o seu negócio. (OMT) (NEVES, 2011, p. 463).*

2º Caso: Tipicamente genérica = sujeitos maximamente indeterminados, caso em que se abrangem todas as pessoas do discurso, como as construções de terceira pessoa do singular com o pronome *se*, em orações como *Fala-se de Pedro./ Precisa-se de porteiro.*

Essas definições permitem deduzir que a autora considera a referência genérica como indeterminada, mas o uso de *você* indeterminador exclui potencialmente o enunciador. Já no caso da construção com *se*, o significado da indeterminação aproxima-se da quantificação universal.

O estudo da referência nos permite entender como os objetos do mundo são categorizados em objetos do discurso, caso em que, o contexto enunciativo, principalmente, é que vai permitir dizer a que se referem esses elementos linguísticos, mais especificamente, os fenômenos enfocados neste estudo, *tu/você*, sobretudo porque referir não se resume a uma atividade de “etiquetar” como defendido pela gramática normativa. Ao contrário, concordamos com Koch (2015) que referir é uma atividade discursiva, ligada a condições pragmáticas, que pressupõe a designação de um elemento do universo discursivo que, se dá, por sua vez, numa interação dialógica entre quem enuncia e a quem se dirige o enunciado.

Nesse domínio, *tu* e *você* podem tanto se referir deiticamente a pessoas não subjetivas do discurso, genericamente a qualquer pessoa, menos ao enunciador.

Em suma, o conceito de indeterminação que assumimos aqui está comprometido com os seguintes postulados que não se contradizem: (1) quanto menor o grau de individualidade do falante, maior o grau de indeterminação do sintagma nominal envolvido; (2) o baixo grau de individualidade ou ausência de identificação técnica do referente, pressupõe a arbitrariedade da referência envolvendo o desconhecimento do enunciador sobre os indivíduos ou os grupos de indivíduos que estariam envolvidos na realização de estado de coisas; (3) o uso de *tu* e *você* pressupõe um grau muito forte de indeterminação, mas não em escala máxima, de modo que seu uso exclui o enunciador.

Tendo discutido o caráter determinado e não determinado da referência das formas pronominais dêiticas, veremos, na sequência, como se dá a alternância entre as formas *tu* e *você* nas variedades geográficas mais próximas de Rio Branco.

3.7 Um panorama geral do uso de *tu* e *você* nas regiões nordeste e norte do Brasil

Os estudos sobre os pronomes *tu* e *você* não são tão recentes, mas, nos últimos anos, o interesse pelo uso deles tem-se intensificado, com ênfase especial às motivações do uso dessas formas pronominais.

Os resultados de pesquisas anteriores (cito aqui DIAS (2007), COSTA (2013), CARDOSO (2014), SCHERRE (2015)) evidenciam que os pronomes *tu* e *você* variam em função do uso de diferentes variedades geográficas e em função de diferentes valores. Em alguns espaços, como o da região sul (cidade de Santa Catarina), da região norte (Belém no Pará) e da região nordeste, Maranhão, ocorre uma alternância entre *tu* e *você*; em outros cenários, como o da região centro-oeste (exceto no Distrito Federal em registro a partir de 2004), na região sudeste (Minas Gerais; exceto São João da Ponte; Espírito Santo; e São Paulo, exceto Santos), na região nordeste (Bahia, em Salvador), na região norte, em Tocantins, e na região sul (Paraná), usa-se exclusivamente, a forma pronominal *você*, *cê* e *ocê* (SCHERRE, 2015).

Olhando para as variedades das regiões norte e nordeste, Lopes (2007) destaca que ainda faltam estudos definitivos sobre o comportamento dessa variável,

sendo esta uma das razões propostas a realizar, neste trabalho, uma descrição mais detalhada do uso das formas *tu* e *você* no português falado em Rio Branco- Acre.

Como já mencionado, um dos focos da pesquisa é verificar se há influência, na história social do estado, de dialetos nordestinos na variedade rio-branquense, considerando ter sido a população, que hoje reconhecemos como acreana constituída por migrantes nordestinos, especialmente os provindos do Ceará.

Em razão disso, esta seção apresenta resultados de pesquisas desenvolvidas sobre o tema na região nordeste e na região norte do Brasil, com o intuito de prever motivações e, depois, ser possível estabelecer uma comparação entre esses resultados e os resultados desta pesquisa.

Cardoso (2014) apresenta, no Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), um estudo das cartas morfossintáticas sobre o *tu* e *você* de referência ao interlocutor em todas as regiões do Brasil. O uso de *tu* e *você* de referência ao interlocutor foi objeto da questão 24 do questionário morfossintático que vem, assim, formulada:

24: Tu/Você (sujeito): *Quando se vê um amigo com uma mala e se quer saber para onde ele vai, como é que se pergunta?*

A carta, porém, não registra apenas os resultados obtidos como respostas à pergunta acima mencionada, mas também o resultado de todas as demais ocorrências de *tu* e *você* documentadas na aplicação do conjunto dos questionários (questionários fonético-fonológicos, semântico-lexicais e morfossintáticos), questões de pragmática, temas para discursos semidirigidos e perguntas metalinguísticas.

As cartas são referentes às capitais do Estado, nas regiões norte, nordeste, sudeste e centro-oeste, com informantes distribuídos por escolaridade (fundamental e universitário), faixa etária (de 18 aos 30 anos e de 50 a 60 anos) e gênero/ sexo (masculino e feminino).

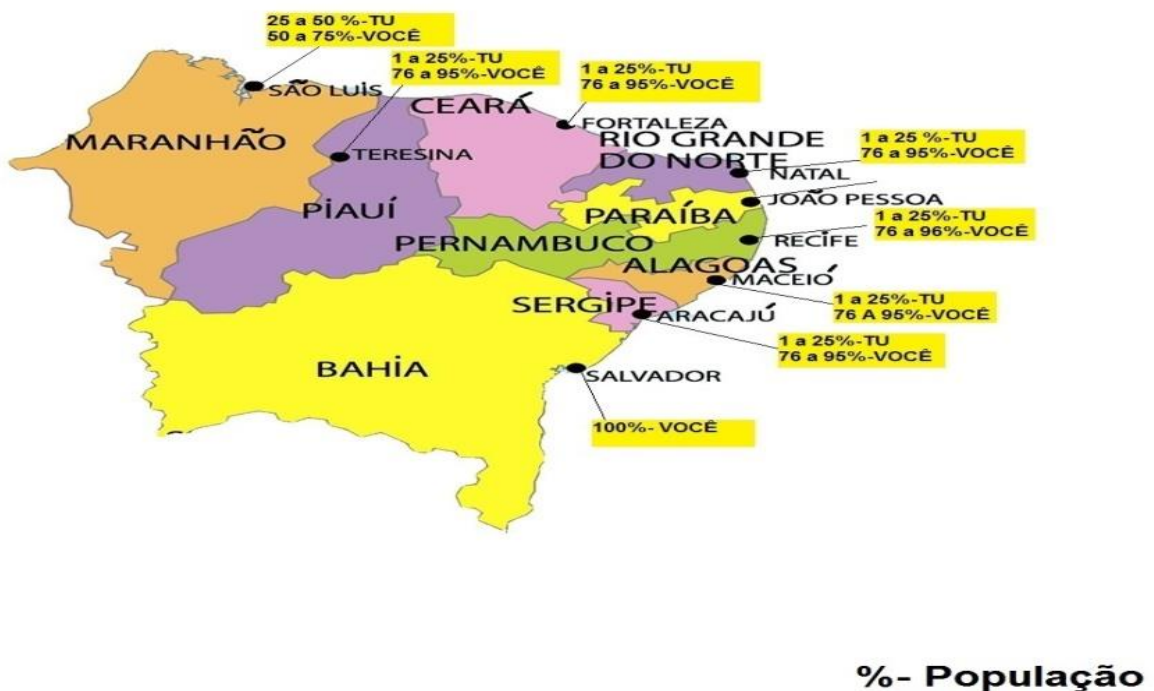
As Figuras 1 e 2 representam o mapa linguístico que inclui os resultados do ALiB referente ao uso de *tu* e *você* nas capitais do Norte.

Figura 1- Uso dos pronomes pessoais *tu* e *você* na região norte do Brasil



Os dados do AliB (2014) mostram que, nas variedades das regiões Norte, usa-se o pronome *você* com maior frequência do que o pronome *tu*. Examinando-se a frequência de uso dessa forma, mostrada na Figura 2, nota-se que, nas capitais nordestinas, a escolha por *você* é mais favorecida ainda que nas capitais do norte.

Figura 2- Uso dos pronomes pessoais *tu* e *você* na região nordeste do Brasil



As variedades do Acre, de Belém, de Macapá e de São Luís se identificam por compartilharem os mesmos valores percentuais para a forma pronominal *tu* (25 a 50%); ao compararmos o uso da variante *tu*, na variedade dessas regiões, com o uso de outras regiões notamos que é exatamente nessas capitais que *tu* é a forma usada com maior frequência. Os números percentuais das duas formas pronominais permite afirmar que, nessas variedades, ocorre um processo de variação, diferente do de Salvador, que só apresenta uma forma de uso, o pronome *você*, e de outras cidades do norte e nordeste em que parece ocorrer um processo de mudança em progresso em favor de *você*, já que a forma *tu* apresenta um percentual baixo (1 a 25%), se comparado com o percentual da forma *você* (76 a 95%).

Costa (2013) examina a fala de 48 informantes de seis capitais do norte, a saber, Belém, Boa Vista, Macapá, Manaus, Porto Velho e Rio Branco, distribuídos igualmente por sexo, ou seja, 4 homens e 4 mulheres. Realizou-se a coleta dos dados por meio de entrevistas⁹ de fala espontânea coletadas em 2004 e 2005, com base nos questionários do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALIB). Os grupos de fatores considerados para análise foram concordância verbal, localidade, gênero, escolaridade, faixa etária, explicitação do pronome, tempo e modo verbal.

Do total de 727 ocorrências, registram-se 431 de *tu* e 296 de *você* e os grupos selecionados pelo Varbrul foram explicitação do pronome, localidade, escolaridade e o tempo verbal.

Tabela 4- Distribuição dos valores relativos, absolutos e pesos da variante *tu*

Localidade	n/ total	%	Peso
Belém	97/137	69,3	0.61
Boa Vista	56/116	48,3	0.39
Macapá	28/59	47,5	0.38
Manaus	124/181	68,5	0.60
Porto Velho	33/89	37,1	0.29
Rio Branco	95/145	65,5	0.56
Total	431/727	46.9	input 0.59

Fonte: Adaptada de Costa (2013, p. 68).

⁹ De acordo com o autor, as entrevistas pertencem ao banco de dados do ALIB- Pará, da Universidade Federal do Pará, e foram feitas por pesquisadores envolvidos no projeto, que também fizeram as transcrições na íntegra e com a devida fidelidade ao texto do falante.

No grupo de fatores localidade, conforme mostra a Tabela 4, os pesos relativos apontam para o favorecimento do pronome *tu* em três das seis capitais estudadas: a variedade de Belém apresenta maior probabilidade de aplicação de *tu* (0.61), seguida da de Manaus (0.60) e da de Rio Branco (0.56). Os informantes das variedades de Boa vista (0.39), Macapá (0.38) e Porto Velho (0.29) desfavorecem o uso desse pronome devotando um maior apreço pelo uso de *ocê*.

Esses resultados confirmam a hipótese inicial de Costa (2013), segundo a qual, nas seis capitais do norte do Brasil, o pronome *tu* alterna com o pronome *ocê*. O grupo de fatores explicitação do pronome foi o primeiro a ser selecionado pelo GoldVarb 2001 como mais favorável na aplicação da regra.

Pelos dados da análise desse grupo pode-se observar que, nas capitais do norte, há uma frequência maior para o uso do pronome *tu* na forma explícita, como exposto na tabela 5.

Tabela 5- Valor de explicitação do pronome para o uso da variante *tu*

	n/total	%	Peso
Explicitação do pronome	256/313	81,8	0.73
Não explicitação do pronome	175/414	42,3	0.31
Total	431/727	46.9	

Fonte: Costa (2013, p. 70).

Com base nesses resultados, Costa (2013) conclui que, no uso da forma explícita, os falantes das capitais do norte dão mais preferência pelo uso de *tu* e, no uso de forma não explícita, ao pronome *ocê*, conforme os exemplos contidos em (14 e 15).

(14)... Tu ta falando o que tu num sa:be... (Costa, 2013, p. 71)

(15) Feche (ocê) a porta, ... (COSTA, 2013, p. 71)

Outro grupo de fatores selecionado como relevante é a escolaridade. Costa (2013) observa, não apenas haver muita diferença entre os pesos relativos nas duas faixas de escolaridade analisadas, mas também estarem próximos do valor neutro os índices correspondentes para os informantes do Ensino Fundamental (0.52) e do Ensino Superior (0.50). Na avaliação do autor, esses resultados vão ao encontro aos comentários discutidos na literatura, que apontam em geral para a preferência dos

mais escolarizados pelo pronome *você*. Apresentamos na tabela 6 os resultados desse grupo de fatores.

Tabela 6- Distribuição dos valores relativos, absoluto e peso do grupo escolaridade

Escolaridade	n/total	%	Peso
Ensino fundamental	227/367	61,9	0.52
Ensino superior	204/360	56,7	0.50
Total	431/727	59,3	input (0.59)

Fonte: Adaptado de Costa (2013, p. 75).

O grupo de fatores tempo verbal também tem relevância na pesquisa de Costa (2013), segundo a qual *tu* é favorecido no contexto de presente e desfavorecido no de pretérito. Mesmo que os grupos de fatores sexo e faixa etária não tenham sido selecionados como relevantes, os resultados são apresentadas aqui. No agrupamento por sexo, Costa (2013) defende que os pesos, mostrados na tabela 7, indicam que favorecem igualmente *tu* para homens e mulheres das capitais do Norte.

Tabela 7- Distribuição dos valores relativos, absoluto e peso do grupo gênero

Gênero	n/total	%	Peso
Masculino	220/370	59,5	0.52
Feminino	211/357	59,1	0.51
Total	431/727	59,3	input (0.59)

Fonte: Adaptado de Costa (2013, p. 75).

Em relação à faixa etária, Costa (2013) mostra que esse grupo de fatores não é relevante para a aplicação da regra, já que os informantes das duas faixas etárias apresentam resultados com pesos relativos neutros, como mostrado na tabela 8.

Tabela 8- Distribuição dos valores relativos, absoluto e peso do grupo faixa etária

Faixa etária	n/total	%	Peso
15 aos 30 anos	222/377	59,2	0.50
40 a 65 anos	208/350	59,4	0.50
Total	431/727	59,3	input (0.59)

Fonte: Adaptado de Costa (2013, p. 78).

Do cruzamento entre os grupos de fatores concordância e localidade, aponta o autor que, das capitais estudadas, são os falantes da variedade de Manaus que mais empregam o pronome *tu* em concordância com a segunda pessoa do singular no verbo, enquanto é Rio Branco a capital com menor probabilidade de esse pronome ser usado com essa concordância.

Os resultados obtidos levam Costa (2013) a concluir que, nas seis capitais estudadas, o pronome *tu* alterna com *você* e, ao contrário do que propunha como hipótese no início da investigação, *tu* não predomina em todas as variedades. Enquanto os falantes de três delas, Belém, Manaus e Rio Branco, dão preferência pelo uso desse pronome, os falantes das outras três, Boa Vista, Macapá e Porto Velho, dão preferência pelo uso do pronome *você*. Constata-se ainda que *tu* é a forma mais frequente no exercício do papel de sujeito explícito e que, quando agrupados por escolaridade, gênero e faixa etária, os informantes investigados não dão preferência pelo uso dos pronomes *tu* e *você* nas capitais do norte.

Sobre as variedades do nordeste, destacamos aqui os trabalhos de Bezerra (1994), Pedrosa (1999) e Soares (1980), cujos resultados foram retirados dos trabalhos de Dias (2007) e Lucca (2005).

Em um estudo sobre a variação dos pronomes *tu* e *você* na fala de crianças paraibanas, Bezerra (1994) aponta para o predomínio de *tu* (69%) em detrimento de *você* (31%), especificando, ainda, que a seleção de uma ou outra forma está ligada à interação social, situação em que o pronome *tu* prevalece em situações de maior afinidade.

Pedrosa (1999) centra seu estudo no uso do pronome *tu* no falar paraibano, mas, diferentemente do trabalho de Bezerra, baseia sua pesquisa no banco de dados do VALPB, para focalizar a forma verbal. Seus resultados mostram que os falantes, separados por faixa etária, jovens de 15 a 25 anos e adultos acima de 50 anos, dão forte preferência à concordância canônica, com pesos de .99 e .92, respectivamente. Os estudos de Bezerra e Pedrosa permitem afirmar que ocorre em João Pessoa uma alternância no uso de *tu* e *você*.

Soares (1980, apud LUCCA, 2005), por seu lado, analisando as formas de tratamento correntes na fala de Fortaleza, em contextos formais e informais, fornece evidência de que o uso de *tu* é mais generalizado, mas que o de *você* é preferido em situações mais formais; já a concordância verbal com o pronome *tu* é variável, motivada por fatores como escolaridade, formalidade e atenção prestada à fala.

Aplica-se ao estudo de uma variável ternária, que abrange o uso de *tu* e *você*, por um lado, e *o(a)senhor(a)*, por outro. Os resultados a que chegaram mostram um índice percentual de 28% de *tu*, 66% de *você* e 6% de *o(a) senhor(a)*. Soares (1980 apud LUCCA, 2005) considera que o uso dos pronomes está condicionado pelos seguintes grupos de fatores: situação discursiva, papel social, faixa etária e grau de intimidade entre os falantes.

Na opinião de Andrade (2004), a investigação realizada por Soares (1980 apud LUCCA, 2005) não é variacionista por fazer uso de diferentes tipos de *corpora*: entrevistas gravadas, questionários e observações assistemáticas. A própria Soares (1980) alerta para o fato de que os dados colhidos em questionário não refletem a realidade da variedade falada em Fortaleza, pois a análise das entrevistas leva-a a deduzir que, mesmo em situações retratadas como informais, os informantes sentiam-se como se estivessem em observação direta. Essa sensação pode tê-los motivado a evitar, assim, o uso desse pronome, porque, em situação de observação assistemática, tendem a usá-lo sem concordância canônica de segunda pessoa. Foi em consequência disso que a autora buscou coletar outros tipos de *corpora*, questionários e observações assistemáticas, que comprovassem o uso da variante *tu*.

Sette (1980), por sua vez, examinou as formas de tratamento no Recife em duas fases: na primeira utilizou questionários dirigidos; na segunda, gravou conversas espontâneas, ou seja, conversas em ambiente familiar e profissional. Com base nos resultados, a autora observa que a forma *você* é realmente mais usada pelos recifenses do que *tu*, permanecendo válida, na visão da autora, a afirmação de Morroquim (1935, p. 119 apud DIAS, 2007, p. 37) de que, “na língua, os pronomes de 2ª pessoa mais usados, em ordem decrescente, são: *tu*, *você*, *vós*”. O que difere uma de outra forma, segundo a maioria dos entrevistados, é o uso de *tu* em situações de maior intimidade e/ou familiaridade em comparação ao de *você*. Usa-se *tu*, principalmente, em interações familiares em que estejam envolvidas pessoas mais próximas do informante. É importante ressaltar, contudo, que, em algumas situações, coexistem as formas *tu* e *você*.

Carneiro (2011) investigou o uso das formas de tratamento no português falado ludovicense, mediante análise de um *corpus* contendo 96 entrevistas. A amostra que contém a variável dependente está composta por 192 ocorrências de *tu* e 85 de *você*. Os resultados levaram Carneiro à constatação de que, entre os

falantes ludovicenses, ainda há forte predomínio de *tu*, cuja frequência atinge o índice de 69,31% do total de ocorrências, resultado que vai de encontro a afirmações de alguns autores, como Wilhem (1979), que já entendia ter o pronome *você* substituído *tu* no PB.

Os resultados apurados em São Luís mostram que, sem dúvida, ainda se mantém, em alguns pontos do país, a influência lusitana de utilizar mais o *tu* na fala cotidiana, como acontece na Lusitana Antiga (ELIA, 2000), ou seja, no Português Europeu (CARNEIRO, 2011, p. 135).

Com este capítulo, fechamos o eixo temático sobre as várias dimensões da alternância *tu* e *você*, que forneceu um quadro suficientemente abrangente do fenômeno em estudo. O próximo capítulo trata do universo de investigação e dos procedimentos metodológicos relacionados à dimensão objetiva da variação, ou seja, ao uso de *tu* e *você* na língua em uso no contexto social, que, neste caso específico, é o da variedade rio-branquense.

4 UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Apresentação

O presente estudo segue os preceitos metodológicos da sociolinguística variacionista propostos por Labov (1972). Os informantes que forneceram o material de análise pertencem a um grupo social, em cuja fala, a referência à segunda pessoa é um fenômeno variável em torno do uso de *tu* e *você*.

Este capítulo se organiza do seguinte modo: a primeira parte apresenta a caracterização histórico-social do Estado do Acre, a partir de grupos sociais e povos indígenas que contribuíram para a formação de Rio Branco, Capital do Estado e, em especial, enfatiza a presença dos nordestinos na história social do Acre e a possível contribuição da variedade que falavam para a caracterização e a formação do português falado no Acre; a segunda traz um breve histórico dos procedimentos de constituição dos dados; a terceira parte define os contextos variáveis (envelope de variação); a quarta parte descreve os fatores de análise e revela as hipóteses relacionadas a cada variável, e a quinta mostra como foi feita a quantificação dos dados.

4.2 Caracterização histórico-social da população acreana

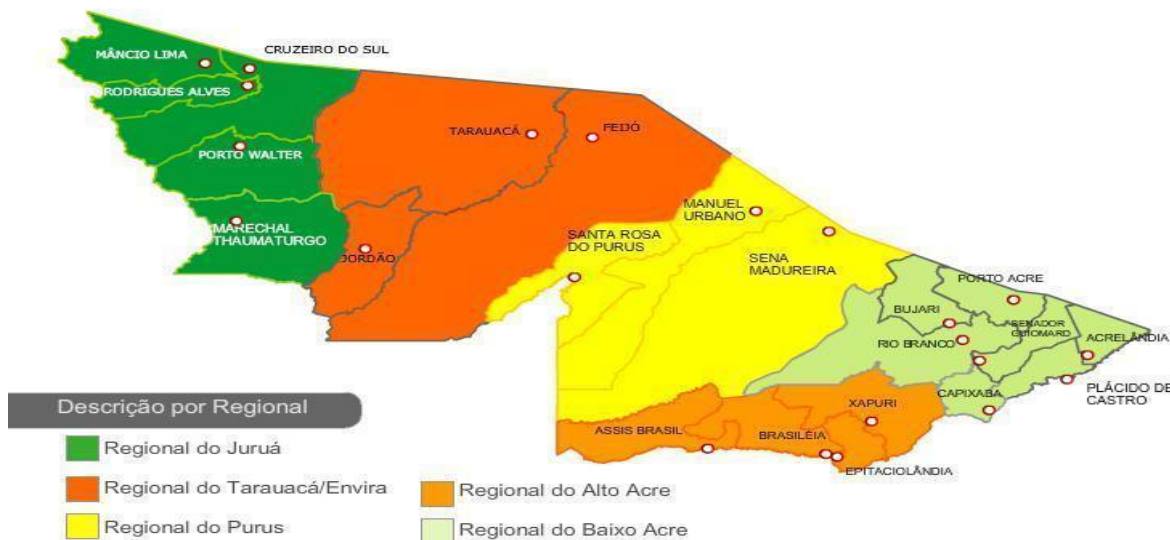
O Acre é um pequeno Estado brasileiro situado na região Norte do país, formado pelo processo migratório de pessoas oriundas de várias regiões brasileiras e até mesmo de outros povos de outros países. Foi elevado à categoria de Estado em 15/06/1962.

Segundo os dados do IBGE, hoje o Acre tem 816.687 mil habitantes; em Rio Branco a estimativa é de 317.057 pessoas; as demais cidades mais populosas são Cruzeiro do Sul, com 82.075 mil habitantes, Sena Madureira, com 42.451 mil, Santa Rosa, com 6.021, Assis Brasil, com 6.863 e, Jordão, com 7.685 pessoas.

O povoamento da região onde se localiza atualmente o Estado do Acre, desde sua conquista, contou com a presença predominante dos nordestinos, contudo, seu processo evolutivo e sua formação foram marcados por uma mistura de povos, índios, nordestinos, sulistas, paulistas, portugueses, sírios e libaneses, além de outros desbravadores, que deram origem à forma final das características

do Estado, características essas presentes tanto na cultura quanto na língua do povo acreano até hoje. (RANZI, 2008)

Figura 3- Mapa do Estado do Acre



Fonte: IBGE 2017.

Historicamente, o povoamento acreano começou entre 20.000 e 12.000 anos atrás, quando os primeiros grupos humanos provenientes da Ásia chegaram de uma longa migração até a América do Sul.

Esses grupos humanos perseguiram as grandes manadas de animais gregários que durante a idade do gelo se espalhavam pelas vastas savanas do mundo. A Amazônia era então uma ampla extensão dessas savanas, com apenas algumas manchas de floresta ao longo dos rios que cortavam as terras baixas.

Cerca de 6 milhões de índios habitavam a Amazônia antes da chegada dos Portugueses em 1616. No Acre, na segunda metade do século XIX, viviam cerca de 150 mil índios, distribuídos em 50 povos. Em 1989, o número de índios era de 5 mil e, em 1996, o número passou para 8.511. No ano de 2001, a FUNAI notificou a existência de 10.478 índios em todo Estado do Acre, distribuídos em 12 povos. Esse tímido aumento pode ser explicado pela atuação de organizações indigenistas.

Na segunda metade do século XIX, a borracha se torna matéria prima indispensável à nascente indústria de bens de consumo duráveis na Europa e nos Estados Unidos na forma, principalmente, de pneumáticos. O interesse internacional

volta-se rapidamente para Amazônia Brasileira, Boliviana e Peruana, daí resultando uma série de questões diplomáticas referentes à delimitação da fronteira.

A partir de 1880, grandes levas de imigrantes nordestinos penetraram livremente nas terras acreanas. Os rios Purus e Juruá, como afluentes do rio Amazonas, davam acesso direto aos navios provenientes de Belém e Manaus, trazendo milhares de brasileiros e levando toneladas de borracha.

Já os bolivianos possuíam contra eles a direção de seus rios mais explorados que levavam para o rio Madeira e não para as terras acreanas, caminhos que passavam por grupos indígenas da etnia Pano, que eram muito aguerridos na defesa de seu território. Além disso, a sociedade andina apresentava grandes dificuldades de povoamento da planície amazônica. Ao surgirem as primeiras proclamações bolivianas de posse do Acre, em 1895, os brasileiros já estavam ali situados há pelo menos 15 anos, com grandes e produtivos seringais que comercializavam sua borracha com as casas aviadoras de Manaus e Belém e, através destas, com os centros consumidores mundiais na Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e Estados Unidos. O povoamento brasileiro dos altos rios Purus e Juruá era já um fato consumado.

Ao final do século XIX, houve no Acre o primeiro movimento de migração, provindo do nordeste do Brasil, provocado pelo início da demanda das indústrias norte-americanas e européias em razão do primeiro surto da borracha, o que alavancou o processo de colonização e povoamento destas regiões. Esse momento foi causado pela Revolução Industrial que, pós a economia mercantil da borracha em alta, atraiu milhares de pessoas em busca de melhores condições de vida, moradia e trabalho e, quem sabe, o tão sonhado Eldorado.

Os nordestinos provinham de regiões com forte desigualdade social, má distribuição de terra e de renda e ainda marcadas pelo clima árido que deixava o solo pouco produtivo. A chegada permeada por sonhos e pela busca de melhores condições de vida simbolizava um verdadeiro Éden (MARTINELLO, 2004). Os novos seringalistas se apropriaram das áreas da Floresta para extrair a matéria prima da borracha – o Látex das seringueiras. Os índios nas áreas de Juruá e Purus lutaram por suas terras, mas não conseguiram, só com arco e flecha. Os novos migrantes fizeram as chamadas correrias. Organizavam-se em bandos armados com espingardas e assaltavam as aldeias indígenas, matavam os homens e raptavam as

mulheres, para conviver com eles. Assim, se extinguiu a maioria dos índios. Muitos também morreram de doenças como tuberculose e sarampo.

O segundo fluxo migratório ocorreu no período da 2ª Guerra Mundial, em virtude dos acordos de Washington, realizados em 1942, entre o governo brasileiro e o dos Estados Unidos e Reino Unido, objetivando reiterar uma aliança com as democracias ocidentais. Devido a vários incentivos do governo brasileiro em busca de mão-de-obra para o corte da seringa na Amazônia, vários migrantes, principalmente os nordestinos, vieram para essa região naquele período.

Segundo Carneiro (2015), em 1877/78(?), o cearense Gabriel de Carvalho de Melo conduziu a primeira leva de invasores para a extração clandestina da borracha. A partir de então, aumentou a migração de nordestinos para o Acre. Sabe-se que, somente em 1878, desembarcaram nas margens do rio Acre mais de 11 mil cearenses, quase todos arregimentados por firmas comerciais de Belém e Manaus tomadoras de empréstimos em bancos estrangeiros e em casas exportadoras. Conforme menciona Melo: “em poucos anos, o vale do rio Acre estava todo ocupado, e assim também o do Purus, até onde existia a seringueira, ou seja, até onde o Acre se limita com a fronteira da República do Peru” (MELO, 1968, p. 105).

Desta vez, eram conhecidos como os soldados da borracha, e, como tais, sujeitos ao serviço militar, tendo que escolher entre lutar na guerra ou trabalhar como seringueiro. Estes novos seringueiros já tinham dívidas antes mesmo de começar a trabalhar. Eles tinham que entregar borracha em troca do equipamento e dos alimentos que precisavam. Esse "Sistema de Aviamento" ditado pelos seringalistas fez com que eles nunca chegassem a obter dinheiro e assim eles não poderiam voltar à terra deles nem pagar as dívidas depois da guerra.

A borracha foi um dos principais elementos que incentivou o povoamento dessa região. Durante toda a etapa histórica que vai da queda da borracha, na década de 1910, até o fim da década de 1960, o crescimento e a reprodução da população e da força-de-trabalho acreana ocorreu, fundamentalmente, nos marcos de uma organização econômica voltada internamente para atividades mercantis e de subsistência. Não se registraram deslocamentos populacionais significativos de fora para o Acre, salvo no período da II Guerra Mundial. Os movimentos internos foram reduzidos, implicando num crescimento populacional muito leve nesse período.

O terceiro e último fluxo migratório tem como marco os anos 1970 e, dessa feita, não contará com o contingente nordestino, e sim, com o oriundo do Centro-Sul.

Desde então, o Acre começa a passar por bruscas mudanças no campo econômico, social e cultural.

No campo econômico, a borracha, principal fonte econômica por um período superior ao de um século, nos anos 1950 e 1960, enfrentava várias crises, por falta de incentivos financeiros e pelo fato de outros centros terem passado a produzir borracha de melhor qualidade, em maior quantidade e a menores preços que o Acre.

A estrutura dos seringais passou a ser desarticulada, casas aviadoras deixaram de fornecer mercadorias, seringalistas entraram em falência e seringueiros enfrentaram sérias dificuldades para se manterem na profissão, já que não dispunham mais de quem lhes comprasse a produção, nem quem lhes fornecesse mercadorias. Essa relação comercial se dava por meio do patrão seringalista ou do regatão¹⁰. Saindo de cena esses dois últimos personagens sociais, o seringueiro se viu ilhado e sem condições de permanecer nos seringais.

Em face do quadro predominante nos anos de 1971 e 1974, começou a ser pleiteado pelo então governador do Acre, Wanderley Dantas, uma nova proposta econômica para o Estado, a agropecuária, que a princípio se resumiu mais à pecuária do que à agricultura, dadas as facilidades que a pecuária oferecia como manejo fácil e a pouca e barata mão de obra que precisava.

Com a pecuarização, passam a acontecer mudanças significativas nos modos de vida da população acreana. No campo social, o intenso êxodo rural e a formação das periferias, principalmente na Capital, tornaram-se um dos mais sérios problemas enfrentados na ocasião, e que, ainda hoje, repercutem na forma como o espaço urbano está estruturado. Conforme o Censo do IBGE, até os anos 1970, a população rural do Acre era três vezes maior que a urbana. Já na década de 1990, a população urbana passa a ser o dobro da rural. Essa talvez seja uma das razões por que o espaço e os modos de vida da população acreana, urbana e rural, assemelhem-se tanto.

Com a expropriação do trabalhador rural surgiu um novo movimento migratório. A expulsão das terras, na década de 1970, provocou o surgimento de um grande êxodo populacional no Acre, mas de caráter profundamente diferente daquele ocorrido no início do século. Na época, com a crise, muita gente voltou para

¹⁰ Usava-se esse termo para denominar os negociantes fluviais que vendiam mercadorias aos seringueiros a um preço mais baixo que os do barracão (CARNEIRO, 2015).

suas terras, e os que ficaram mudaram-se para a cidade, expulsos pelos grandes fazendeiros.

A história do Acre não é diferente da história do povo brasileiro, é uma história de migração. É certo que os índios foram os pioneiros no processo de formação e construção do Estado do Acre, mas, segundo Oliveira (1982), as origens nordestinas constituem o elemento mais marcante da população acreana. Mesmo considerando a opinião de Oliveira, não podemos ignorar a influência dos povos sulistas, paulista e outros, que marcaram a identidade social do povo do Acre de hoje.

É importante ressaltar também que a história do Acre, relatada nos livros de história, com ênfase especial no processo de formação da população acreana, restringe-se apenas à história de um município, o de Rio Branco, hoje, Capital do Acre. Nos outros municípios do Estado, que ficaram esquecidos pelos historiadores, os processos de colonização ocorreram de forma diferente, alguns por serem de difícil acesso e, outros por terem diferentes relações de fronteiras. Mencionamos essa questão aqui, para ficar claro que não estamos relatando o processo de formação populacional do Estado do Acre, mas o de Rio Branco, que se identifica como campo desta pesquisa.

Como centramos nossa coleta de dados na Capital do Acre, a cidade de Rio Branco, faz-se necessário discutir algumas de suas características geográficas e histórico-culturais.

4.3 Rio Branco: a variedade objeto de pesquisa

A cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, tal como o próprio estado, está localizada na região Norte do Brasil. Foi fundada em 1882, com o nome de Seringal Empreza, pelo imigrante cearense Neutel Maia. Em 1904, após a anexação definitiva do Acre ao Brasil, Rio Branco foi elevada à categoria de vila, tornando-se sede do departamento do Alto Acre. Em 1909 passou a ser denominada Penápolis (em homenagem ao então presidente Afonso Pena) e, em 1912, recebeu o nome de Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco, chanceler brasileiro, cuja ação diplomática resultou no Tratado de Petrópolis que permitiu a anexação do Acre ao território brasileiro. Em 1919 tornou-se município; em 1920, capital do território do Acre; e, em 1962, capital do Estado (TOCANTINS, 2001).

Figura 4- Aspecto urbano da cidade de Rio Branco: de 1882 e1920



Fonte: ContilNetnotícias.com.br

De acordo com a estimativa do IBGE de 2017, a cidade tem uma população de 317.057 habitantes, o que a coloca como a sexta maior cidade da região norte. Sua área territorial é de 9.222,58 km², sendo o quinto município do estado em tamanho territorial. De toda essa área, 44,90 km² pertencem ao perímetro urbano.

Figura 5- Aspecto urbano da cidade de Rio Branco em 2017



Fonte: ContilNetnotícias.com.br

O processo de formação da população acreana iniciou-se no século XIX. Agregaram-se aos índios, os nordestinos, principalmente cearenses, que ali chegaram, maciçamente, durante o período de ouro da borracha (1880-1913). Também vieram paulistas, gaúchos, mato-grossenses, dentre outros que contribuíram para esse processo de formação. Houve ainda a influência de povos

vindos de outras regiões do mundo, como turcos, portugueses, espanhóis. Foi a partir da miscigenação desses povos que se consolidou a formação social da população acreana (TOCANTINS, 2001).

Por conseguinte, a população rio-branquense é fundamentalmente heterogênea. Como se sabe, o povo do Acre é formado por uma diversidade de sujeitos com diferentes culturas e é, exatamente, a partir dessa fusão de sujeitos e culturas que se constitui o que chamamos de povo acreano e cultura acreana.

Atualmente, Rio Branco dispõe de uma variedade diversificada de múltiplos grupos populacionais, que contribuem, significativamente, para a formação evolutiva de toda a sociedade, proporcionando mudanças tanto no sujeito quanto na língua.

Buscando situar o leitor sobre a anexação do Acre ao Brasil, desenvolvemos, na próxima seção, um pequeno relato histórico desse processo.

4.4 O processo de Anexação do Acre ao Brasil

Ao tomar conhecimento da informação sobre a pretensão boliviana em arrendar o Acre aos norte-americanos e também sobre o desinteresse político pela causa acreana por parte da política do Brasil, Luiz Galvez Rodrigues de Arias adotou, como estratégia para impedir a posse estrangeira, a instituição de uma nova organização administrativa sob o lema “Pátria e Liberdade”. A atitude de Galvez surtiu efeito positivo para fazer o Brasil se posicionar a favor da causa acreana, estimulando ainda mais os brasileiros a lutarem contra as investidas bolivianas (RANZI, 2008).

Para Tocantins (2001), é nítida a relevância da participação de Luiz Galvez na história acreana, já que o espanhol que se considerava brasileiro contribuiu muito com a causa revolucionária, pois sua atitude de proclamar O Estado Independente do Acre e administrá-lo, ainda que por pouco tempo, promoveu a questão do Acre, projetando-a na imprensa nacional e na internacional.

A referência a Plácido de Castro se deve ao fato de que posteriormente a Galvez, Plácido de Castro proclamou o mesmo Estado independente, adotando a mesma bandeira e a mesma estrutura administrativa. A Galvez não coube o papel histórico de libertador, já que, por causa de sua nacionalidade estrangeira, não possuía o requisito militar que a situação exigia; foi, porém, imprescindível sua contribuição à chamada Revolução Acreana (TOCANTINS, 2001).

As investidas bolivianas, inclusive a intenção política de outorgar plenos direitos sobre o Acre aos norte-americanos, fomentavam ainda mais o movimento revolucionário. Assevera Tocantins (2001) que, após o fim da república de Galvez, destaca-se José Plácido de Castro como líder de um grupo que já estava organizado em termos do contingente de seringalistas e da liderança econômica representada por ele; era uma organização política e administrativamente independente criada com a finalidade específica de evitar o embate direto do Brasil com a Bolívia.

Foi desse modo que se restabeleceu novamente o Estado independente do Acre, agora presidido por uma junta administrativa que deu apoio a Plácido de Castro como diretor das operações militares. Ficou acordado que, após a deflagração da revolução, o comando do movimento libertador do Acre seria concedido ao comandante militar com vistas a fortalecer ainda mais o movimento. Esse movimento armado, que durou de agosto de 1902 a janeiro de 1903, acabou sendo marcado por muitas intempéries, principalmente as impostas pelo clima da floresta, causando muitas mortes (TOCANTINS, 2001).

Tocantins (2001) afirma ainda que a maioria das mortes não foi motivada pela guerra em si, mas por doenças tropicais como beribéri, disenterias etc. Como os combatentes brasileiros enfrentaram dificuldades motivadas pelo despreparo militar, houve a necessidade de recrutar e treinar seringueiros voluntários para atuarem na luta, o que garantiu o direito ao território que já era de fato brasileiro.

Segundo Ranzi (2008), a saga acreana ganhou notoriedade, principalmente pelo resultado obtido, que culminou no esforço brasileiro por evitar outros possíveis confrontos com os bolivianos e, sobretudo, por evitar o iminente arrendamento do Acre para o Bolivian Syndicate.

No contexto diplomático, o Barão do Rio Branco, que se destacou como Ministro das Relações Exteriores, teve em sua posse a inauguração de uma nova maneira de fazer política exterior que, até aquele momento, atinha-se a um modelo jurídico tradicional do tempo do Império. Nessa acepção, o Brasil, no qual concerne à política exterior “[...] inovou no estilo, no conteúdo, na linha de ação. Rio Branco revolucionava o Itamarati, escandalizando o conservadorismo inadaptado às novas intuições do século [...]”. (TOCANTINS, 2001, p. 42)

Após um longo período de negociações com a Bolívia e com o Peru, Barão do Rio Branco conseguiu “oficializar o domínio efetivo e brasileiro sobre o Acre” (RANZI, 2008, p. 58). Desse modo, o Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de

1903, resolveu as questões limítrofes com a Bolívia, embora ainda perdurasse a questão limítrofe Acre-Peru.

Os limites com o Peru, também, geraram conflitos: segundo Ranzi (2008), houve confronto também entre peruanos e brasileiros pela posse de terras limítrofes. Porém, os brasileiros já haviam fixado moradia naquelas paragens, há muito tempo, ao contrário dos peruanos que começaram a marcar presença por volta de 1896 e de modo esporádico, já que as técnicas de exploração do Caucho, por eles adotadas, configuravam-se na derrubada das árvores, técnica que não promovia a fixação de colonos peruanos nos locais requeridos. Entretanto, negociações diplomáticas levaram, em 8 de setembro de 1909, a um consenso mediante a assinatura de um tratado que delimitou definitivamente as fronteiras entre Brasil e Peru.

O contexto político-administrativo, em que o Acre veio a tornar-se brasileiro de fato e de direito, exigiu urgentes providências político-administrativas como a promulgação da lei 1.181, de 1904, que criou o território do Acre. Só posteriormente houve a divisão político-administrativa que consistiu na divisão do Acre em três departamentos (RANZI, 2008).

À guisa de resumo, esta seção tratou de fornecer um quadro da formação social e política do Estado do Acre e, em consequência, da cidade de Rio Branco, cuja variedade linguística é objeto de exame nesta tese no que toca à alternância *tu* e *você*. A próxima seção trata dos procedimentos metodológicos e das técnicas de investigação que servem de guia à pesquisa em si, do comportamento do rio-branquense em relação a essa variável.

4.5 Procedimentos metodológicos

4.5.1 A dimensão e a estratificação da amostra

A investigação das formas *tu* e *você* têm base no Banco de Dados do Projeto Estudo da fala Urbana de Rio Branco Acre¹¹, composto por entrevistas da fala natural, baseado em relatos de experiências pessoais, realizadas no período de

¹¹ Parte do banco de dados do grupo de pesquisa Ecossistema linguístico do Acre- GELAC foi utilizado como *corpus* de minha dissertação de Mestrado intitulada como “Os pronomes *nós* e a *gente* no português falado em Rio Branco- Acre”, desenvolvida no curso de Mestrado em Letras, na universidade Federal do Acre em 2013.

1998 e 2011. O número de informantes por células corresponde à quantidade mínima, aos quais se solicitou que falassem espontaneamente sobre a escolarização, descrevendo suas escolhas de vida e suas experiências vividas durante todo o processo. A coleta de dados seguiu o modelo proposto pela teoria sociolinguística, em que os informantes são escolhidos de forma aleatória, o que possibilitou a participação de todos os membros da comunidade estudada, divididos por sexo, escolaridade, faixa etária, conforme representado no quadro 2.

Quadro 2- Estratificação da amostra examinada

FAIXA ETÁRIA /ESCOLARIDADE		MAS	FEM	SUBTOTAL	TOTAL
7 A 15 ANOS	1º C EF	06	04	10	37
	2º C EF	08	09	17	
	ENS. M	06	04	10	
	SUPERIOR	00	00	00	
16 A 25 ANOS	1º C EF	00	00	00	19
	2º C EF	01	-	01	
	ENS. M	02	05	07	
	SUPERIOR	07	04	11	
26 A 40 ANOS	1º C EF	-	03	03	15
	2º C EF	-	-	-	
	ENS. M	02	02	04	
	SUPERIOR	05	03	08	
41 A 55 ANOS	1º C EF	01	03	04	13
	2º C EF	-	-	-	
	ENS. M	03	01	04	
	SUPERIOR	01	04	05	
+ DE 55 ANOS	1º C EF	05	07	12	12
	2º C EF	-	-	-	
	ENS. M	-	-	-	
	SUPERIOR	-	-	-	
SUBTOTAL	1º C EF	12	17	29	96
	2º C EF	09	09	18	
	ENS. M	13	12	25	
	SUPERIOR	13	11	24	
		47	49		
		96			

Fonte: elaborado pela autora.

Para o processo de entrevistas foram selecionados diversos bairros, correspondentes ao perímetro urbano de Rio Branco. No primeiro momento da entrevista ocorreu uma conversa informal, com o intuito de criar uma aproximação entre o pesquisador e o informante, e somente depois, realizou-se a gravação da fala.

Para garantir a representatividade do *corpus* e, ao mesmo tempo, minimizar o efeito negativo causado pela presença do pesquisador e pela presença do uso do gravador, isto é, para neutralizar o paradoxo do observador (LABOV, 2008 [1972]), levantou-se, como método de coleta, narrativas de experiência pessoal, como já foi dito anteriormente. À coleta de dados, seguiu-se normalmente a transcrição das entrevistas. É nesse espaço de transcrição que se identifica as ocorrências de usos do fenômeno variável em estudo, os pronomes *tu* e *você*, e em seguida, a devida codificação e análise estatística.

A análise dos dados partiu dos pressupostos teórico-metodológicos variacionistas para a investigação do fenômeno, tendo como hipótese geral que, por um lado, tratar-se-ia aqui de um objeto probabilístico, um caso de variação em que as duas variantes têm o mesmo valor funcional ou que, por outro, representariam uma escolha funcional do falante com base no fato de que cada forma exerce uma diferente função na comunicação em relação à determinação ou indeterminação da referência.

Abordaremos aqui o fenômeno de uma perspectiva tanto qualitativa quanto quantitativa por entender que as duas análises se complementam, proporcionando ao pesquisador resultados mais consistentes para explicar os significados de usos das formas *tu* e *você*.

4.5.2 O suporte quantitativo

Como já discutido, a sociolinguística variacionista estuda a língua em uso no contexto social, mas, mais especificamente, o vernáculo de uma comunidade linguística, entendida como a variedade com o maior grau possível de informalidade, ambiente propício para o desenvolvimento da variação que, em geral, se submetidas à mudança, acabam por constituir formas em concorrência ou competição. Por esse motivo, toda análise sociolinguística se orienta para a variação ordenada, sistemática, que, como se mencionou antes, é uma propriedade inerente e

constitutiva da linguagem humana. A concepção da heterogeneidade inerente como estruturada, descarta, por princípio, o postulado estruturalista e gerativista de que a língua falada é “caos linguístico” e, como tal, impossível de ser estudada sistematicamente.

Para dar conta da questão empírica de aplicar à variação uma metodologia que a ordene sistematicamente, eliminando o que aparenta um caos, Tarallo (1986, p. 10-11) considera a necessidade teórica de submeter a variação às seguintes fases: (i) levantamento exaustivo de dados da língua falada, para fins de análise, dados estes que refletem mais fielmente o vernáculo da comunidade; (ii) descrição detalhada da variável, acompanhada de um perfil completo das variantes que a constituem; (iii) análise dos possíveis fatores condicionadores (linguísticos e extralinguísticos) que favorecem o uso de uma variante sobre a(s) outra(s); (iv) encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade, ou seja, em que dimensão linguística e social da comunidade a variável se insere; (v) projeção histórica da variável no sistema sociolinguístico da comunidade.

As formas em variação recebem o nome de variantes. Tarallo (1986, p. 8), afirma que “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. Não é esse, contudo, o conceito de variável que assumimos aqui, mas o de descomparabilidade funcional, postulado por Lavandera (1978), já que considerar o valor de verdade com significado absoluto serviria apenas para tratarmos da variável *tu* e *você* em contexto de determinação sem qualquer apelo ao uso indeterminador, que é funcionalmente motivado.

Ao conjunto de variantes denomina-se “variável”, entendida como dependente, e o conjunto de variáveis independentes é relevante para determinada análise, que condiciona a variável dependente. Um fenômeno em estudo pode se constituir tanto de grupos de fatores linguísticos (estruturais) ou de grupo de fatores sociais (extralinguísticos). Como toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes formas em variação, é a esse conjunto de variáveis que a sociolinguística reserva o nome de variedade linguística. É nesse sentido que se deve entender a heterogeneidade, não como um problema, mas como propriedade constitutiva da língua(gem).

Para a análise das ocorrências de alternância dos pronomes *tu* e *você* na fala da comunidade rio-branquense, empregamos o pacote de programas estatísticos

Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTI; SMITH, 2005), um modelo matemático aplicado pela Sociolinguística Quantitativa, que fornece o peso relativo dos fatores de cada variável independente, ou de cada grupo de fatores em relação à variável dependente.

Os pesos relativos que caracterizam o modo de funcionamento do fenômeno variável estudado são obtidos com base na interação estatística que contém, conjuntamente, todas as variáveis selecionadas como significativas pelo programa. Para uma variável dependente binária, como a que se investiga aqui, valores probabilísticos próximos a 0.50 são considerados neutros, isto é, nem favorecedores e nem desfavorecedores de qualquer uma das variantes que constituem a variável.

Valores superiores a 0.5 são considerados favorecedores e valores inferiores a 0.5 são considerados desfavorecedores. Quanto à questão da significância, o referido programa trabalha com uma margem de erro de 0.5, de modo que qualquer fator com significância acima desse valor é considerado, estatisticamente, relevante pelos critérios estabelecidos pelo programa (GUY; ZILLES, 2007). Pretendemos, neste estudo, discutir todos os resultados obtidos, independentemente de mostrarem ou não relevância estatística, considerando a possibilidade de se tratar aqui não apenas de uma variável com duas variantes com o mesmo valor de verdade, mas funcionalmente comparáveis em função da uma possibilidade de seleção com base no critério de indeterminação.

A quantificação dos dados requer codificar os elementos internos e externos de acordo com os grupos de fatores escolhidos para conferir ou rejeitar as hipóteses do trabalho e responder às perguntas de pesquisa. O programa estatístico fornece um arquivo de células com a frequência percentual de cada variante em relação a cada grupo de fatores. Terminada essa fase de constituição das células quantitativas, em que se resolvem possíveis nocautes, o Goldvarb X roda uma análise multivariada tomando por parâmetro as variáveis dependentes *tu* e *você*, em que ignora os valores neutros para poder calcular o peso relativo dos fatores dos grupos em análise e, assim, determinar quais deles são os mais relevantes estatisticamente.

Como se usa aqui o Goldvarb X, esse programa estatístico permite desenvolver várias rodadas de processamento. A primeira rodada inclui tanto a referência determinada quanto a indeterminada, etapa que testa a hipótese funcional do trabalho. A segunda rodada se volta para a variável na referência determinada,

situação em que *tu* e *você* consistem em duas variantes com o mesmo valor de verdade.

Além disso, assumimos com Labov (2008 [1972]) que só é possível explicar e descrever os fenômenos da língua quando as variáveis dependentes forem consideradas tanto em relação aos contextos linguísticos quanto aos contextos sociais, um posicionamento que define o caráter mais ou menos probabilístico das variáveis independentes. Para Labov (2008 [1972]) qualquer variável sistemática é motivada por pressões sociais; é por isso que, na opinião do autor, não se deve estudar a língua fora do contexto social. Com base nisso, analisamos os casos de referência dos pronomes *tu* e *você* considerando os pressupostos de Labov (2008 [1972]), correlacionando os elementos internos e externos em cada ocorrência de usos.

4.6 O envelope da variação

4.6.1 Hipóteses e perguntas de pesquisa e grupo de fatores

Como o objetivo da pesquisa é analisar a variação no modo de tratar a segunda pessoa do discurso, as variáveis dependentes são, por definição, os pronomes *tu* e *você*, circunscritos, no entanto, à função de sujeito. Considerando que essas formas servem à referência dêitica da pessoa não subjetiva (BENVENISTE, 1976), é um aspecto relevante da análise verificar o comportamento da variação em relação à natureza da referência, se determinada, se indeterminada; esse aspecto é um domínio relevante do fenômeno variável investigado, especialmente para determinar se ele consiste num caso de variação, de escolha funcional ou de variação e de escolha funcional.

A alternância entre os pronomes *tu* e *você* vem sendo estudada por vários pesquisadores de diferentes perspectivas linguísticas, entre eles destacamos aqui os trabalhos de Menon (2000), Corrêa (2002), Lorengian- Penkal (2004), Lucca (2005), Dias (2007), Lopes (2007), Andrade (2010), Franceschini (2011) e outros. Foi com base nos resultados desses pesquisadores que selecionamos as variáveis independentes e as hipóteses em relação a variável *tu* e *você* no Acre.

Para a análise do fenômeno em estudo apresentamos, inicialmente, algumas hipóteses e perguntas de pesquisa que nos parecem relevantes responder.

- a. Há uma alternância de uso entre os pronomes *tu* e *você* no falar acreano e a forma *tu* seria a mais empregada que *você* em virtude da migração nordestina para o Acre durante o surto da borracha.
- b. A alternância entre *tu* e *você* não seria uma variável no sentido clássico do termo, mas depende de uma escolha funcional, ao menos parcial, em decorrência da natureza determinada ou indeterminada da referência.
- c. Se a natureza da referência tiver uma significação parcial, a distribuição das duas variantes poderá ter um comprometimento com a familiaridade ou formalidade da situação discursiva.
- d. Em função da ausência de concordância de 2ª pessoa com *tu* e do fato de *você* preservar a concordância típica de 3ª pessoa das formas de tratamento, os dados tenderiam ao preenchimento da posição de sujeito, dando suporte ao caráter não pro-drop do português brasileiro.
- e. A primeira forma usada na sequência discursiva condicionaria o uso das formas seguintes, tanto na natureza da referência, determinada e indeterminada, quanto na persistência da variante introdutória nas formas de reiteração subsequente.
- f. A forma *tu* seria a variante conservadora e a forma *você* a forma inovadora. A essa distribuição corresponde a diferenças geracionais e a distribuição de prestígio e estigmatização às duas variantes. Nesse caso, haveria uma correlação entre o grau de escolaridade e a atribuição de prestígio: quanto maior o grau de escolaridade tanto maior o uso da variante de prestígio.
- g. O uso das formas *tu* e *você* como referência determinada representaria distinções de formalidade ou familiaridade da situação discursiva.
- h. As mulheres com maior grau de escolaridade favoreceriam potencialmente o uso da forma de prestígio.
- i. Por ser a variante *tu* a forma conservadora, seria ela a empregada com maior frequência pelos informantes mais idosos, restando à variante *você* ser empregada com maior frequência por jovens e adolescentes.
- j. Se *tu* for a forma de prestígio, esse valor pode ser detectável em um teste de atitudes e crenças.
- k. Caracterizaria a variedade rio-branquense o subsistema **você/tu sem possibilidade de concordância**.

Essas hipóteses podem representar respostas às seguintes perguntas de pesquisa:

1. Na alternância entre *tu* e *você*, seria a primeira variante a mais usada em razão de um comprometimento diacrônico da variável com a história social do Acre, em decorrência do processo migratório de nordestinos no século XIX com o surto da borracha?
2. Haveria uma distribuição funcional na seleção entre as formas em variação, de modo tal que a variante *tu* seria mais favorecida no contexto de referência determinada e *você*, no de referência indeterminada?
3. Haveria uma correlação entre maior e menor grau de familiaridade nas relações interpessoais e maior ou menor frequência de uso de *tu* e *você*?
4. A natureza da concordância não padrão de *tu* e da concordância canônica de *você* sempre levando o verbo para a 3ª pessoal do singular, motivaria o preenchimento da posição de sujeito?
5. Haveria o efeito de paralelismo formal na escolha de uma das duas formas pronominais na sequência textual?
6. O uso dêitico *tu* seria favorecido, em detrimento do uso de *você* em situações informais de interação?
7. O uso de *tu*, identificado como a variante conservadora, seria entendido como a forma de prestígio na fala de mulheres com maior grau de escolaridade?
8. Os falantes mais idosos dão preferência ao uso de *tu* em detrimento de *você* e os mais jovens dão preferência ao uso de *você* em detrimento de *tu* em razão do caráter mais conservador de *tu*?
9. É possível flagrar, através de testes de atitudes, um grau maior de prestígio atribuído à forma *tu*, supostamente usada em situações informais e familiares, em oposição à forma *você*, empregada em relações interpessoais mais formais?
10. A forma de prestígio estaria correlacionada ao uso de falantes com maior grau de escolaridade?

Conforme o modelo teórico adotado, a operacionalização dessas hipóteses se fará mediante o levantamento de grupos de fatores ou variáveis independentes de natureza interna e externa. As variáveis externas ou sociais e as variáveis internas ou linguísticas operam de modo complexo, inibindo ou favorecendo o uso de formas

variantes como *tu* e *você*, cuja equivalência semântica reside na referência à segunda pessoa do discurso. Nesse caso, pretendemos testar os grupos de fatores elencados a seguir.

a) A natureza da referência dos pronomes *tu* e *você*

A natureza da referência tem-se destacado como uma variável relevante para as escolhas das formas pronominais de 2ª pessoa no português brasileiro. De acordo com a gramática tradicional, os pronomes são palavras gramaticais usadas em referência a uma pessoa do discurso, substituindo ou modificando o nome. O pronome *tu* é identificado como pronome pessoal do caso reto, que se refere à 2ª pessoa do discurso, pessoa com quem se fala, exercendo exclusivamente a função de sujeito; já o pronome *você* é definido pela gramática como pronome de tratamento, usado no tratamento recíproco nas relações sociais simétricas como uma gramaticalização do SN *Vossa Mercê*. Já se admite o caráter pessoal do pronome, sem menção a qualquer componente diacrônico residual de seu passado como forma de tratamento, justamente porque, no discurso, no processo de enunciação as categorias gramaticais de pessoas estão longe de serem fixas, apresentando uma variedade de formas de uso com diferentes significados.

O que percebemos é que a gramática tradicional conceitua a categoria pronominal como se fosse uma forma cristalizada: dá conceitos prontos, fixos para as categorias pronominais e para a representação dessas categorias, quando, na realidade, elas são usadas mais livremente, de um modo muito distante do que estabelece a gramática tradicional, como podemos observar no exemplo (16) e no exemplo (17).

- (16) si você pega o mapa do nosso bairro você vai, vê que a Assembléia tá dento do nosso mapa, qui num existe distancia pó palácio. Apena não intendemos o porquê do do do dos poderes público não reconhecer qui a genti é centro, qui agenti tem uma história i qui a maioria dos moradoris são antigus nesse bairru i sabi muito bem dessa historia qui eu to falandu.. (Corpus GELAC – Entr. 61)
- (17) Eu acho que ta demais, o acesso é muito fácil. Se a pessoa não dizê não mesmo, tá complicado. ...Toda esquina tu encontra. (Corpus GELAC – Entr. 38- falando sobre o uso de drogas)

Em contraposição à gramática normativa, que nomeia a forma *você* como mero pronome de tratamento, no exemplo (16), emprega-se essa forma como pronome de segunda pessoa do singular em lugar do *tu* na referência determinada. No exemplo (17) a forma *tu* não faz referência somente à 2ª pessoa do discurso, a pessoa com que se fala, mas inclui em sua representação todo e qualquer indivíduo, passível de ser representado pelas pessoas do discurso.

Assim, como mencionado nos trabalhos de Lopes (2007) e Corrêa (2002), as expressões linguísticas na interação verbal apontam para outros empregos, dentre os quais chama atenção a indicação de uma referência indeterminada, que, em princípio, anula a referência exclusiva aos papéis do discurso, já que os pronomes estendem sua referência a outras pessoas de fora do discurso, num grau máximo de generalização como demonstrado em (17). Esse uso não está contemplado nos compêndios gramaticais.

É justamente porque os pronomes *tu* e *você* têm sido empregados no PB nesses dois modos de referência que pretendemos analisar, na variedade acreana, os casos de referência determinada e indeterminada na função de sujeito acreditando que o uso de *você* vem-se especializando na referência indeterminada com maior frequência que o uso de *tu*, mais circunscrito à referência determinada.

Para Corrêa (2002), a referência determinada identifica indivíduos específicos e os usos de dêiticos constituem um subconjunto desse emprego, já que a identificação dos indivíduos é especificada pela situação de fala; já o uso indeterminado (*impersonal use*) se aplica a todos os indivíduos e/ou a qualquer um. Para especificar apresentamos alguns exemplos retirados do *corpus* em análise. Veja inicialmente os casos de (18) e (19).

(18) Tu quer continuar no caso da pimenta, é louco. (Corpus GELAC – Entr. 19)

(19) E assim, o Junior é meu irmão, que você não conhece, ele nunca veio aqui nunca, nunca. (Corpus GELAC – Entr. 20)

Nos exemplos (18) e (19), o falante usa os pronomes *tu* e *você* num contexto de referência determinada para se referir a indivíduos específicos, representando a 2ª pessoa do discurso, no caso o entrevistador. Veja agora os exemplos de (20) e (21).

- (20) Tu tem que colar três vezes uma pessoa só, tu cola uma pessoa aí otro amigo tem que discolar ele. Aí tu vai colar essa mesma pessoa três vezes é a manja.. (Corpus GELAC – Entr. 13)
- (21) É avivado. É liberal podi usar todo tipu di ropa, só não curta, nem qui exponha u corpo demais, mas você serve a Deus do jeito qui você quer. (Corpus GELAC– Entr. 19)

Em (20) e (21), as formas *tu* e *você* são empregadas na referência indeterminada, representando, no contexto situacional, todos os indivíduos e/ou qualquer um, incluindo o interlocutor. Nesses dois últimos casos os pronomes têm caráter genérico por representar os participantes como uma existência universal¹² e não se referindo específica e unicamente aos participantes do discurso.

Nos trabalhos de Costa (2013), Lopes (1998) e Corrêa (2002) a determinação do referente foi selecionada como a variável mais significativa pelo VARBRUL. Além disso, a referência determinada é favorecida pela forma conservadora *tu* e na referência indeterminada predomina o pronome inovador *você*. É justamente essa a hipótese que pretendemos investigar com a análise desse grupo de fatores: o uso de *você* deve tender mais para a referência indeterminada, e o de *tu*, para a referência determinada também na variedade de Rio Branco, acompanhando a tendência geral.

Embora pesquisas recentes comprovem que esse uso indeterminador dos pronomes é bastante comum na língua falada do português do Brasil, o tradicionalismo gramatical o ignora completamente, como vimos no Capítulo 3. É importante salientar que o uso do indeterminador não é uma característica exclusiva do português, já que a indeterminação com a segunda pessoa tem base universal; também não é exclusiva da modalidade falada, já que esse uso aparece também na escrita, como mostra o exemplo (22)¹³ (CORRÊA, 2002).

- (22) Cada vez que sai um ranking internacional qualquer bate aquela raiva. O Brasil está sempre mal colocado, como no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), recém divulgado pelas Nações Unidas.
Não é que eu esperasse que fosse o Brasil, e não a Noruega, a desbancar o Canadá do primeiro lugar. Nem que o país desse um salto impressionante- que essas coisas não acontecem de um ano para o outro.

¹² Em semântica formal, essas sentenças são lidas como se a elas se aplicasse um quantificador universal, do tipo ‘para todo x se x é homem, x é mortal (BORGES NETO, 1998).

¹³ Exemplo extraído de textos editados pelo Jornal Folha de S. Paulo.

O diabo é quando você começa a comparar o Brasil com seus iguais ou parecidos. Dá para acreditar que o IDH do Brasil (0,750) consegue ser inferior ao da América Latina/ Caribe (0,760)? (ROSSI, 2001, p. 2; apud CORRÊA, 2002, p. 11)

b) Preenchimento do sujeito

Estudos sociolinguísticos têm indicado que a língua portuguesa falada no Brasil apresenta, a cada dia mais, sentenças de sujeito preenchido (DUARTE, 1993; COSTA, 2003; PAREDES DA SILVA, 2003). Trabalhos como os de Duarte (2003) já admitem que o português esteja deixando o parâmetro pro-drop para tornar-se uma língua não pro-drop. Presume-se que esse parâmetro no PB esteja em fase de transição de língua marcada para não marcada.

A seleção desse grupo de fatores tem o objetivo específico de verificar se os contextos de referência determinada favorecem o preenchimento do sujeito na fala da comunidade rio-branquense ou se, caso houver predomínio de *tu*, a concordância de 2ª pessoa ainda pode favorecer a preservação do parâmetro pro-drop na comunidade rio-branquense.

c) Formas de recursividade ou paralelismo formal

Para a análise dessa variável, são potencialmente aplicáveis aos nossos dados os mesmos fatores apresentados no grupo de fatores paralelismo formal examinado no trabalho de Tamanine (2010), ou seja: ocorrências isoladas, paralelismo binário, ternário e eneário (4 ou mais ocorrências). Apresentamos a seguir exemplos de cada um desses fatores.

i) Ocorrências isoladas

(23) Tu fala... do Adrianu da seleção? (Corpus GELAC – Entr. 62)

(24) Ixi maria, você toco num assunto interessante. (Corpus GELAC – Entr. 62)

ii) Paralelismo binário

- com pronomes idênticos:

(25) Nois somu dua época agora você toco num assunto interessanti, num sei se você sobi qui Zezé di Camargo canto aqui na praia. (Corpus GELAC – Entr. 62)

- Com pronomes diferentes:

(26) É. Mais aquilo é u retrato da vida real. (...) na novella sempre acaba u final feliz. ... você assisti uma novela num primero capítulo tu sabi u qui vai acontece num final. (Corpus GELAC – Entr. 47)

iii) Paralelismo ternário:

(27) Porque. Quando você si isp si ispecializa numa aria dessa qui tem mercado mar não tem possibilidades você cria oportunidades qui você sai lá na frente. (Corpus GELAC – Entr. 47)

iv) Paralelismo eneário:

(28) Você escolhi você que ir todú dia senta num bancu di iscola você vai, você num que também tem saída, mar você num devi é para di istudar. Tem muita genti voltandu a istudar. O Moacis aquele colega nosso ta terminando a faculdade. I otus amigo meu. Rapai. (Corpus GELAC – Entr. 62)

d) Formas de concordância verbal

A concordância verbal com o pronome *tu* é variável, motivada por fatores como escolaridade, e grau de formalidade. Algumas regiões do norte e nordeste apresentam um favorecimento de *tu* na realização da concordância canônica, como demonstrado por Pedrosa (1999) no falar da Paraíba.

Para Menon (1995), a forma *tu* representa um traço regional, mas também configura uma tendência do português brasileiro em marcar o sujeito em função da perda dos traços da segunda pessoa do verbo. Levantamos a hipótese de que, no falar acreano, o pronome *tu* é mais empregado com verbos na terceira pessoa do singular. Como, por definição, o pronome *você* só atrai concordância de 3ª pessoa, esse grupo de fatores se aplica, ao uso do pronome *tu* na posição de sujeito; por isso, a análise da concordância leva em consideração as ocorrências com flexão de segunda pessoa e as com flexão de 3ª pessoa.

e) Natureza do discurso e grau de formalidade

Soares (1980) afirma que o pronome *você* é preferido em situações mais formais. É possível que esse traço esteja relacionado com a natureza do discurso,

variável que tem sido considerada por vários autores como fundamental para o estudo de certos fenômenos linguísticos. Menon e Loregian-Penkál (2002) verificam que o discurso relatado de terceiro e discurso relatado do próprio informante são favorecedores de *tu* e podem indicar, segundo as autoras, a construção da imagem que o falante faz de si e dos outros (FRANCESCHINI, 2010). Esse grupo de fatores tem como motivação verificar se o tipo de discurso exerce influência na escolha do pronome empregado pelo falante da variedade acreana e, nos casos em que for possível isolar registros mais familiares, também esse grupo de fatores pode determinar o uso de *tu* em detrimento de *você*.

Para identificar os tipos de discurso, assumimos a conceituação fornecida por Menon e Loregian-Penkál (2002), citados no trabalho de Franceschini (2010), que são as seguintes:

(i) Discurso direto de terceiro reportado pelo informante: ocorre quando o informante relata, em seu discurso, o discurso de outra pessoa, em contexto situacional anterior, como podemos observar nos exemplos (29) e (30).

(29) Eli disse: ta com três dias que vejo você ai sentada nessa cama...Venha cá deixa eu fazê um exame em você. (Corpus GELAC – Entr. 65)

(30) Ai a mia mãe sempri falava quando ela já já tava começando fica ruím, Tereza viaja vai pa Goiânia, porque aí pra fora tu sabi né bem diferente daqui, mais ela num quis ouvi; mia finha apegada o diero era muito sigura sabe aquela coisa de até passa fome, num compra coisa pá cumé guardando diero num sei pra que pa num gasta agora tai oh, a filha.... não adianta nada. (Corpus GELAC – Entr. 73)

O exemplo (29) contém o uso do *você* no discurso reportado do médico pela informante, cujo relato tem como tópico o modo como ocorreu o nascimento do seu filho. No exemplo (30), *tu* é reportado no discurso do irmão. Aqui a entrevista relata um fato ocorrido entre ela, o irmão e a mãe, em que ele dirige uma ameaça à informante se ela o derrubar da árvore.

(ii) Discurso reportado do próprio entrevistado: ocorre quando informante relata em seu discurso um discurso já dito anteriormente por ele mesmo, como mostrado no exemplo (31).

(31) Ai eu falei: Mae tu é uma pessoa muito assim qui sofreu muito hoje voce merece toda a felicidade du mundo (Corpus GELAC – Entr. 65)

(iii) Discurso direto do próprio entrevistado: ocorre quando o informante discorre sobre um tema/assunto de forma direta, como mostrado no exemplo (32), em que o informante menciona seu posicionamento sobre o ensino de faculdades a distância.

(32) bem, é acho acho qui não, porque inclusive eu li na internet qui a a faculdade a distancia istão sendo aprovada, tá tendu classificação, acompanhamento é muito bom. Eu acho qui quandu a pessoa que, muitas veze você escolhe a distância por você num ter tempo e isso num significa que você num queira, quando você quer ninguém sigura. Tá entendendo? Você busca entender, você busca ser aprovado. (Corpus GELAC – Entr. 62)

Quanto às variáveis sociais, selecionamos para esta análise quatro tipos: o gênero/sexo, a escolaridade, a faixa etária e a origem geográfica os pais dos informantes, distribuídas da seguinte forma: (i) Gênero/sexo: masculino e feminino; (ii) graus de escolaridade: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior; (iii) cinco faixas etárias: 7 a 15 anos, 16 a 25 anos, 26 a 40 anos, 41 a 55 anos e + de 55 anos; (iv) origem geográfica dos pais do informante: Acre, nordeste, sul e outras regiões do Brasil.

Começamos a discussão por sexo/gênero. Conforme aparece na literatura sociolinguística, diferenças de gênero desempenham um importante papel entre os fatores externos envolvidos na variação e na mudança linguística, na medida em que se registram diferenças de comportamento verbal correlacionadas a diferenças de gênero.

Em se tratando de variáveis estáveis, por exemplo, segundo Paiva e Duarte (2003), Gordon (1997), Milroy and Milroy (1978), Chambers (1995), Labov (2001), as mulheres tendem a usar mais as formas de prestígio – evitando as estigmatizadas – que os homens de mesma classe social e nas mesmas circunstâncias. Labov estabeleceu esse padrão de uso sob a seguinte forma: “Para as variáveis da sociolinguística, as mulheres demonstram uma taxa mais baixa de variantes estigmatizadas e uma taxa mais elevada de variantes de prestígio do que os homens¹⁴” (LABOV, 2001, p. 266). Entretanto, também há casos de homens privilegiando as formas de prestígio mais que as mulheres, principalmente nos países muçulmanos (LABOV, 2001, p. 274).

¹⁴ “For stable sociolinguistic variables, women show a lower rate of stigmatized variants and a higher rate of prestige variants than men” (LABOV, 2001, p. 266).

No entanto, segundo o autor, para que esse princípio seja válido, é preciso que as mulheres tenham acesso à variedade padrão da língua. Por isso, esse princípio, geralmente, não se aplica às camadas sociais mais baixas.

Os estudos sociolinguísticos mostram, portanto, que as diferenças entre homens e mulheres tendem a ser mais elevadas na classe média baixa, no estilo de fala mais cuidado e nas faixas etárias mais avançadas. Entre os jovens, as diferenças são reduzidas ou até inexistentes. As diferenças entre homens e mulheres acontecem não só nos casos de variável estável, mas também nos casos de mudanças em progresso.

Tradicionalmente, as tentativas de explicação para o comportamento linguístico de homens e mulheres se baseia em aspectos sociais: as mulheres, mesmo conseguindo sua emancipação social e econômica em algumas sociedades, ainda pertencem ao segundo grupo de poder e *status*, cabendo-lhes a tarefa de educar os filhos (LABOV, 2001, p. 262).

Assim, as mulheres, conscientes de sua posição de grupo de menor poder socioeconômico, tentam, através da adoção das normas linguísticas de prestígio, superar ou mesmo diminuir sua desvantagem em relação aos homens em outras áreas. Pode-se afirmar que há mesmo um alto grau de convergência entre os autores, quanto às diferenças de comportamento linguístico entre homens e mulheres serem propiciadas tanto pelas causas sociais (LABOV, 2001) quanto pelas causas biológicas (CHAMBERS, 1995).

Os estudos variacionistas que envolvem a variação entre *tu* e *você*, em geral, afirmam que as mulheres favorecem a utilização do primeiro, usando-o na forma canônica de segunda pessoa nas variedades em que se instaura essa variável, pois a tendência é valorizar a forma de prestígio da sociedade (PAIVA, 2010), indicando assim uma diferença cultural entre homens e mulheres, como é assumido por Labov (2001).

O grupo de fatores faixa etária tem-se apresentado como relevante nos estudos variacionistas, especialmente os que tratam também de mudança. Optou-se por testá-lo para verificar se a idade dos falantes interfere na alternância pronominal estudada, ou seja, se haveria uma tendência dos mais jovens pela forma mais inovadora, que é o uso de *você*. Além disso, sabe-se que a análise dessa variável, em relação a um fenômeno estudado, poderá indicar duas direções: a variação estável ou a mudança em curso.

Os estudos que tratam da mudança linguística atestam que as línguas variam de acordo com a faixa etária dos falantes, especialmente numa distribuição por tempo aparente, o que implica que os indivíduos que constituem uma comunidade apresentam, conforme sua idade, diferentes características de fala, dependendo do(s) grupo(s) a que eles pertencem e a que se associam, da habilidade que possuem para pôr em prática as normas linguísticas da sociedade etc:

o alinhamento dos pré-adolescentes dos grupos de pares (8-9 anos), a adesão dos pré-adolescentes dos grupos dos pares de (10-12 anos), o envolvimento nas relações heterossexuais e nos grupos de adolescentes (13-16 anos), a conclusão do ensino médio e as orientações para o ingresso no mercado de trabalho e/ou a universidade (17-19 anos), o início na profissão e a vida em família (20-29 anos), o completo engajamento profissional e as responsabilidades familiares (30-59 anos) e a aposentadoria (60 anos)¹⁵ (LABOV, 2001, p. 101).

Quanto ao grupo de fatores nível de escolaridade, é reconhecido que ele exerce papel fundamental nas escolhas linguísticas dos sujeitos no processo de comunicação falado ou escrito. No ambiente escolar, é comum que nos apropriemos de um sistema linguístico organizado e padronizado, e a partir desse tipo coercitivo de regras, formemos o nosso vocabulário linguístico. Por este motivo é que o fator escolaridade exerce influência nas formas de uso (SILVA, 2013, p. 45).

Esse grupo de fatores nos permite observar se a escolaridade é determinante na escolha do pronome *tu* e *você*, na forma de concordância, se flexão canônica ou de terceira pessoa. E também se o falante menos escolarizado tem maior probabilidade de usar o pronome *tu*, e os mais escolarizados o pronome *você*, o que pressuporia, então, diferentes graus de prestígio e estigmatização para as duas variantes.

Como um dos objetivos da pesquisa é verificar se o uso do fenômeno investigado, a alternância entre *tu* e *você*, tem algo a ver com a influência de dialetos nordestinos (em especial os cearenses), consideramos esse grupo de fatores como relevante para atestar a nossa hipótese principal, a de que o pronome *tu* é

¹⁵ the alignment to the pre-adolescent peer group (8-9) [anos], membershiping the pre adolescent peer group (10-12), involvement in heterosexual relations and the adolescent group (13-16), completion of secondary schooling and orientation to the wider world of work and/or college (17-19), the beginning of regular employment and family life (20-29), full engagement in the work force and family responsibilities (30-59), retirement (60s) (LABOV, 2001, p. 101).

favorecido por falantes com descendência nordestina, considerando que o uso da forma pronominal *tu* na variedade acreana, é de fato uma herança da colonização nordestina na época do surto da borracha, já que os dados do ALiB comprovam que nas variedades nordestinas o pronome *tu* é mais usado que nas outras regiões do Brasil.

Essas questões serão abordadas no capítulo seguinte com base num enfoque quantitativo, mas com uma visão qualitativa dos valores estatísticos, que possa proporcionar resultados consistentes para a explicação dos valores de uso das formas *tu* e *você*.

Aqui se esclarece o que entendemos por dimensão objetiva da variação. Essa análise, todavia, se completa, no capítulo 6, com a análise da dimensão subjetiva, que busca esclarecer os parâmetros definidores de prestígio e estigmatização; achamos, todavia, preferível tratar dessa análise separadamente no capítulo 6, que denominamos “Dimensão subjetiva da variável *tu* e *você*”. Achamos também mais adequado, em termos de organização, que também a apresentação dos critérios de análise esteja incluída neste capítulo do trabalho. A análise da dimensão objetiva será tratada a seguir, no capítulo 5.

5 A DIMENSÃO OBJETIVA DA VARIÁVEL *TU/VOCÊ*

5.1 Introdução

Inicialmente, é importante destacar que a análise dos dados em que se baseiam os resultados deste estudo se norteia pela consideração das variáveis dependentes (as formas pronominais *tu* e *você*) em correlação com as variáveis independentes analisadas e mencionadas no capítulo anterior.

Os dados foram submetidos a três rodadas no programa Goldvarb X. Inicialmente, fizemos uma rodada com todos os informantes, seguida de uma nova, só com os informantes que apresentam em seu discurso variação entre as duas formas pronominais; por último, separamos, numa terceira rodada, os casos de referência determinada dos de referência indeterminada.

Além dessa análise em três dimensões, desenvolvemos ainda duas análises: uma das relações interpessoais presentes nos discursos reportados em três domínios discursivos, familiar, escolar e trabalho, e uma análise de reações subjetivas às variantes, mediante a aplicação de testes de atitudes e crenças, que será feita no capítulo 6, para examinar: (I) se os falantes da variedade rio-branquense no papel de avaliadores escolhem uma das duas formas para atribuir valor de prestígio ou estigma; e, se o fazem de fato, nossa hipótese é de que a preferência seja dirigida para a variante que for mais usada nas relações interpessoais mais familiares; (ii) em que medida a avaliação subjetiva está relacionada a fatores linguísticos e extralinguísticos.

Para explicar o fenômeno em estudo centramos nosso olhar nos aspectos internos ou linguísticos, propriamente ditos, e nos aspectos sociais ou externos à língua.

A primeira rodada ficou restrita ao programa Makecell que fornece a frequência percentual correspondente a cada fator dos grupos selecionados. Quanto ao grupo de fatores concordância do pronome *tu* (padrão e não padrão) o programa indicou a ocorrência de um nocaute. Caracteriza-se uma situação de nocaute quando um fator corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente (GUY; ZILLES, 2007), o que se dá quando o fenômeno não é variável. Nesse caso específico, o nocaute foi motivado pelo fato de não haver um único caso de concordância verbal com o uso de *tu*.

Esse resultado categórico não deixa de ser significativo, já que a unanimidade dos dados aponta para a confirmação da hipótese formulada por Scherre et al. (2015) de que o Acre se identifica com o subsistema *você/tu* sem possibilidade de concordância.

De qualquer modo, a continuidade do processamento estatístico requereu a resolução desse problema, mediante a exclusão do grupo de fatores. Feitas essa exclusão e a consequente recodificação dos dados, o programa deu continuidade ao processamento estatístico nessa primeira rodada, fornecendo os resultados gerais de todos os demais grupos de fatores incluídos na análise. Na rodada *Binomial-set-up and down*, o programa calculou a média global¹⁶ ou o *input*, os pesos dos grupos e, em seguida selecionou os grupos que favorecem uma variante em detrimento da outra e os que a inibem.

Feita essa introdução geral, iniciamos a exposição dos resultados quantitativos e a discussão qualitativa dos resultados com a análise estatística geral dos resultados da variação entre os pronomes *tu* e *você*. Em seguida, discutimos os resultados dos grupos de fatores selecionados para a aplicação da regra variável *tu* e *você* na indicação da 2ª pessoa, em que se expõem os valores absolutos, relativos e índice de pesos de cada grupo.

Centramos o foco no tratamento dos pesos relativos e não exatamente das médias percentuais, uma vez que, são esses valores que dão maior grau de confiabilidade à pesquisa em razão de o programa pesar o efeito simultâneo de todos os grupos de fatores envolvidos.

No final dessa seção, estabelecemos uma comparação entre os resultados desta pesquisa e os resultados obtidos de outros trabalhos já discutidos sobre o mesmo tema, com o objetivo de confirmar ou rejeitar as hipóteses formuladas e de avaliar o que a variedade rio-branquense compartilha com outras do Norte e no que delas se distingue.

5.2 O uso dos pronomes de 2ª pessoa: resultados gerais comparativos

A estratificação da amostra permite entrever na variedade rio-branquense quatro formas de usos dos pronomes de 2ª pessoa: *tu*, *você*, *ocê* e *cê*, como elencados nos exemplos abaixo:

¹⁶ A média global representa a “probabilidade de aplicação da regra quando o efeito de todos os fatores de todas as variáveis é nulo”.

- (33) Tu acha eu num acho não. (Corpus GELAC – Entr. 8)
- (34) ...porque eu acho que, pra você, se você, pra você viver bem não precisa você se prender a ninguém... (Corpus GELAC – Entr. 47)
- (35) É bom; cê cresce muito né, ispiritualmente. (Corpus GELAC – Entr. 76)
- (36) ...qui ocê nunca sabe o qui vai acontecer nu futuro, então ocê tem qui busca é ampliar o seu conhecimento aí por fora... (Corpus GELAC – Entr. 76)

Codificamos as ocorrências de *ocê* e *cê* como *você*, uma vez que é tão reduzido o número de determinadas formas que os resultados poderiam ser prejudicados por falta de ortogonalidade. Com efeito, há 05 ocorrências de *cê* e 1 apenas de *ocê*. Além disso, essas formas de redução de *você* constituem outra variável com estatuto próprio, devendo, por isso, receber uma análise separada. O que interessa a esta causa é, na realidade, a diferença entre qualquer forma de *você* e o pronome *tu*.

Dos 96 falantes rio-branquenses, 12 fazem uso apenas da forma pronominal *você* e, somente 2 informantes utilizam em seu discurso apenas o pronome *tu*. Observamos que os dois informantes que utilizam o pronome *tu* são mulheres. Isso significa que a maioria dos informantes rio-branquenses emprega, variavelmente, uma e outra forma pronominal para representar a 2ª pessoa do discurso, totalizando 85,4% dos informantes investigados.

Excluídos os informantes que são falantes de uma única das duas variantes, o primeiro parâmetro estabelecido pelo Goldvarb X foi calcular, na amostra, o conjunto de dados que representa as variáveis dependentes, para, em seguida, quantificar o comportamento das duas variantes em relação às outras variáveis, consideradas independentes.

Olhando para a variável dependente isoladamente, chegamos a um total de 221 ocorrências, das quais 65 são casos de uso do pronome *tu* e 156 são casos de uso do pronome *você*, como exposto na Tabela 9.

Tabela 9- Frequências e médias percentuais das formas pronominais *tu* e *você*

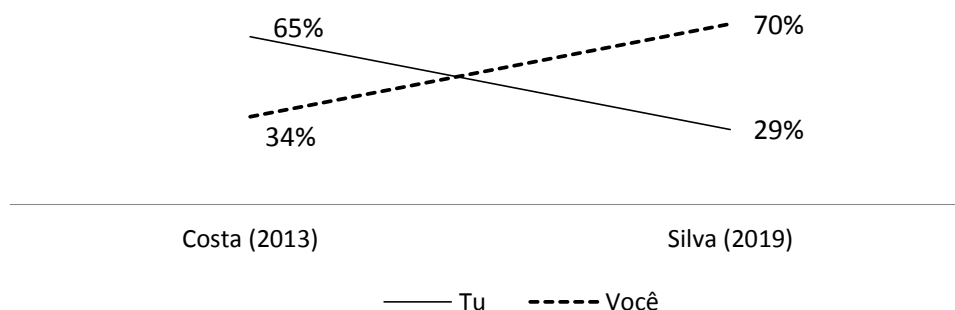
Variáveis Dependentes	N/total	%
Tu	65/221	29.4
Você	156/221	70.6

Fonte: elaborada pela autora.

Os resultados permitem afirmar que é notadamente majoritário o uso de *você* pelos falantes rio-branquenses em comparação ao uso de *tu*. É preciso ressaltar, no entanto, que esse forte favorecimento do pronome *você* não implica afirmar que a forma *tu* esteja em processo de desaparecimento. O máximo que se pode deduzir até aqui é que pode estar em curso na variedade rio-branquense um processo de mudança com o favorecimento da forma *você*. Esses resultados gerais corroboram os encontrados por Cardoso (2014) no Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Com efeito, Cardoso (2014) afirma que é *você* a forma pronominal mais usada nas capitais do Norte e Nordeste, deduzindo ser essa distribuição de frequência na variedade dessas regiões um processo de mudança em curso.

Diferentemente dos dados discutidos por Cardoso (2014)¹⁷, estudando os pronomes *tu* e *você* nas capitais do Norte, Costa (2013) mostra ser usada com maior frequência a forma pronominal *tu*: com efeito, de 59.2% (431/727) das ocorrências detectadas são do pronome *tu* e 40,7% (296/727), do pronome *você*. Para a cidade de Rio Branco, a variedade aqui enfocada, Costa (2013) mostra haver uma frequência de 65% (95/145) de casos de *tu*. Esse resultado não deixa de ser intrigante, se comparado aos desta pesquisa, cujos resultados, o uso mais favorável à variante *você*, apontam para uma orientação completamente inversa aos de Costa (2013), conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1- Médias de usos das formas pronominais *tu* e *você* em Rio Branco, conforme Costa (2013) e Silva (2019)



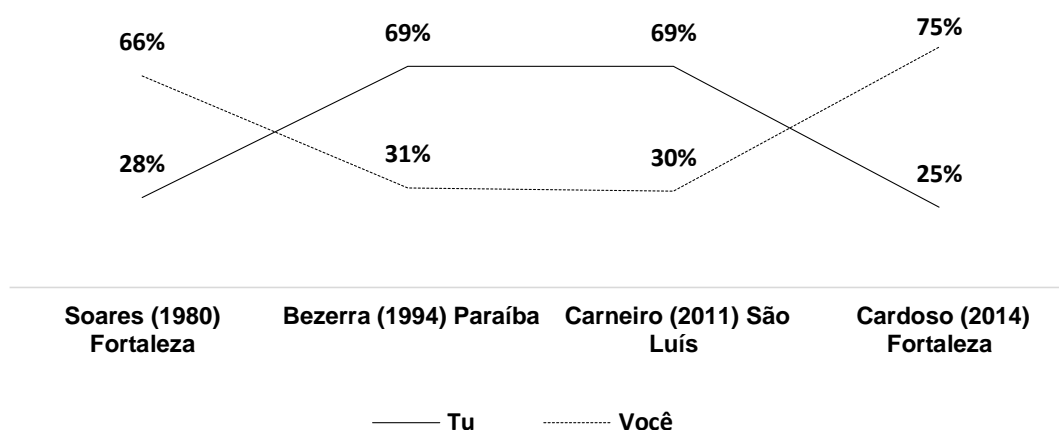
Fonte: elaborado pela autora.

¹⁷ Como Cardoso (2014) não apresenta em sua pesquisa valores percentuais exatos, não foi possível inserir no gráfico seus resultados. Os valores apresentados são de 0 a 100%, sendo que para o uso do *tu* está entre 25 e 50% e o de *você*, entre 51 e 75%.

Talvez a explicação dessa divergência possa ser atribuída aos tipos de *corpora* analisados e aos procedimentos de coleta de dados. Costa emprega o mesmo método do ALiB para a coleta de dados, limitando-se a perguntas e respostas, enquanto fizemos usos de entrevistas de narrativas pessoais, conforme procedimento amplamente utilizado pela sociolinguística e também adotado pelo Banco de Dados do Grupo de Pesquisa Geolinguística do Acre- GELAC.

Já os dados das variedades do Nordeste apontam também, nos estudos de Bezerra (1994) e Carneiro (2011), para uma maior frequência da variante *tu* em detrimento de *você*; Soares (apud DIAS, 2007, p. 38-39) e Cardoso (2014) constata a predominância da variante *você*. Os resultados gerais desses trabalhos permitem afirmar que as variedades do nordeste são preferência majoritária ora à forma *você* inovadora (Fortaleza) ora à forma *tu* conservadora (Paraíba e São Luís). Para uma perspectiva comparativa, apresentamos esses dados no Gráfico 2.

Gráfico 2- Médias de usos das formas pronominais *tu* e *você* na região nordeste



Fonte: elaborado pela autora.

Comparados os resultados da variedade de Rio Branco com os das pesquisas acima mencionadas, é possível concluir pela existência de uma divergência entre as variedades na distribuição de *tu* e *você*: as variedades de Paraíba e São Luís privilegiam a forma *tu*, enquanto a variedade de Fortaleza privilegia a forma *você*, como ocorre com os resultados relativos à variedade de Rio Branco, em que pese estar à cidade localizada na região norte do país. A diferença entre a parte ocidental e a parte oriental da região norte/nordeste parece correlacionar-se também a uma diferença significativa entre as variedades.

Os dados deixam apenas como certeza a de que não existe ainda cenário possível, nas regiões norte e nordeste, para a substituição de *tu* por *você*; o que ocorre de fato é uma alternância entre essas duas formas em todas as variedades comparadas, inclusive na rio-branquense, como especificado na Tabela 9 acima. Pode-se registrar, todavia, um caso divergente: a grande diferença de frequência entre os dados desta pesquisa e os de Costa (2013), o que pode estar, de qualquer modo, correlacionado a uma diferença de metodologia. Lembre-se, inclusive, que extraímos de nossos dados os informantes de uma variante única, procedimento que pode não ter sido aplicado ao estudo de Costa.

Antes de iniciarmos a apresentação dos resultados estatísticos obtidos pelo Goldvarb X com base no processamento de todos os grupos de fatores considerados na pesquisa, lembramos que é a análise das variáveis independentes em correlação às variáveis dependentes que nos permite mapear, especificamente, as ocorrências mais relevantes na escolha de usos dos pronomes *tu* e *você*, mostradas pelos valores percentuais e pesos relativos. A análise multivariada do Goldvarb X permite ao pesquisador não somente observar as tendências de usos dos falantes acreanos de Rio Branco, como também mapear, detalhar, e relativizar alguns resultados que, muitas vezes, passam despercebidos por não serem variáveis relevantes de análise. Diante desses objetivos, apresentamos a seguir três rodadas de análises diferentes, a partir dos resultados obtidos pela aplicação do programa estatístico.

5.3 O uso de *tu* e *você* e a natureza determinada e indeterminada da referência

De todos os grupos de fatores selecionados para o estudo, logo na primeira rodada de análise, o programa selecionou a natureza da referência como um dos grupos de fatores mais representativos estatisticamente para o condicionamento da variável, confirmando os resultados a que chegaram trabalhos anteriores aqui considerados, que se debruçaram sobre outras variedades do português.

Como se sabe, a referência é um traço típico das relações interpessoais em que se define a identidade social dos interlocutores, entendida na perspectiva da gramática tradicional, como: “com quem se fala” ou 2ª pessoa do discurso, da forma “de quem ou de que se fala”, ou 3ª pessoa do discurso. Todavia, no processo interacional, as relações não são assim diretas e fixas, podendo, em vez disso,

apresentar usos alternativos com diferentes funções. Partindo dessa perspectiva, o objetivo da análise desse grupo de fatores é investigar as situações em que o informante lança mão das formas *tu* e *você* na referência determinada, o que estaria de acordo com a fixidez da gramática tradicional, ou indeterminada, um uso que leva em conta as pessoas do discurso sem precisar-lhes a referência. Elencamos, em (37-38), alguns exemplos retirados das ocorrências coletadas e analisadas de referência determinada mediante o uso de *você* e, em (39-40), mediante o uso de *tu*.

- (37) Você viu qui esse ano nem praia tevi. (Corpus GELAC – Entr. 62)
- (38) A comunidade participava era tanto qui era muita gente né Meta no centro da cidade era bom, a gente frequentava né. a professora até dizia olha vamu pra lá e vocês iscrevem u qui vocês istão vendu lá pra vocês fazê um trabalhu ... (Corpus GELAC – Entr. 61)
- (39) Aconselha, ...semana passada ele falou para mim “se tu fô namorá tu presta atenção. (Corpus GELAC – Entr. 21)
- (40) Tu sabe qual o trabalho do engenhero florestal? (Corpus GELAC – Entr. 47)

A análise das ocorrências permitiu encontrarmos no uso da comunidade rio-branquense dois significados para os casos de referência determinada do pronome *você*; no exemplo (37) o pronome *você* faz referência à 2ª pessoa do discurso – a pessoa com quem se fala, temos aqui a referência ao interlocutor; já no exemplo (38) a forma *vocês* se refere a um grupo de pessoas: *aos alunos*. Aqui o falante estende a referência a outras pessoas de fora do discurso. No entanto, o uso de *vocês* representando a segunda pessoa do plural não foi levado em conta neste estudo, que se restringiu à referência à 2ª pessoa do singular.

Quanto ao pronome *tu*, só foi possível detectar casos de usos de referência determinada específica, como mostrado no exemplo (39) e (40). Observe que, nos dois exemplos, o falante se refere ao interlocutor de forma direta, de modo que o referente é conhecido e identificado no momento do discurso.

Com esses resultados há indícios de que os pronomes *você* e *tu* no contexto de referência determinada veiculam um único significado no discurso, apresentando um único valor de verdade, valor absoluto.

A seguir mostramos casos de referência indeterminada, circunscrevendo-se os exemplos (41-42) ao uso de *você* e os exemplos (43-44), ao de *tu*.

- (41) Rapaz muita gente critica, mas tá bom, pelo menos você conhece a pessoa... Você namora tal, fica bem envolvido, ai se você ver que não dar certo... ai parte pra outra... de primeiro não, você tinha qui casá sem nem conhecer a pessoa..ai depois di casadu descobria qui a pessoa nãu era aquilu qui você esperava... Ai pra separar ficava mais complicadu. (Corpus GELAC – Entr. 38)
- (42) Porque sem o estudo você não sai né fica empacado que nem burro. (...) É, sem um estudo você não vai conseguir um emprego. (Corpus GELAC – Entr. 34)
- (43) É, eu gosto, eu sempre pensei que tu cresce, eu sempre pensei em fazer isso, jornalista. (Corpus GELAC – Entr. 58)
- (44) Porque tem vez oh hoje eu vi gazeta alerta, o caso dum cara que a filha dele morreu. Aí botaram a culpa nele, sendo que quem tinha feito a filha dele morrer era a mãe, aí eu acho injustiça, não tem prova como é que a pessoa vai falar assim é tu o culpado, aí eu não acho certo. (Corpus GELAC – Entr. 11)

Observe que o contexto discursivo das formas pronominais contidas em (41, 42 e 43) permite que as formas de 2ª pessoa utilizadas sejam substituídas por “uma pessoa, seja ela qual for”. Nesses três exemplos, é possível substituir os pronomes usados no contexto situacional por *você*, *tu* e até *a gente*. No exemplo (44), o pronome *tu*, também usado na referência indeterminada genérica, pode se referir a qualquer pessoa, mas o contexto discursivo não permite substituir a forma usada pelo pronome *a gente*, que incluiria o falante. Esses exemplos retirados da amostra mostram ser possível inferir que, no contexto de referência indeterminada, o pronome *você* é usado com significados mais variados no discurso rio-branquense, diferente do pronome *tu* que apresenta significados mais específicos e diferentes um do outro nas duas ocorrências analisadas em que ele aparece.

O que esses resultados permitem deduzir é que, de fato, nenhuma das formas pronominais aqui estudadas apresenta significado absoluto de referência única ao interlocutor. Se as formas veiculam diferentes valores não se trata, nesses usos, de variação, mas de uma escolha funcional. Se esses usos refletirem diferentes valores, temos, como defende Lavandera (1984), uma seleção do falante, determinada por seus propósitos de comunicação no processo de interação.

O falante no ato do dizer não desenvolve apenas sua competência linguística, mas junto com ela, sua competência comunicativa, que está influenciada por todos os elementos que envolvem os contextos: linguísticos, sociais e discursivos. É também, por isso, que a referência não é um produto pronto e acabado, mas um objeto de discurso, na medida em que o sujeito falante cria, em cada situação de uso, valores específicos, como mostram os exemplos acima apresentados.

Vejam, agora, os resultados estatísticos da variável dependente submetida à natureza da referência, expostos na Tabela 10.

Tabela 10- Relação entre a variável e a natureza da referência dos pronomes

Natureza da referência	Tu			Você		
	Freq	%	PR	Freq	%	PR
Referência Determinada	55/139	39.6	0.64	84/139	60.4	0.36
Referência Indeterminada	14/98	14.3	0.31	84/98	85.7	0.69
Total	65/221	29.4		156/221	70.6	
Input do grupo	0.271			0.729		
Significância	0.000					
Log likelihood/grupo	-125.462					
Log likelihood/geral	-133.881					

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados da Tabela 10 mostram que a forma pronominal *tu* é usada com maior frequência pelo falante rio-branquense quando o referente é determinado, como indica o PR de 0.64, com média percentual de 39,6% (55/139). Dá-se exatamente o inverso quando nossa atenção se centra no pronome *você*, cujo uso é altamente favorecido no contexto de referência indeterminada, evidenciado pelo PR de 0.69 e frequência de 85,7% (84/98).

Esses resultados confirmam a nossa hipótese inicial, de que a situação de referência indeterminada favorece o uso de *você* e a situação de referência determinada, o de *tu*. Os resultados mostram também que, independentemente do tipo de referência, *você* tem incidência bem maior que *tu*, respectivamente 70,6% (156/221) e 29,4% (65/221). Os valores dos pesos relativos estão fortemente correlacionados com os das frequências percentuais, o que significa não ter havido discrepância estatística nos dados, o que é corroborado pelo grau de significância estatística.

Na pesquisa de Carneiro (2011), esse grupo de fatores também foi o primeiro a ser selecionado pelo programa estatístico. Estudando a alternância de *tu* e *você* nas variedades nordestinas, essa autora constata que a referência determinada é predominante para os falantes ludovicenses indiferentemente do tipo de pronome.

Comparando os resultados encontrados nesta pesquisa com os resultados da pesquisa acima mencionada, é possível afirmar que os usos dos pronomes *tu* e *você* nos casos de referência determinada e indeterminada têm se organizado de maneira

diferente nas variedades da região norte e nas variedades da região nordeste, levando-se, sobretudo, em conta que, na variedade acreana de Rio Branco e nas variedades das capitais do nordeste (Carneiro, 2011), os resultados mostram um favorecimento do uso determinado do pronome *tu* e do uso indeterminado do pronome *você*. A exceção encontrada é a variedade ludovicense que aponta indiferença entre uma e outra forma para a referência determinada.

Tabela 11- Referência determinada e indeterminada dos pronomes *tu* e *você* nos dados de Carneiro (2011) e Silva (2019)

Referência	CARNEIRO (2011)		SILVA (2019)	
	Tu	Você	Tu	Você
Determinada	69.3%	27.08%	39.6%	60.4%
Indeterminada	0.0%	3.61%	14.3 %	85.7%

Fonte: elaborado pela autora.

Se, por um lado, os resultados confirmam a hipótese inicial de que o uso da forma *você* mostra uma tendência acentuada para atuar, funcionalmente, na referência indeterminada e *tu*, na referência determinada, por outro, não esperávamos que o uso de *você* fosse mais frequente que o de *tu* nos dados em geral, o que pode indicar que o uso de *tu* esteja perdendo terreno para o uso de *você*. Resta-nos ver se o processamento estatístico sinaliza ou não pertinência diacrônica.

Uma dedução óbvia da discussão desses dados é que, na variedade falada em Rio Branco, há uma clara correlação entre a frequência de uso de *tu* e *você* e a natureza da referência nos seguintes termos: se determinada, seleção majoritária de *tu*, se indeterminada, seleção majoritária de *você*. Essa correlação confirma uma das hipóteses principais desta pesquisa, a de que a distribuição dessas duas formas aponta para um viés funcional. No entanto, para dar continuidade ao processamento estatístico dos dados, a funcionalidade de uso em relação ao tipo de referência obriga o controle dessa variável independente, especialmente porque o objetivo mais geral desta tese é o de responder se, na variedade de Rio Branco, ocorre uma variação ou escolha funcional entre os pronomes *tu* e *você*. O que vimos até aqui é que se comprova haver uma distribuição funcional, sem unanimidade, contudo.

Para uma análise mais precisa sobre a questão da referência, decidimos submeter os dados a uma nova rodada de análise estatística, que exclui os dados de referência indeterminada, preservando apenas os de referência determinada, que identificam o uso dêitico dos pronomes *tu* e *você* na função de sujeito. Além de proceder apenas à análise da referência determinada, faremos, na seção 5.4, uma discussão dos resultados submetidos aos grupos de fatores que foram considerados como significativos pelo Goldvarb.

5.4 A influência das variáveis independentes na referência determinada de *tu* e *você*

O preenchimento do sujeito foi o primeiro grupo de fatores submetido à análise do GoldVarb. Os resultados estão expostos na Tabela 12.

Tabela 12- Relação entre preenchimento do sujeito e natureza determinada da referência

Preenchimento do sujeito	Tu		Você	
	Freq	%	Freq	%
Preenchido	51/124	41.1	73/124	58.9
Não preenchido	0/4	0.0	4/4	100.0
Total	51/128	39.8	77/128	60.2

Fonte: elaborado pela autora.

Levantamos como hipótese verificar se o preenchimento do sujeito é relevante tanto para o uso de *tu* quanto para o uso de *você* em razão de ser, indiferentemente, de 3ª pessoa, a pessoa não marcada a relação de concordância com as duas formas na posição de sujeito. Os dados computados mostram certo comprometimento do falante com um aspecto funcional, já conhecido na literatura, que é o enfraquecimento do sistema flexional do português brasileiro com frequência diretamente proporcional de preenchimento: do total das ocorrências, 58.9% (73/124) de uso de *você* configuram casos de preenchimento do sujeito e 41.1% (51/124) de *tu*.

Os nossos resultados fornecem evidência de que a variedade falada na Capital do Acre segue a tendência do português brasileiro para a substituição do parâmetro pro-drop pelo parâmetro não pro-drop.

Como não se computou nenhum caso de *tu* com sujeito vazio na referência determinada, um caso típico de nocaute, foi necessário excluir esse grupo de fatores para dar continuidade ao processamento estatístico da análise multivariada.

Passemos, agora, à análise estatística das formas de recursividade, apresentada na Tabela 13.

Tabela 13- Relação entre preenchimento do sujeito e natureza determinada da referência

Formas de recursividade	Tu			Você		
	Freq	%	Peso	Freq	%	Peso
Ocorrências Isoladas	42/95	44.2	0.55	53/95	55.8	0.45
Paralelismo binário	5/20	25.0	0.34	15/20	75.0	0.66
Paralelismo ternário	1/5	20.0	0.28	4/5	80.0	0.72
Paralelismo eneário	1/5	20.0	0.28	4/5	80.0	0.72
Total	49/125	39.2		76/125	60.8	
Input	0.386					
Significância	0.216					
Log likelihood	-81.461					

Fonte: elaborado pela autora.

Nossa hipótese inicial era a de que a primeira forma usada na sequência discursiva condicionaria o uso das formas seguintes, na referência determinada. No entanto, o número muito baixo de incidência em relação ao paralelismo ternário e ao eneário deixa pouca margem para discussão sobre a relevância desse parâmetro.

O que é possível detectar nos dados é que não há muita influência do paralelismo formal, já que tanto em formas isoladas quanto em recursividade binária, o uso de *você* predomina sobre o de *tu*, o que de resto é a tendência geral dos resultados. Com efeito, todas as formas de paralelismo apontam para uma maior frequência de uso do pronome *você* (60,8%) em detrimento de *tu* (39,2%). Nas ocorrências isoladas parece existir uma alternância de uso entre os pronomes *tu* e *você*.

Os índices mostram um favorecimento relativamente discreto da variante *tu* quando o falante faz uso em seu discurso de ocorrências isoladas (0,55) em oposição ao índice de *você*, 0,45, peso relativo que parece desfavorecer o uso de *você* nesse contexto. Em todos os casos de paralelismo, há uma incidência

significativa de uso da forma *você* com uma frequência mais elevada em discursos que privilegiam o paralelismo eneário (0.72), binário (0.66) e ternário (0.72).

Os valores de significância, igual a 0.216, garantem que a atuação desses grupos de fatores não interfere na determinação da escolha das variantes pronominais em referência ao interlocutor na variedade rio-branquense. Passemos, agora, à análise dos dados submetidos ao grupo de fatores natureza do discurso, que aparecem expostos na tabela 14.

Tabela 14- Relação entre a natureza do discurso e natureza da referência determinada

Natureza do discurso	Tu		Você			
	Freq	%	Peso	Freq	%	Peso
Discurso direto	21/64	32.8	0.41	43/64	67.2	0.59
Reportado por terceiro	23/50	46.0	0.57	27/50	54.0	0.43
Reportado pelo entrevistado	7/14	50.0	0.61	7/14	50.0	0.39
Total	51/128	39.8		77/128	60.2	
Input	0.389					
Significância	0.019					
Log likelihood	-82.038					

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados expostos na Tabela 14 permitem afirmar que o contexto de discurso direto favorece o uso do pronome *você* (0.59) e desfavorece o do pronome *tu* (0.41); o contexto de discurso reportado por terceiro e o de discurso reportado pelo próprio entrevistado apontam para um favorecimento das duas variantes, com uma frequência mais elevada para *tu* com base nos pesos relativos.

Esses valores apresentam evidência contrária à nossa hipótese inicial de que o tipo de discurso poderia exercer influência significativa na escolha da forma pronominal, especialmente, porque o pronome preferido pelos rio-branquenses, a forma *você* tem maior incidência no discurso direto tanto se visto da perspectiva do subconjunto, 67.2% (43/64) quanto da perspectiva do total (60.2%).

Outro grupo de fatores considerado para a análise foi o gênero/sexo. Para a análise dessa variável social, assumimos como hipótese que as mulheres favoreceriam o uso da forma conservadora, provavelmente também a de prestígio, que é a forma *tu*. Vejamos os resultados expostos na tabela 15.

Tabela 15- Relação entre gênero e natureza da referência determinada

Gênero/Sexo	Tu			Você		
	Freq	%	PR	Freq	%	PR
Masculino	22/63	34.9	0.44	41/63	65.1	0.56
Feminino	29/65	44.6	0.55	36/65	55.4	0.45
Total	51/128	39.8		77/128	60.2	
Input	0.391					
Significância	0.197					
Log likelihood	- 82.868					

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados indicam que nossa hipótese se confirma, já que a variante considerada como potencialmente conservadora, *tu*, é favorecida na fala das mulheres. De qualquer modo, indiferentemente de gênero/sexo, emprega-se com maior frequência a forma inovadora *você*.

A comparação dos valores absolutos possibilita notar que o discurso dos homens favorece com maior frequência o pronome *você*, com um índice de 65.1% (41/63), também evidenciado pelo PR de 0.56, enquanto o uso de *tu* é mais favorecido no discurso das mulheres, mas com uma discrepância entre a frequência, que é de 44,6% (29/65) e o peso relativo, que é de 0.55. As diferenças são pouco significativas para ser possível deduzir que os dados mostrariam o apego maior dos homens pela forma inovadora, o pronome *você* do que as mulheres e que a preferência das mulheres por *tu* indicaria atribuição de prestígio encoberto.

Uma comparação com trabalhos anteriores mostra resultados convergentes. Em sua análise da fala de crianças na Paraíba, Bezerra (1994) verifica que as meninas usam mais a forma pronominal *tu* (71%) que os meninos (65%). Ao examinar, a alternância *tu/você/senhor* no município de Tefé, Estado da Amazonas, na fala de 15 homens e 15 mulheres, Martins (2010) constatou que se emprega o pronome *tu* com maior frequência pelas mulheres e crianças, estando *você* mais presente no discurso dos homens.

O terceiro grupo de fatores tratado aqui é faixa etária, cujos resultados estão expostos na Tabela 16.

Tabela 16- Relação entre faixa etária e natureza determinada da referência

Faixa etária	Tu			Você		
	Freq	%	Peso	Freq	%	Peso
7 a 15 anos	5/19	26.3	0.36	14/19	73.7	0.64
16 a 25 anos	7/14	50.0	0.61	7/14	50.0	0.39
26 a 40 anos	13/32	40.6	0.51	19/32	59.4	0.49
41 a 55 anos	12/24	50.0	0.61	12/24	50.0	0.39
+ de 55 anos	12/36	33.3	0.44	24/36	66.7	0.56
Input	0.389					
Significância	0.446					
Log likelihood	-81.819					

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados da tabela 16 mostram que, no contexto de referência determinada, o pronome *tu* é favorecido no uso de informantes das faixas 16-25, com PR de 0.61, 26-40, com PR de 0.51 e 41-55 anos com PR de 0.61. O pronome *você* é favorecido pelo uso dos informantes mais jovens na faixa 7-15 anos, com PR de 0.64, e mais idosos, da faixa etária + de 55, com PR de 0.56.

Esses resultados não confirmam, portanto, a hipótese inicial, de que o pronome *tu* consistiria na forma conservadora, o que se deduziria, portanto, de ser a mais usada pelos informantes das faixas etárias mais elevadas, e o pronome *você* consistiria na forma inovadora, o que implicaria ter seu uso mais favorecido na fala de jovens e adolescentes. A distribuição por peso relativo mostra dados pouco conclusivos para confirmar essa hipótese, indicando uma distribuição complementar entre as faixas médias, que favorece *tu* e as polares, que favorecem *você*. Não há um padrão regular, especialmente quando se vê que os mais idosos dão preferência por *você* quando seria de se esperar o comportamento inverso, caso *você* se mostrasse inovadora no contexto da fala rio-branquense.

Esse resultado dos informantes de faixa etária + de 55 talvez se justifique pelo fato de terem esses informantes situados nos dois polos do *continuum* o mesmo nível de escolaridade – ensino fundamental.

Para verificarmos em que grau o nível de escolaridade exerce influência no uso de *você* e/ou *tu*, cruzamos os dados dos grupos faixas etárias e escolaridade, cujos resultados estão expostos na Tabela 17.

Tabela 17- Frequências e médias percentuais do cruzamento entre faixa etária e escolaridade

	Fundamental				Médio				Superior			
	Tu		Você		Tu		Você		Tu		Você	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7-15 anos	4	36	7	64	1	12	7	88	0	0	0	0
16-25 anos	0	0	0	0	1	50	1	50	6	50	6	50
26-40 anos	3	27	8	73	8	53	7	47	2	33	4	67
41-55 anos	7	58	5	42	5	45	6	55	0	0	1	100
+ de 55 anos	12	33	24	67	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	26	37	44	63	15	42	21	58	8	42	11	58

Fonte: elaborado pela autora.

Os valores percentuais permitem confirmar que é de fato a escolaridade que exerce influência na escolha das variantes, sobrepunhando-se, portanto, à relevância de faixa etária. Os resultados mostram que *você* é mais frequente na fala dos informantes com ensino fundamental de 7-15 anos, 26-40 anos e maiores de 55 anos. Na faixa dos informantes com ensino superior, são os com 26 a 40 anos que apresentam maior frequência de uso de *você*.

De qualquer modo, qualquer perspectiva de que se olhem os dados, eles não mostram qualquer tendência para um possível processo de mudança em curso.

Com a análise do grupo faixa etária, pode-se inferir que, para o uso da referência determinada, a forma pronominal mais frequente no falar acreano é a forma potencialmente inovadora, o pronome *você*; todavia, vale repetir, não há indício evidente de que esteja ocorrendo no falar da comunidade rio-branquense um possível processo de mudança em curso no uso das formas pronominais de 2ª pessoa do discurso.

Passando, agora, à análise dos resultados por escolaridade. Os valores da Tabela 18 permitem constatar que a forma pronominal *você* é privilegiada pela comunidade rio-branquense por falantes de todos os níveis de escolaridade, em termos de frequências, mas não em termos de pesos relativos. Nesse âmbito, há uma distribuição complementar entre os três agrupamentos de informantes, em que o de ensino fundamental favorece o uso de *você* com PR de 0.52 e os de ensino médio e superior favorecem o uso de *tu*, cujos pesos relativos são de 0.52 e de 0.53, respectivamente.

Tabela 18- Relação entre escolaridade e referência determinada

Escolaridade	Tu			Você		
	Freq	%	PR	Freq	%	PR
Fundamental	26/70	37.1	0.48	44/70	62.9	0.52
Médio	15/36	41.7	0.52	21/36	58.3	0.48
Superior	8/19	42.1	0.53	11/19	57.9	0.47
Total	51/128	39.8		77/128	60.2	
Input	0.392					
Significância	0.869					
Log likelihood	- 83.563					

Fonte: elaborado pela autora.

É importante destacar que, como grupos de diferentes faixas etárias fazem parte do grupo de informantes com ensino fundamental, julgamos conveniente fazer uma nova rodada de análise, excluindo os dados dos informantes da faixa etária mais elevada. O GoldVarb X não considerou escolaridade um grupo de fatores relevante para a aplicação da regra. Observa-se, todavia, os resultados constantes na Tabela 19.

Tabela 19- Relação entre escolaridade e a variável *tu/você* sem o grupo de faixa etária mais elevada

Escolaridade	Tu			Você		
	Freq	%	Peso	Freq	%	Peso
Ensino Fundamental	12/44	30.0	0.53	28/115	70.0	0.47
Ensino Médio	19/44	34.5	0.58	36/115	65.5	0.42
Ensino Superior	13/44	20.3	0.40	51/115	79.7	0.60
Input do grupo	0.27			0.73		
Significância	0.203					

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados da Tabela 19 mostram que ter ensino superior é uma qualificação que favorece o uso da forma inovadora *você*; por outro lado, ter ensino fundamental e médio é qualificação que favorece o uso da forma conservadora *tu*, em contraste com os resultados da Tabela 19, já que se confirma a relação diretamente proporcional entre maior grau de escolaridade e maior tendência para selecionar *você*. Podemos deduzir desses resultados que eles confirmam a nossa

hipótese inicial de que a forma inovadora *você* possa ser também a mais prestigiosa com base no uso dos informantes com grau mais elevado de escolaridade.

Na tabela 15, vimos que homens e mulheres comportam-se diferentemente em relação à variável: as mulheres preferem discretamente *tu* e os homens preferem discretamente *você*. Os dados da tabela 19, no entanto, apontam para o uso predominante de *você* pelos informantes de ensino superior. Como a variável escolaridade parece ser mais decisiva que sexo/gênero para detectar prestígio, uma explicação possível para a preferência das mulheres por *tu* está envolvida com o uso dessa variante e relações interpessoais mais íntimas. As mulheres, nesse caso, respondem por um valor de prestígio encoberto.

Embora, em geral, a forma conservadora seja também considerada detentora de um grau maior de prestígio social, nem sempre essa correlação se estabelece tão linearmente assim, como demonstrado nos resultados dessa análise e especificado por Tarallo (1990) em relação aos resultados obtidos por Labov (2008 [1972]). Tarallo (1990) menciona a falta de correspondência em dois estudos clássicos de Labov (2008 [1972]), o da ilha Martha's Vineyard e o da cidade de Nova Iorque. No primeiro, a centralização dos ditongos /aj/ e /aw/ na comunidade vineyardense é a forma conservadora, mas o valor a ela associado é de estigmatização, não de prestígio. A análise da variedade nova-iorquina aponta para um caso inverso: a recente inserção de /r/ seguindo vogal, precedido ou não de consoante, em palavras como *car* e *card*, é uma variante inovadora, mas não estigmatizada, na medida em que seu uso está associado à variedade falada por indivíduos de classe média e média alta da comunidade.

Um dado relevante, sinalizado pelos resultados aqui obtidos, está no fato de os falantes com ensino fundamental e ensino médio usarem com maior frequência a forma conservadora, e os falantes com ensino superior manifestarem preferência pelo uso da forma inovadora, índice estatisticamente significativo, por mostrar, na realidade, que, à medida que aumenta a escolaridade, aumenta também o uso da forma inovadora no discurso da comunidade rio-branquense.

O sujeito nem sempre produz seu discurso conforme os critérios estabelecidos pela norma prescritiva, mas de acordo com a norma, entendida como frequência de dados observáveis no uso, ativando, em primeiro lugar, as motivações funcionais, de natureza semântica e pragmática e, só em segundo lugar, as de ordem formal, na medida em que estiver em pauta o uso das formas que melhor

representem as intenções comunicativas dos usuários. Nessa perspectiva, a norma compartilhada, que se entrevê nos dados aqui analisados, parece atribuir prestígio à forma *você*; não é possível afirmar, no entanto, que a forma *tu* seja estigmatizada. De qualquer modo, a análise subjetiva a ser apresentada no capítulo 6 lançará mais luzes sobre essa questão.

Comparando agora esses resultados com os resultados de outras pesquisas envolvendo *tu* e *você* nas variedades do norte e do nordeste, contabilizamos algumas divergências.

Costa (2013) observa que não há muita diferença entre os pesos relativos em relação à diferenças de escolaridade, como também se mostra em nossos resultados, mas mesmo o ensino fundamental (0.52) e superior (0.50) apresentando pesos próximo ao ponto neutro, no ensino fundamental aparece com maior probabilidade de favorecimento do pronome *tu*, conforme mostram também os resultados da variedade rio-branquense. Segundo o autor, esses resultados vão ao encontro do que tem apresentado na literatura, que aponta em geral para a preferência dos mais escolarizados pelo pronome *você*. Apresentamos na Tabela 20 os resultados desses fatores.

Tabela 20- Relação entre o uso do pronome *tu* e escolaridade na pesquisa de Costa (2013)

Escolaridade	n/total	%	Peso
Ensino fundamental	227/367	61,9	0.52
Ensino superior	204/360	56,7	0.50
Total	431/727	59.3	
Input	0.59		

Fonte: Adaptado de Costa (2013).

Os resultados apresentados por Costa permitem constatar que os pesos relativos dos informantes com ensino fundamental, 0.52, estão muito próximos do neutro, que é de 0.50 para uma variável binária; conseqüentemente, é um pouco precipitado afirmar a existência de um favorecimento do uso do pronome *tu*. Embora o estudo de Costa envolva todas as capitais do norte, e a nossa se restrinja a Rio Branco, não é difícil vislumbrar uma proximidade entre os resultados das duas pesquisas.

Diferentemente de Costa (2013), Carneiro (2011) optou por controlar essa variável com mais detalhamento, por considerar que a escolaridade dos informantes influencia a alternância entre *tu* e *ocê*. Os resultados desse trabalho estão expostos na Tabela 21.

Tabela 21- Relação entre escolaridade e a variável *tu/você* em São Luís

Escolaridade	Tu		Você	
	Freq	%	Freq	%
Ensino Fundamental	72/192	37.5	26/85	30.58
Ensino Médio	71/192	36.98	13/85	65.5
Ensino Superior	49/192	25.52	46/85	54.12

Fonte: Adaptado de Carneiro (2011).

Com base nos resultados que obteve, a autora enfatiza que na variedade de São Luís do Maranhão, o uso da forma pronominal *você* é favorecido por informantes de ensino médio (65,5%) e de nível superior (54,12%) e o uso de *tu*, ligeiramente favorecido pelos informantes de nível fundamental, como mostrado na tabela 21. Esses resultados coincidem com os da variedade rio-branquense, embora os valores de Carneiro sejam frequências percentuais e não pesos relativos como os nossos.

O fato de *você* ser a variante privilegiada pelos falantes com nível superior é, para a autora, uma evidência de um processo de mudança em curso na variedade em questão, mediante a substituição de *tu* por *você*. Essa discussão é relevante para este trabalho, justamente, por termos encontrado uma distribuição similar, já que, conforme mostra a Tabela 19, acima mencionada, o uso do pronome *você* é favorecido, se olharmos para os pesos relativos, por falantes com maior nível de escolaridade e o pronome *tu*, por falantes de nível fundamental.

Quanto à origem geográfica do pai dos informantes, nossa hipótese principal era a de que o pronome *tu* seria a forma favorecida por falantes com descendência nordestina, considerando que o uso da forma pronominal *tu* na variedade acreana, pode ser, de fato, uma herança da colonização nordestina na época do surto da borracha, resultados que os dados do ALiB comprovam: nas variedades nordestinas, o pronome *tu* é mais frequentemente usado que nas outras regiões do Brasil. Os nossos resultados acham-se expostos na tabela 22.

Tabela 22- Relação entre a variável e origem geográfica do pai

Origem geográfica do pai	Tu			Você		
	Freq	%	PR	Freq	%	PR
Acre	30/63	47.6	0.59	33/63	52.4	0.41
Região Sul	2/2	100.0	-	0/2	0.0	-
Região nordeste	16/53	30.2	0.40	37/53	69.8	0.60
Outras	3/10	30.0	0.40	7/10	70.0	0.60
Total	51/128	39.8		77/128	60.2	
Input	0.388					
Significância	0.116					
Log likelihood	-81.512					

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados processados mostram que o uso de *você* predomina sobre o de *tu* , em termos de frequência. Quando os pais são de origem acreana parece estar ocorrendo na variedade rio-branquense um favorecimento ligeiro, pouco acima da média, para o uso de *tu* . Já tendo o informante pai de origem nordestina, o uso de *você* se sobressai em detrimento do *tu* .

Olhando para o fator região sul, encontramos nesse contexto de referência apenas casos de *tu* , diferente do modo como esse fator é visto em outras regiões em que apresenta tanto uso do pronome *tu* (3/10) quanto de *você* (7/10). Os pesos relativos indicam que, no discurso dos falantes com pai de origem acreana, a forma favorecida é *tu* ; quando, por outro lado, o informante tem pai originário de outras regiões e da região nordeste, o favorecimento de uso recai sobre o pronome *você* na variedade rio-branquense.

Buscando examinar a que faixa etária e a que nível de escolaridade pertencem os falantes com pais de origem acreana, nordestina e outras regiões, realizamos cruzamentos entre esses grupos. Com os resultados constatamos que os informantes com pais acreanos pertencem a todas as faixas etárias; quanto aos informantes com pais de origem nordestina, vemos que a maior parte pertence à faixa etária mais elevada, a de informantes com mais de 55 anos, conforme mostra a Tabela 23 a seguir.

Tabela 23- Frequências e Médias percentuais do cruzamento entre origem geográfica do pai do informante e faixa etária

	Acre				Outras regiões				Nordeste			
	Tu		Você		Tu		Você		Tu		Você	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7-15 anos	4	25	12	75	1	50	1	50	0	-	1	100
16-25 anos	5	56	4	44	2	50	2	50	0	-	1	100
26-40 anos	10	59	7	41	0	-	3	100	3	25	9	75
41-55 anos	7	47	8	53	0	-	0	-	5	56	4	44
+ de 55 anos	4	80	1	20	0	-	1	100	8	27	22	73
Total	30	48	32	52	3	30	7	70	16	30	37	70

Fonte: elaborado pela autora.

Vejamos agora, na Tabela 24 o cruzamento entre origem geográfica do pai do informante e escolaridade.

Tabela 24- Frequências e Médias percentuais do cruzamento entre origem geográfica do pai do informante e escolaridade

	Acre				Outras regiões				Nordeste			
	Tu		Você		Tu		Você		Tu		Você	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Fundamental	9	53	8	47	1	50	1	50	16	31	35	69
Médio	15	44	19	56	0	-	1	100	0	-	1	100
Superior	6	55	5	45	2	29	5	71	0	-	1	100
Total	30	48	32	52	3	30	7	70	16	30	37	70

Fonte: elaborado pela autora.

O cruzamento exposto na Tabela 24 permite constatar que a maior parte dos informantes com pais de origem nordestina dispõe de Ensino Fundamental, fato relevante para a nossa análise, já que, como vimos anteriormente, os informantes com Ensino Fundamental são representados pelos grupos de faixa etária mais baixa e pelo de faixa etária mais elevada.

O último grupo de fatores analisado pelo GoldVarb é a origem geográfica da mãe. Como a origem do pai, incluímos esse grupo de fatores na análise com o objetivo de verificar se o fenômeno variável investigado – a alternância entre *tu* e *você* – teria algo a ver com a influência de variedades nordestinas, especialmente a cearense, que foram trazidas para o Estado do Acre, na época do surto econômico

da borracha, por imigrantes em busca de emprego e melhores condições de vida. Os dados desse grupo de fatores estão expostos na Tabela 25.

Tabela 25- Relação entre a variável e origem geográfica da mãe

Origem geográfica da mãe	Tu			Você		
	Freq	%	PR	Freq	%	PR
Acre	32/70	45.7	0.57	38/70	54.4	0.43
Região nordeste	9/39	23.1	0.32	30/39	76.9	0.68
Outras regiões	8/16	50.0	0.61	8.16	50.0	0.39
Total	49/125	39.2		76/125	60.8	
Input	0.384			0.616		
Significância	0.041					
Log likelihood/grupo	-80.421					
Log likelihood/regra	-83.704					

Fonte: elaborado pela autora.

Os pesos relativos evidenciam que no contexto da referência determinada o pronome *tu* é favorecido na comunidade rio-branquense quando os falantes têm mãe de origem de outras regiões (0.61) e mãe acreana (0.57), apresentando o valor do peso relativo acima do ponto neutro, sendo *você* favorecido pelos falantes com mães originárias do nordeste (0.68), caso em que, há uma convergência marcante entre frequência percentual (76,9%) e peso relativo. Os resultados baseados na origem da mãe convergem em grande parte com os baseados na origem do pai, embora o Goldvarb tenha selecionado apenas os primeiros por sua relevância.

Para esclarecer a que regiões pertencem as mães dos informantes incluídas no rótulo “outras regiões”, realizamos um levantamento desse quesito em nosso banco de dados. A manipulação da ficha dos informantes permitiu constatar que, 3 de 5 informantes com mães de outras regiões de Manaus, 1 de Porto Velho e 1 do Espírito Santo. As informações sobre a origem desses informantes mostram ser possível afirmar que a existência de uma convergência entre a variedade de Manaus e português falado na capital do Acre no tocante ao uso da forma pronominal *tu*, considerando especialmente que a pesquisa de Costa (2013) aponta para um favorecimento do uso do pronome *tu* em Manaus. Esses dados diferem dos resultados de pesquisas envolvendo as regiões de Porto Velho e Capixaba, que apresentam um favorecimento da forma *você*. Em Capixaba, segundo Calmon (2010), as formas usadas são *você* e *ocê*.

Para analisar a que faixa etária e a que nível de escolaridade pertencem os falantes com mães de origem acreana, nordestina e outras regiões, realizamos cruzamentos entre esses grupos, cujos resultados acham-se dispostos na Tabela 26.

Tabela 26- Frequências e Médias percentuais do cruzamento entre origem geográfica da mãe do informante e faixa etária

	Acre		Outras regiões				Nordeste					
	Tu		Você		Tu		Você		Tu		Você	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7-15 anos	5	26	14	74	0	-	0	-	0	-	0	-
16-25 anos	7	54	6	46	0	-	1	100	0	-	0	-
26-40 anos	8	62	5	38	3	33	6	67	2	20	8	80
41-55 anos	7	47	8	53	5	83	1	17	0	-	3	100
+ de 55 anos	5	50	5	50	0	-	0	-	7	27	19	73
Total	32	46	38	54	8	50	8	50	9	23	30	77

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados mostram que os informantes cujas mães são da região nordeste não se incluem nas duas faixas etárias dos mais jovens, mas das mais idosas. Informantes com mães originárias de outras regiões pertencem ao grupo de faixas etárias intermediárias, ou seja, 26-40 e 41-55. Diferentemente dessa distribuição, os informantes cujas mães têm origem acreana pertencem a todas as faixas etárias estudadas.

Passemos agora a examinar os dados da Tabela 27, que mostra os resultados do cruzamento entre origem da mãe e escolaridade.

Tabela 27- Frequência e Média percentuais do cruzamento entre origem geográfica da mãe e escolaridade

	Acre		Outras regiões				Nordeste					
	Tu		Você		Tu		Você		Tu		Você	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Fundamental	12	48	13	52	5	83	1	17	9	23	30	77
Médio	12	41	17	59	3	43	4	57	0	-	0	-
Superior	8	50	8	50	0	-	3	100	0	-	0	-
Total	32	46	38	54	8	50	8	50	9	23	30	77

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados da tabela 27 permitem observar que mães de origem nordestina dispõem todas de Ensino Fundamental, diferentemente das mães de origem acreana e de outras regiões, que se distribuem pelos três níveis de escolaridades analisados.

Ao olharmos para as análises dos grupos origem geográfica do pai e origem geográfica da mãe, encontramos resultados significativos para a pesquisa, já que, quando os pais forem acreanos, a forma favorecida pelos informantes de Rio Branco é o pronome *tu*; quando os pais tiverem origem nordestina, é *você* a forma privilegiada. A tabela 28 mostra os resultados agregados para efeitos comparativos.

Tabela 28- Relação entre a variável e origem geográfica do pai e da mãe do informante

Origem geográfica	Tu		Você	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai
Acre	0.57	0.59	0.43	0.41
Nordeste	0.32	0.40	0.68	0.60
Outras	0.61	0.40	0.39	0.60

Fonte: elaborado pela autora.

É importante observar que a origem acreana do pai e da mãe do informante favorece discretamente *tu* e não *você*, cujo uso é mais favorecido pelo fator a origem nordestina do pai e da mãe. Como é possível que “acreano” aqui represente já a terceira geração de descendentes de migrantes nordestinos, é possível especular muito hipoteticamente que essa influência sinalize na realidade a origem nordestina tardia dos pais. Já origem nordestina contemporânea aponta para a escolha de *você*. Portanto, é difícil simplesmente rejeitar a hipótese inicial de caráter sóciohistórico, mas também não é possível confirmá-la decisivamente, já que não temos evidências de que esses pais acreanos tenham de fato descendência nordestina, especialmente a cearense. O que se pode confirmar é que, na atualidade, o uso de *você* parece indicar influência da variedade nordestina sobre o falar da comunidade rio-branquense, ou no mínimo sintonia entre as duas variedades.

De todas as variáveis linguísticas e extralinguísticas consideradas para análise do fenômeno em estudo, o GoldVarb selecionou tão somente a origem

geográfica da mãe como um grupo de fatores que esteja, possivelmente, influenciando o uso dos pronomes *tu* e *você* no contexto de referência determinada.

Confirma-se a influência do grupo de fatores origem geográfica da mãe para aplicação das formas *tu* e *você* no contexto de referência determinada. O valor da significância garante que não há nenhuma possibilidade de ter esse grupo de fatores sido escolhido por acaso, aleatoriamente, já que apresenta o valor de significância de 0.004, próximo, portanto de zero. Nos outros grupos de fatores analisados, temos valores de significância maiores que 0.005, evidenciando que esses grupos não apresentam nenhum efeito significativo para aplicação das formas pronominais *tu* e *você*.

Os resultados desta análise respondem a muitas perguntas da pesquisa, a primeira delas é a de que, das variáveis independentes analisadas, a mais relevante para o uso das escolhas pronominais de 2ª pessoa na referência determinada é a variável social origem geográfica da mãe, resultados alcançados com base na correlação entre todas as variáveis linguísticas e extralinguísticas aqui selecionadas. De qualquer modo, os resultados referentes às demais variáveis independentes, mesmo não tendo sido selecionadas pelo programa estatístico, evidenciam certo grau de importância em razão da possibilidade de compará-los com os resultados, muitas vezes convergentes, de outras pesquisas sobre o mesmo fenômeno variável.

Reconhecendo que a escolhas das formas de uso de referência determinada de segunda pessoa configuram-se casos de dêixis e, ao mesmo tempo, que formas de tratamento, como o pronome *você*, vêm sendo tratado na gramática tradicional, no processo de interação verbal, o modo utilizado para se referir a quem se fala pode expressar assimetria ou simetria social.

Essas relações determinam se a atitude linguística indica, de modo geral, deferência e formalidade ou familiaridade e informalidade nas relações sociais. Com o objetivo de verificar se os diferentes tipos de relações interpessoais exercem alguma influência na seleção das variantes *tu* e *você* da variedade de Rio Branco, apresentaremos, na seção 5.5, a análise de três domínios discursivos encontrados nos discursos reportados de referência determinada na função de sujeito.

5.5 As formas de referência à segunda pessoa conforme as relações interpessoais

A escolha das formas de tratamento podem expressar relações de poder e de solidariedade, conforme proposta de Brown e Gilman (1960), mediante correlação com a natureza mais informal ou mais formal das relações interpessoais entre os participantes da interação verbal e o sistema de papéis sociais. Nesse caso, os membros de uma comunidade podem indicar sua atitude em relação a seus interlocutores através de vários processos. Dentre eles, é a alternância na seleção de formas dêiticas de segunda pessoa que determina se a atitude indica, de modo geral, deferência ou familiaridade de acordo com a identidade social dos participantes e as circunstâncias sociais da interação (CAMACHO, 2015 p.163).

O mecanismo linguístico mais comumente empregado para expressar essas modalidades dêiticas são as formas de tratamento para se dirigir ao interlocutor, representando-o no enunciado por formas como *tu/você* e *o(a) senhor(a)*. Prevalecendo uma relação assimétrica, o instrumento empregado para expressá-la, linguisticamente, consiste no padrão não recíproco, segundo o qual o indivíduo em posição inferior emprega *o(a) senhor(a)* e recebe em troca *tu* ou *você*, conforme a variedade linguística. Prevalecendo uma relação simétrica, o mecanismo linguístico conduz a um padrão recíproco mediante o emprego de *tu* e *você* e *o(a) senhor(a)*.

A essa alternância de formas no padrão recíproco, correspondem duas outras dimensões semânticas referentes ao grau de formalidade das relações entre os interlocutores: a troca mútua de *você* ou *tu* configura uma relação de intimidade entre iguais, ao passo que a troca mútua de *o(a) senhor(a)*, uma relação de deferência entre iguais (CAMACHO, 2015, p. 166). Outra possibilidade na troca mútua é o uso de apenas *tu* e *você*, não *o(a) senhor(a)*, com a possibilidade de ser a primeira a forma dirigida a interlocutores mais íntimos e a segunda, a interlocutores mais distantes.

Retomando o trabalho de Head (1976), que analisa as formas de tratamento *tu*, *você* e *o(a) senhor(a)*, no português brasileiro, vemos que a principal variável social analisada como fator condicionador são as relações de papel entre interlocutores de diferentes domínios, como família, escola e trabalho. Os informantes selecionados provêm de quatro diferentes capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, e de uma cidade do interior do Estado de São Paulo.

Os resultados demonstram que, nas variedades examinadas, predomina um sistema binário simples: *o(a) senhor(a)* como forma deferencial; *tu* ou *você* como forma não deferencial ou íntima, com dois padrões, especialmente frequentes: o recíproco e o não recíproco.

Buscando examinar esse padrão de atribuição social, Scherre, Yacovenco e Scardua (2018) estudaram as formas de tratamento nas cartas pessoais de Oswald Cruz Guimarães, escritas no século XX. Nessas cartas, as pesquisadoras analisam que tipos de relações se estabelecem entre os interlocutores, se simétricas ou assimétricas. Os resultados a que chegam as autoras mostram que as formas pronominais *tu* e *você* são usadas apenas no contexto familiar mais íntimo (nas cartas enviadas para esposa (Hilda) e o irmão (Alcides)).

Scherre, Yacovenco e Scardua (2018) passam, então, a analisar o tópico discursivo, entendido como o conteúdo sobre o qual se fala durante o evento comunicativo, encontrando as autoras os tópicos amor, pedido, notícia e crítica. Os tópicos amor e pedido favorecem o uso do pronome *tu* (0.763), ao passo que os tópicos notícia e crítica, o desfavorecem (0.425). As autoras observam que é *tu* que representa maior intimidade, uma vez que o encontramos com maior frequência justamente nesses tópicos de maior envolvimento emocional. O pronome *você*, por outro lado, expressa distanciamento, posto ser mais usado nos tópicos de menos envolvimento emocional, que são notícia e crítica.

Ancorados nas pesquisas citadas aqui, decidimos investigar as relações interpessoais presentes no discurso da comunidade de Rio Branco, enfocando, na análise, as relações de papel¹⁸ entre os interlocutores de diferentes domínios discursivos, como o familiar, o escolar e o profissional (FISHMAN, 1971).

Centramos o olhar nos enunciados que contêm discursos reportados, justamente por ser esse contexto em que se torna possível vislumbrar o exercício de diferentes relações de papel entre os interlocutores envolvidos. Nossa amostra contém três domínios discursivos, que identificamos como familiar, escolar e profissional.

Analisando os três domínios discursivos, encontramos relações interpessoais diferentes no domínio familiar, no profissional e no escolar. O panorama geral das formas utilizadas pode ser observado no Quadro 3.

¹⁸ Entende-se, por papel, o modo de o indivíduo desempenhar de fato as exigências de determinada posição (DAVIS, 1961 apud Camacho, 2015).

Quadro 3- Relação entre formas de referência à segunda pessoa e domínios interpessoais

Domínios discursivos	Relação de papel	Freq de <i>tu</i>	Freq de <i>você</i>	Freq de <i>o(a) senhor(a)</i>
Familiar	pai, mãe/filho	7/13=(50%)	7/13=(50%)	
	filho/mãe e pai	1/3= (50%)	1/3=(50%)	1/3=(50%)
	marido/mulher	1/1=(100%)		
	entre irmãos	5/5=(100%)		
	entre amigos	2/4=(50%)	2/4=(50%)	
	entre cunhados		1/1=(100%)	
	tio/sobrinho	1/1=(100%)		
	madrasta/ enteado		1/1=(100%)	
	entre vizinhos		1/1=(100%)	
	entre conhecidos	2/3=(66,6%)	1/3=(33,3%)	
	entre namorados		3/3=(100%)	
Escolar	professor /aluno		9/9=(100%)	
	aluno/professor		1/1=(100%)	
Profissional	médico/paciente	1/2=(50%)	1/2=(50%)	
	patrão/ funcionário	1/3=(33,3%)	2/3=(66.6%)	
	funcionário/ patrão		1/4=(25%)	3/4=(75%)
Total		21/56=(38,18%)	31/56=(56.36%)	4/56=(7.1%)

Fonte: elaborado pela autora.

O domínio familiar contém relações simétricas e relações assimétricas determinadas pelos papéis que exercem os interlocutores no discurso. Observa-se que, nas relações em que os envolvidos assumem o mesmo papel, em relações simétricas e familiares, os informantes rio-branquenses favorecem o uso do pronome *tu*, como nos exemplos (45) e (46), que se afiguram casos de discursos reportados entre irmãos e entre cônjuges.

(45) ... aí minhas irmãs disseram: vai que tu consegue. (Corpus GELAC – Entr. 64)

(46) ...aí meu pai falo: É quem sabe é tu. (Corpus GELAC – Entr. 64)

Em discursos reportados envolvendo amigos, a probabilidade de uso é igual para as formas *tu* e *você*. Verifica-se que, em relações simétricas, com certo distanciamento entre os envolvidos o uso de *você* é preferido com exclusividade,

como no caso dos discursos reportados entre vizinho e cunhado. Os exemplos (47-50) ilustram essas escolhas pronominais.

- (47) as vezi sempri eu falu prua colega mia alí. Ninguém tem raiva de mim, ela disse: como que alguém vai ter raiva de tu minina, qui você é ua pessoa muito especial. (Corpus GELAC – Entr. 33)
- (48) quem me avisou que eu tinha passado foi as amigas mesmo, que me ligaram dizendo tu passou, eu passei na primeira faze. (Corpus GELAC – Entr. 47)
- (49) .eu chegava pra eli e dizia: e você Jaí tá bom? (Discurso reportado para o cunhado) (Corpus GELAC - Entr. 61)
- (50) Eli disse não vizinha, se você subesse o meu aperreio qui eu tô você não perguntava si eu durmu, si eu não durmu você não deixa de durmi qui você não tá no meu lugá si você tivesse no meu lugá num perguntava isso não... (Discurso reportado para o vizinho) (Corpus GELAC - Entr. 92)

Nos discursos reportados entre pais e filhos, prevalece uma troca mútua entre *tu* ou *você* configurando, igualmente, uma relação de intimidade entre iguais, como aparece nos exemplos (51) e (52).

- (51) Aí minha mãe disse assim: si você não pegá você vai apanhar u dobro, vai apanhá por você e por eli. (Corpus GELAC - Entr. 63)
- (52) Aconselha, ...semana passada ele falou para mim “ se tu fô namorá tu presta atenção. (Corpus GELAC - Entr. 21)

Nos enunciados entre filhos e pais temos 50% de uso do *tu* e 50% de *você*, a única diferença é que encontramos um enunciado em que o filho usa a forma o *senhor* para se dirigir ao pai, como mostrado no exemplo (53), um caso evidente de relação assimétrica, que fortalece as relações de poder e respeito, e não as de solidariedade.

- (53) aí eu disse não fale mais não que eu vou mimbora, eu não vô querê mais ele não o sinhô fique com as duas minina qui o Genival eu vô levá eu vô dá um jeito na minha vida aí o sinhô fique cum elas aí. (Corpus GELAC - Entr. 91)

No domínio profissional, analisamos os discursos reportados em que médico e paciente exercem os papéis sociais envolvidos. Os resultados apontam para índices iguais de *tu* (50%) e de *você* (50%).

Já entre patrão e empregado, empregam-se os pronomes *tu/você* e *o(a) senhor(a)*, o que indica prevalecer uma relação assimétrica; o instrumento

empregado para expressá-la, linguisticamente, consiste num padrão não recíproco, segundo o qual o interlocutor em posição inferior emprega a forma de tratamento *o(a) senhor(a)* e recebe em troca ora *tu* ora *você*. Os exemplos (54-56) mostram os trechos dos discursos reportados que favorecem essas escolhas.

- (54) Por que você tá aqui até hoje? Ai eu falei assim: a tô esperando ganha nenê né. (Corpus GELAC - Entr. 64)
- (55) aí quando foi um dia eu digo diretora... Ela disse ah Zé ispera aí qui eu falu já com você. Tá bom isperu diretora. Zé sobi aqui na cuzinha, eu digo nãu sinhora, a sinhora vá me discupá mais é proibido nois subi aí, assim foi o que a sinhora me disse quando eu cheguei aqui e eu não sô melhó do que us zôtu nãu, eu tava isperando pa dá uma cutucada nela, pois bem.. Aí diz ela: nãu é qui eu vi que você num comeu, sê quê? Eu trôxe essi prato aqui pra você. (Corpus GELAC - Entr. 85)
- (56) Eu digu tudu bem. E com o senhor? Tudu bem. O quê qui tu anda fazendu? Aí eu olhei pra cara deli e disse: O sinhô sabe o qui eu andu fazendu... Ela diss: Zé mas tu só fica olhandu. (Corpus GELAC - Entr. 85)

A relação de deferência se faz presente também em outros contextos em que prevalece uma relação assimétrica, como o de discursos reportados por sujeitos que exercem cargos de coronel e cabo; nesse caso, os interlocutores também dão preferência para um tratamento não recíproco com o uso do pronome *o senhor* para referência à segunda pessoa do discurso, como ilustrado nos exemplos (57) e (58).

- (57) Eu digu tudu bem cum sinhô? ele diss: tudu bem u quê qui tu anda fazendu? Aí eu olhei pa cara dele e disse: o sinhô sabi u qui eu andu fazendu... (Corpus GELAC - Entr. 85)
- (58) Si um senhor não melhora nossa comida aí eu vô buta veneno... (refere-se ao cabo) (Corpus GELAC - Entr. 85)

Na relação de papel professor/aluno, predomina a forma *você*, o que se justifica na própria estrutura do sistema escolar, que é, em geral, fomentado por relações assimétricas. Além disso, a relação entre professor e aluno implica a existência de um distanciamento formal entre os interlocutores. Por essas razões, nesse contexto em que se exige o uso da língua padrão, o falante considera *você* como uma variante mais adequada à situação que *tu*.

A análise desta seção decorre de uma amostragem mais qualitativa que quantitativa, pelo menos se considerada em termos massivos de dados. Na análise aqui empreendida forneceu-se evidência de relações de tratamento deferencial

encontradas em situações formais e relações de tratamento não deferencial presentes em situações informais. Os resultados da relação entre o uso dos pronomes e as situações de interação apontam para o fato de que se usa o pronome *tu* em contextos íntimos e informais e o pronome *você* em contextos formais, que denotam relações de poder e respeito, e em contextos informais que apontam para proximidade familiar entre os falantes.

6 A DIMENSÃO SUBJETIVA DA VARIÁVEL: ATITUDES E CRENÇAS

O estudo de crenças e atitudes está relacionado ao da avaliação linguística, isto é, ao exame do julgamento dos falantes de fenômenos variáveis próprios de línguas ou as variedades dialetais em termos de atribuição de valores de prestígio e de estigma.

Pode-se interpretar uma variedade linguística como um traço definidor da identidade do grupo (etnia, povo) e, desse modo, qualquer crença ou atitude em relação aos grupos com determinada identidade pode, na realidade, constituir uma reação às variedades usadas por esse grupo ou aos indivíduos usuários dessa variedade, uma vez que as normas e marcas culturais de um grupo se transmitem ou se sedimentam por meio da língua, atualizada na fala de cada indivíduo (AGUILERA, 2008 p. 317). Nesse sentido, as crenças têm um papel muito importante na sociedade, pois auxiliam os falantes ativos da língua em sua “consciência linguística” para as alterações de códigos e uso de línguas alternadas, além de auxiliar os pesquisadores em suas investigações sobre o uso e aprendizado de uma ou mais línguas.

Como os julgamentos sociais podem estar na linha abaixo ou acima da consciência do falante, Labov (2008 [1972]) distingue três tipos de categorias sociais aplicadas a fenômenos variáveis: indicadores, marcadores e estereótipos. Os indicadores, cuja relevância social fica abaixo do nível da consciência, são traços linguísticos pouco sujeitos à pressão avaliativa e dizem respeito à mudança linguística no início da sua implementação, como traços não sujeitos à variação estilística, mas apenas à variação social. Já os marcadores implicam tanto diferença social quanto estilística, que emergem quando a mudança linguística já se encontra numa fase mais adiantada.

Enquanto traços social e estilisticamente estratificados, os marcadores são especialmente sujeitos a testes de avaliação, como o que pretendemos desenvolver para a variação *tu* e *ocê* na variedade rio-branquense. Segundo Coelho e Vieira-Pinto (2018), essas variantes são exemplos de marcadores, e, embora não sejam estigmatizadas, estão correlacionadas a variáveis estilísticas, como o grau de intimidade entre os falantes.

Por fim, os estereótipos constituem traços socialmente marcados, cuja relevância social se situa acima do nível da consciência, e que podem, assim,

conduzir a um rápido processo de mudança, com a completa extinção da forma estigmatizada. Segundo Labov, os estereótipos produzem uma visão pouco sistemática da estrutura linguística. A correção social explícita da fala é extremamente irregular, já que focaliza os itens lexicais mais frequentes, ao passo que o curso real da mudança linguística, que produz as formas marcadas dessas variáveis, é altamente sistemático e regular (LABOV, 2008 [1972], p. 287).

Falantes que aspiram à mobilidade social ascendente são extremamente sensíveis aos valores simbólicos de prestígio identificados na fala. Labov (1966 apud CAMACHO, 2013) mostra que a pronúncia da consoante inicial de palavras como *this* e *there*, representada como a variável (dh), é fortemente correlacionada com a estratificação social dos falantes. A variante de prestígio, a interdental [ð], é mais suscetível de ser produzida por falantes de classe média, enquanto falantes da classe operária tendem a usar a forma estigmatizada [d]. Ao comparar o grupo de falantes com aspiração à mobilidade social ascendente com o grupo de falantes com afiliação social estável, Labov (1966 apud CAMACHO, 2013) mostra que a fala do grupo em curso de ascensão social se ajusta à do grupo mais acima na escala que atua como o alvo de suas aspirações.

Esses elementos estáveis, que representam posições sociais marcadas, podem constituir um pequeno número de fenômenos situados acima do nível da consciência social explícita, que atuam, portanto, como estereótipos. Para (ing) alguém pode dizer que o falante “drop his g’s” (“engole o g”) ou ser um daqueles “dese, dem and dose guys” (“aqueles caras que falam *dese*, *dem* e *dose*”) em relação à variante [d], estigmatizada, em comparação à alternante [ð] de prestígio em *these*, *them* e *those*.

Outras descobertas de Labov (2008 [1972]), como a que incide sobre a realização de [ɹ] pós-vocálico seguido ou não de consoante, na fala de Nova Iorque, mostram que há falantes que, no uso objetivo, realizam o apagamento de [ɹ] quase categoricamente, mas mostram também que a realização desse segmento tem para eles prestígio social nos procedimentos de avaliação subjetiva.

O procedimento metodológico empregado na análise das normas é a aplicação de testes que medem indiretamente a atitude subjetiva dos falantes em relação às variantes em análise. Essas avaliações são detectáveis empiricamente somente por vias indiretas, justamente por consistirem em valores situados abaixo do nível da percepção consciente. Somente estão no nível da percepção consciente

os estereótipos, em geral preconceituosos, como dizer que é próprio do paranaense enunciar a frase “leite quente dá dor de dente” pronunciada com todas vogais anteriores em posição final no espectro médio da articulação (CAMACHO, 2013).

As primeiras investigações sobre crenças e atitudes linguísticas remontam à década de 60, quando Lambert et al. (1960) investigaram a avaliação de jovens canadenses falantes de francês e de inglês em relação à sua própria língua. O experimento de Lambert e associados, que passou a ser conhecido como *matched guise*, ou “técnica dos falsos pares”, está organizado em duas etapas: a preparação de estímulos e a aplicação de questionários com base nos estímulos. No caso específico desse experimento, Lambert et al. (1960) gravaram quatro falantes bilíngues, que leram um mesmo texto em inglês e francês. Duas outras gravações foram incluídas a essas oito como procedimento de controle. As gravações foram apresentadas posteriormente a estudantes de duas universidades de Montreal, distribuídos entre francófonos e anglófonos. Para cada um dos dez estímulos, os participantes deveriam julgar os falantes em relação a quatorze características pessoais, organizadas em escalas de seis pontos, na suposição de que as vozes ouvidas provinham sempre de diferentes indivíduos.

Esse método indireto passou depois por diversas alterações, especialmente em relação à escala de avaliação. A alteração mais conhecida, nesse domínio, segundo Cyranka (2007, p. 27), denominada “técnica do diferencial semântico”, consiste na construção de uma série de escalas bipolares de sete pontos, com adjetivos de valores opostos colocados nas extremidades do *continuum*. A construção de um conjunto de escalas desse tipo propicia a obtenção de uma classificação múltipla de atitudes em relação a um estímulo. Como as respostas são marcadas por números nos traços da escala, pode-se chegar a um cálculo descritivo-demonstrativo das reações subjetivas dos falantes às amostras de fala e, conseqüentemente, aos dialetos dos sujeitos avaliados (CYRANKA, 2007).

Os testes de atitudes são, portanto, planejados para permitir o surgimento de dimensões em escalas avaliativas, emanadas da subjetividade de ouvintes-avaliadores em relação ao valor social das variedades dialetais e dos indivíduos que as falam. Esses julgamentos propiciam a apreensão de valores e significados relevantes para a identificação de prestígio ou estigma social de falantes de determinadas variedades.

Uma situação de pesquisa, que envolva julgamento auditivo de realizações de uma variável, implica, portanto, a existência de uma amostra previamente gravada por falantes nativos da variedade em pauta, seguida de uma situação de avaliação subjetiva em que a gravação, previamente realizada, é depois tocada para a audição e julgamento dos participantes da pesquisa.

Em geral, os testes de atitudes linguísticas revelam que o falante, utilizando uma língua ou variedade linguística de prestígio, é percebido favoravelmente pelos ouvintes em relação à inteligência, competência, ambição, segurança, sucesso educacional e ocupacional. Decorre daí a consideração de que a variedade padrão é associada à dimensão de poder, “status” e controle social. Em outras palavras é a variedade que cumpre funções sociais de poder (AMARAL, 1976 p. 25).

Com base nesses conceitos, propomos como objetivo secundário e complementar desta tese analisar as atitudes e crenças apresentadas nas avaliações subjetivas dos falantes da comunidade rio-branquense em relação às variantes em análise: as formas pronominais *tu* e *ocê*. Para esse estudo de atitudes levantamos as seguintes hipóteses:

1. Atribuir-se-ia à forma *tu* um valor de prestígio encoberto, que se pode detectar em relações interpessoais de natureza informal, em oposição à forma *ocê*, a mais prestigiosa por ser exigida em situações formais.
2. As atitudes de prestígio, ditadas na dimensão subjetiva, estariam correlacionadas a diferenças marcadas de uso na dimensão objetiva, em situações de grau maior, ou de menor, de informalidade.

Essas hipóteses podem representar respostas às seguintes perguntas de pesquisa

1. É possível detectar, através de testes de atitudes, certo grau de prestígio encoberto¹⁹ atribuído à forma *tu*, supostamente usada em situações informais e familiares, em oposição à forma *ocê*, empregada em relações interpessoais mais formais, que, portanto, tem prestígio claro/ e manifesto?

¹⁹ Se há, por um lado, pressões sociais que promovem a variedade padrão, deve haver também pressões contrárias favorecendo a variedade local e informal. No entanto, se assim for, essas pressões contrárias devem ser tácitas e não conscientes, porque elas não são fáceis de identificar, diferentemente das forças que favorecem o padrão, que são cristalinamente claras (CHAMBERS, 1996, p. 221).

2. É possível detectar também uma correlação entre as atitudes de prestígio da comunidade rio-branquense e as diferenças marcadas de uso em situações interacionais de maior grau de informalidade?

Com base nesses pressupostos e nessas perguntas de pesquisa, passamos à fase de preparação dos estímulos, cujos procedimentos são fornecidos na seção seguinte.

6.1 Preparação dos estímulos

A preparação do teste de atitudes requereu o uso de amostras gravadas de fala do *corpus* analisado. Os estímulos foram, portanto, organizados com base em trechos de gravações com seis falantes, estratificados por sexo/gênero, escolaridade e classe social. Os trechos recortados da gravação transcrita são apresentados de (59-64).

- (59) Tu tem que colar três vezes uma pessoa só, tu cola uma pessoa ai otu amigo tem que discolar ele. Ai tu vai colar essa mesma pessoa três vezes é a manja. (Corpus GELAC - Entr. 13)
- (60) e você não vê isso, você vê pessoas que só querem visa o lucro, e tão aqui querendo estuda só pá se rico. (Corpus GELAC - Entr. 47)
- (61) Aí o estudo la... na primeira serie tu tá estudando inglês; na pública tu não tem isso. (Corpus GELAC - Entr. 96)
- (62) Cozinha u macarrão, dependi Du que você vai colocar, ou carne moída ou salsicha...cozinha a carne e a salsicha, mistura com o macarrão e os ingredientes, sal a gosto o que quiser e fica a macarronado do jeito que quiser. (Corpus GELAC - Entr. 19)
- (63) Tu que qui eu seja bem sincero? (Corpus GELAC - Entr. 47)
- (64) si você pega o mapa do nosso bairro você vai, vê qui a Assembléia ta dento do nosso mapa, qui nu existi distancia pó palácio. (Corpus GELAC - Entr. 62)

O levantamento das atitudes e das crenças contou com a participação de 90 sujeitos avaliadores, assim distribuídos: 30 participantes do 9º ano do ensino fundamental, 30 do 3º ano do ensino médio e 30 do último ano do ensino superior, todos de escola pública. O princípio organizador de aplicar a variável escolaridade está assentado no fato, amplamente reconhecido, de haver uma correlação diretamente proporcional entre nível de escolaridade e conhecimento da norma que rege o uso. Para cada estímulo, os participantes responderam a um teste de atitudes

e a um teste de crenças, aplicados nessa ordem por representarem graus crescentes de conscientização.

O primeiro teste foi empregado para a avaliação de atitudes, elaborado com base na proposta de Cyranka (2007), mediante o uso da técnica do diferencial semântico, que consiste na construção de uma série de escalas bipolares de sete pontos, com adjetivos de valores opostos colocados na extremidade do *continuum*.

O teste de atitudes foi pautado por seis atributos que remetem a valores de poder e solidariedade. A dimensão de poder foi representada pelos atributos “inteligente”, “competente” e “rico”, enquanto a dimensão de solidariedade, pelos atributos “honesto”, “simpático” e “boa pessoa”, conforme mostra o Quadro 4 abaixo.

Quadro 4- Ficha de avaliação do teste de atitudes

TESTE DE ATITUDES							
Nome:	_____						
Sexo:	_____	Idade:	_____	Escolaridade:	_____		
QUESTIONÁRIO I							
Quando ouvimos a voz de uma pessoa, sem vê-la, formamos impressões sobre ela. É o que provavelmente acontecerá com você quando ouvir os trechos gravados que lhe serão apresentados agora. São três gravações, cada uma delas trazendo a voz de pessoas diferentes. Depois de ouvir cada um desses pequenos trechos, indique a impressão que lhe causou, a partir das questões abaixo.							
A sua resposta deve ser dada da seguinte maneira: atribua uma nota variando de 7 a 1, em relação às qualidades expressas pelos adjetivos que estão relacionados. Você tem seis adjetivos, cada um deles seguido de sete traços. Cada traço corresponde a uma nota.							
Quanto mais próxima do adjetivo, maior será a nota. Assim, se você atribuir a um dos falantes a nota mais alta (7), em relação ao adjetivo inteligente, você deve colocá-la no quadrado próximo a esse adjetivo; se você atribuir a nota imediatamente inferior (6), deve colocá-la no segundo quadrado, e assim sucessivamente, até a menor (1), que deverá ser colocada, se for o caso, no último quadrado. Isso em relação a cada um dos adjetivos.							
Você vai ouvir uma gravação de cada vez. Depois de cada uma delas, vamos lhe dar um tempo para você colocar as notas nos quadrados. Só então ouvirá a gravação seguinte para atribuir as notas, e assim sucessivamente.							
Para você, essa pessoa parece...							
(Escolha uma opção em cada linha)							
	FALANTE						
Inteligente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Honesto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Competente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Simpático	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Boa pessoa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Fonte: elaborado pela autora.

Cada participante, atuando no papel de avaliador, recebeu uma ficha referente ao teste de atitudes. Os participantes receberam a instrução de que ouviriam três estímulos, contendo uso das formas pronominais *tu* e *você*, e que deveriam escolher para cada qualificação uma nota com base na impressão que o locutor lhe teria causado pela escolha de uma ou outra forma pronominal. Para cada qualificação, abriu-se um leque de 1 a 7 para a atribuição de uma nota, e os participantes ficaram cientes de que quanto mais próxima do adjetivo, maior seria a nota e vice-versa. Em seguida aplicou-se o teste de crenças. Como no teste de atitudes, cada participante recebeu um questionário, composto por três perguntas fechadas, mas com duas alternativas possíveis de respostas sim e não, e duas perguntas igualmente fechadas, mas com duas alternativas para avaliar um possível sentimento de insegurança linguística do avaliador. O Quadro 5 abaixo contém o exemplar do teste de crenças.

Quadro 5- Ficha de avaliação do teste de Crenças

QUESTIONÁRIO II	
Marque com um (X) o falante analisado: () Falante I () Falante II () Falante III	
1. Você acha que esta pessoa está em que faixa etária? () Na adolescência () 20 e poucos anos () Por volta de 30 anos () Por volta de 40 anos () por volta de 50 anos	
2. Você acha que esta pessoa estudou... () até o ensino fundamental () até o ensino médio () até o curso superior	
3. Você acha que esta pessoa pertence à... () Classe baixa () Classe média () Classe alta	
4. Do que você ouviu, você acha que essa pessoa... Fala Bem? Sim () Não () Essa forma de uso é adequada? sim () Não () Essa pessoa mora no perímetro urbano de Rio Branco? sim () Não ()	
5. Qual das duas perguntas é mais adequada para você? a) Você um sorvete? b) Tu qué(r) um sorvete?	
6. Qual das duas perguntas você usa mais? a) Você qué(r) um sorvete? b) Tu qué(r) um sorvete?	

Fonte: elaborado pela autora.

O teste de atitudes solicita uma avaliação indireta, apelando, portanto ao inconsciente dos sujeitos envolvidos (CYRANKA, 2007). Já o teste de crenças, composto por questões diretas, recebe também respostas diretas do tipo “falso/verdadeiro”, “sim/não”, que estariam ligadas a um nível mais consciente de percepção, que remete, portanto, às crenças e aos preconceitos dos participantes de acordo com o imaginário social que compartilham e da identidade que perfilam na comunidade de fala.

6.2 O tratamento estatístico dos dados

Os dados obtidos nos testes foram submetidos ao programa SPSS (Statistics Package for Social Sciences), que permite organizar e resumir bases de dados de trabalhos estatísticos, tornando-os quantitativamente comensuráveis e mais compreensíveis.

Para a avaliação dos resultados do primeiro teste, o de **atitudes**, foi aplicada a *Análise de Variância* (ANOVA), que é uma ferramenta para comparação de vários grupos de interesses, que são, no presente caso, os três grupos de participantes com diferentes perfis escolares e sociais, para investigar se haveria diferenças significativas entre as médias desses grupos. Para a Análise de Variância, são confrontadas duas hipóteses: a hipótese básica, sob a qual o teste é construído, que é denominada *hipótese inicial*, e é representada por H_0 . Como alternativa a ela, tem-se a *hipótese alternativa*, H_1 . Temos, então:

Hipótese inicial (H_0): todas as médias são iguais;

Hipótese alternativa (H_1): pelo menos uma das médias é diferente.

A ideia básica do teste de significância é buscar, na amostra, elementos que possam ou não refutar a hipótese inicial. Encontrando-se esses elementos, admite-se, então, que a hipótese alternativa seja verdadeira, com a probabilidade *alpha* (F) de erro nessa decisão (*alpha* é denominado o nível de significância do teste). Caso contrário, isto é, caso não haja elementos para refutar H_0 , pode-se dizer que não se pode rejeitá-la.

A avaliação do teste requer a verificação do *p-valor* que, em estatística e, especificamente, no campo dos testes de hipóteses, é a probabilidade de que a amostra tenha sido tirada de uma população testada, assumindo-se que a hipótese

inicial seja verdadeira, ou seja, a probabilidade de as médias serem iguais. Desse modo, o valor de p é a significância observada.

Num teste realizado em um nível de confiança de 0,95, deve-se observar se o valor de p seja maior ou menor que 0,05. Quando o p -valor é $< 0,05$, pode-se rejeitar a hipótese inicial. Consequentemente, a média de um grupo será significativamente diferente das médias dos outros. Do mesmo modo, se p -valor é $> 0,05$, não se pode rejeitar a hipótese inicial, admitindo-se, todavia, que as diferenças possam ser obra do acaso. Se a hipótese inicial for rejeitada, ou seja, se pelo menos uma das médias testadas for diferente, aplica-se o teste *Post Hoc de Tukey*, para verificar as médias que são estatisticamente diferentes.

Para a análise da segunda avaliação feita, o teste de crenças, listaram-se três perguntas para que sujeitos participantes julgassem se são falsas ou verdadeiras. O procedimento estatístico empregado, o teste *qui-quadrado*, é adequado para medir variáveis qualitativas, com duas ou mais categorias, além de permitir medir o grau de discrepância entre um conjunto de frequências esperadas e de permitir avaliar o modo como as duas variáveis qualitativas estejam associadas. O teste *qui-quadrado* também permite avaliar duas hipóteses:

Hipótese inicial (H0): não existe associação entre as variáveis qualitativas;

Hipótese alternativa (H1): existe associação entre as variáveis qualitativas.

Nesse teste, o procedimento usado para avaliar a rejeição ou não da hipótese inicial avalia se o p -valor é maior ou menor que o nível de significância escolhido 0,05.

Inicialmente propomos realizar os testes com o total de 90 alunos de três escolas com níveis de escolaridades diferentes, mas na aplicação dos resultados nos deparamos com quantidade de alunos diferentes nas três turmas; com efeito, no Ensino Fundamental, o teste foi aplicado a 14 alunos, no Ensino Superior, a 12 alunos avaliadores e, no Ensino Médio, a 22 alunos. Procurando um meio de homogeneizar os grupos, tomamos a decisão de selecionar 30 alunos para realizar a análise, 10 de cada nível de escolaridade, separados por sexo (5 homens e 5 mulheres

Tendo fornecido os procedimentos metodológicos e estatísticos aplicados aos testes de atitudes e de crenças, apresentamos, na sequência, os resultados, dando

preferência, inicialmente, ao teste de atitudes, para depois tratar do teste de crenças, em virtude não apenas de seguir a ordem de aplicação, mas também de discutir em primeiro lugar a percepção mais indireta da variável, deixando para o segundo lugar a discussão da percepção mais direta e consciente, própria do teste de crenças.

6.3 Análise do teste de atitudes

A Tabela 29 mostra os resultados gerais do teste fornecidos pelo Anova das seis perguntas que correlaciona as respostas dos avaliadores e as dos grupos de escolaridade e sexo/gênero.

Tabela 29- Resultados do teste Anova referente às perguntas do teste de atitudes

		ANOVA				
		Soma dos quadrados	Grau de liberdade	Média dos quadrados	F	P
Inteligente	Entre os grupos	33,746	1	33,746	12,975	0,000
	Nos grupos	265,292	102	2,601		
	Total	299,038	103			
Honesto	Entre os grupos	8,174	1	8,174	1,985	0,162
	Nos grupos	420,047	102	4,118		
	Total	428,221	103			
Competente	Entre os grupos	20,586	1	20,586	7,127	0,009
	Nos grupos	294,635	102	2,889		
	Total	315,221	103			
Simpático	Entre os grupos	60,503	1	60,503	18,449	0,000
	Nos grupos	331,225	101	3,279		
	Total	391,728	102			
Rico	Entre os grupos	9,146	1	9,146	3,981	0,049
	Nos grupos	232,058	101	2,298		
	Total	241,204	102			
Boa pessoa	Entre os grupos	60,642	1	60,642	15,373	0,000
	Nos grupos	402,349	102	3,945		
	Total	462,990	103			
Escolaridade	Entre os grupos	0,191	1	0,191	0,276	,601
	Nos grupos	70,569	102	0,692		
	Total	70,760	103			
Sexo	Entre os grupos	0,000	1	0,000	0,001	,970
	Nos grupos	25,528	102	0,250		
	Total	25,529	103			

Fonte: elaborado pela autora.

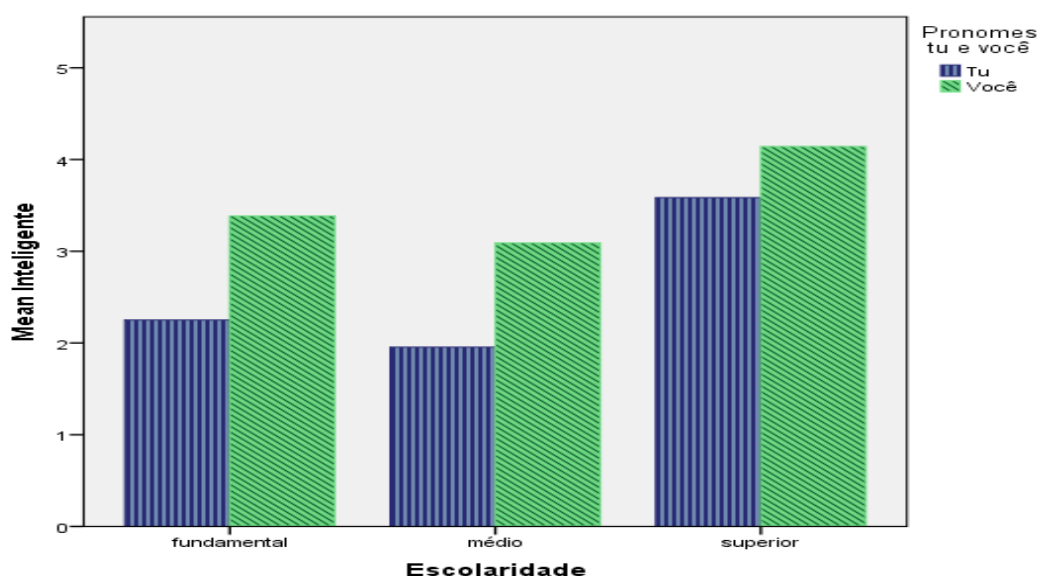
Utilizando alguns testes de análise estatística do Anova, estabelecemos uma comparação entre as médias das avaliações realizadas pelos avaliadores de três níveis de escolaridade: fundamental, médio e superior.

Para cada uso de *tu* e *você* os participantes escolheram uma nota para cada uma das qualificações (inteligente, honesto, competente, rico, simpático e boa pessoa), na escala de 1 a 7 pontos, respectivamente.

Os resultados da tabela 29 revelam que na avaliação das qualificações Inteligente, simpático, boa pessoa e rico o valor de “p” é menor que 0,05, evidenciando que as médias dos grupos são diferentes. Já na avaliação das qualificações honesto e competente o valor de “p” é maior que 0,05, apontando que não há diferença significativa entre os grupos, na avaliação dos pronomes em estudo. Quanto à escolaridade e ao sexo, os valores de “p” indicam que esses fatores não exercem influência na escolha das perguntas dos seis grupos analisados.

Buscando proceder a uma análise mais detalhada, apresentamos aqui os resultados de cada uma das perguntas avaliadas pelos participantes. O Gráfico 3 apresenta as médias das notas atribuídas ao adjetivo inteligente.

Gráfico 3- Média das notas atribuídas para “inteligente”

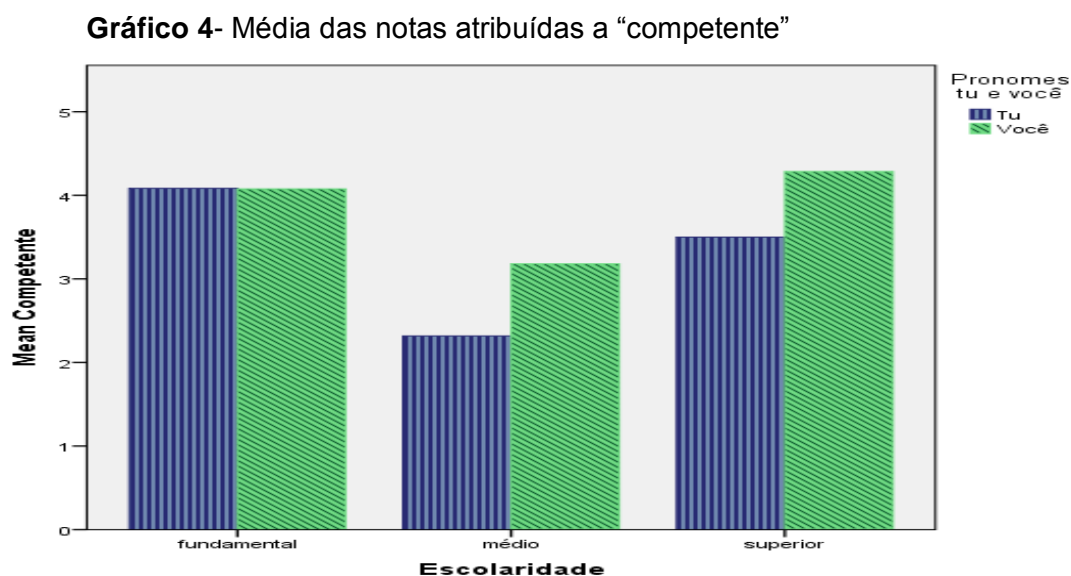


Fonte: elaborado pela autora.

Os valores mais baixos foram atribuídos pelos participantes de todos os níveis de escolaridade para o uso de *tu*, sendo que as notas mais baixas foram atribuídas

pelos participantes com Ensino Médio e Fundamental. Já para o uso de *você*, os valores mais elevados foram atribuídos por avaliadores do Ensino Superior, Fundamental e Médio, simultaneamente.

O Gráfico 4 ilustra as médias da avaliação dos traços em relação ao adjetivo competente.

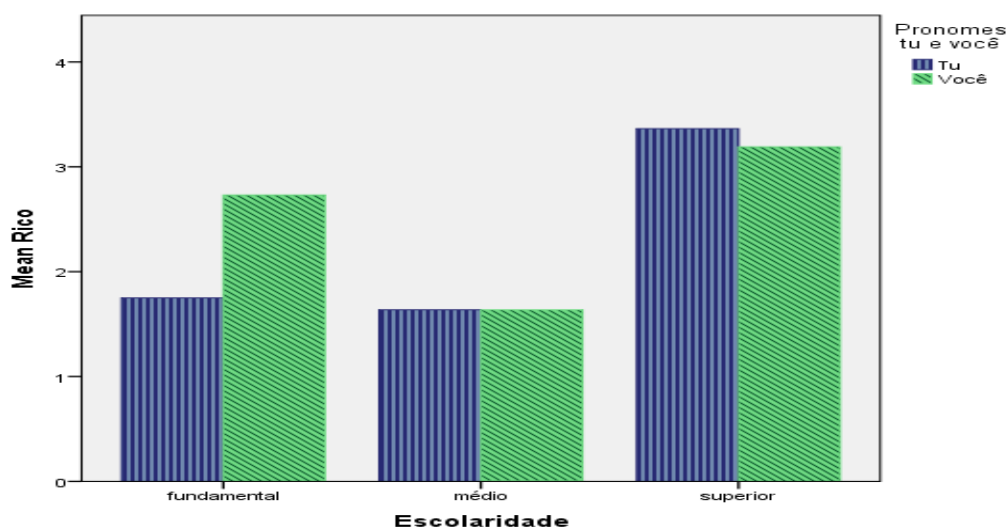


Fonte: elaborado pela autora.

Para essa qualificação, os índices mais baixos foram atribuídos pelos participantes com Ensino Médio, para o uso das duas formas pronominais, com valores mais baixos para *tu*. Os índices mais elevados foram atribuídos pelos avaliadores com Ensino Superior para o uso de *você*. Os avaliadores com Ensino Fundamental apresentam índices iguais para as duas formas de uso.

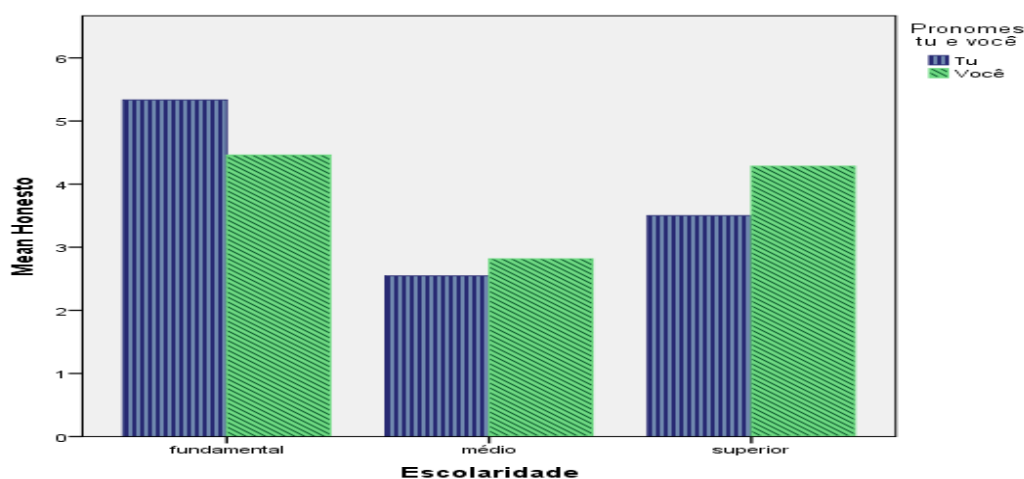
Os dados de “p” dos testes Tukey e Bonferroni apontam para diferenças estatisticamente significativas para as avaliações de *tu* e *você* nos grupos com Ensino Fundamental e Médio, apresentando o valor de “p” igual a 0,05. Assim se “p” é menor que 0,05, há diferença na avaliação das respostas, como aponta o valor da significância desse adjetivo analisado: 0.000.

O Gráfico 5 ilustra as médias da avaliação dos traços em relação ao adjetivo “rico”.

Gráfico 5- Média das notas atribuídas a “rico”

Fonte: elaborado pela autora.

Com relação a essa qualificação, as notas mais baixas foram atribuídas pelos participantes com Ensino Fundamental e Médio e as notas mais elevadas foram atribuídas pelos participantes com Ensino Superior. Nota-se que, em relação ao pronome *tu*, são os participantes com maior grau de escolaridade que atribuem notas mais elevadas; diferentemente, nesse caso, de *você*, que é avaliado com valores mais elevados pelos participantes com menor grau de escolarização, os com Ensino Fundamental. Esses resultados indicam que existem diferenças significativas entre os grupos e dentro dos grupos, na avaliação de *tu* e *você*, desse adjetivo. O Gráfico 6 exibe as médias da avaliação dos traços em relação ao adjetivo “honesto”.

Gráfico 6- Média das notas atribuídas para “honesto”

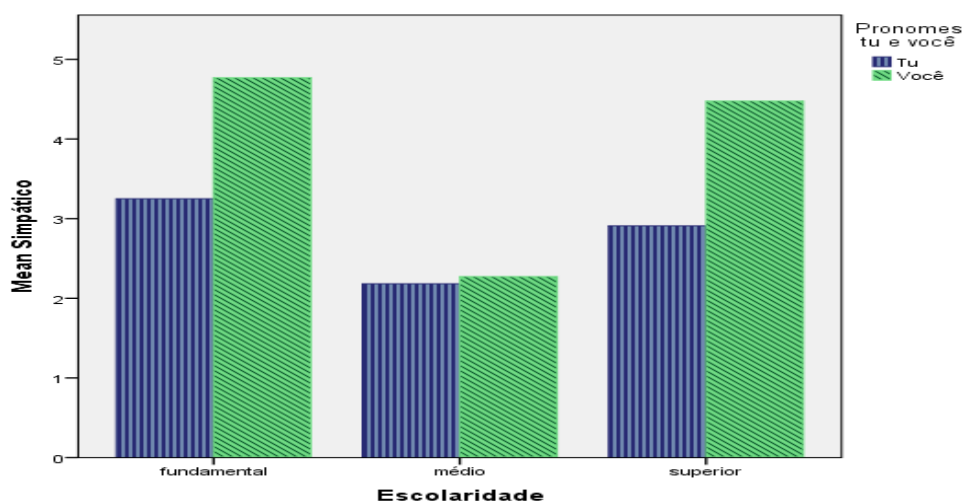
Fonte: elaborado pela autora.

O índice do teste do Anova indica que as médias dos grupos são iguais, de acordo com o valor de “p” (=0.162).

A análise das médias dos três níveis de escolaridade atribuídas pelos avaliadores indica que a percepção da honestidade do falante recebe as notas mais baixas em relação ao uso de *tu* dos participantes com maior grau de escolaridade, ou seja, Médio e Superior. Os participantes com Ensino Fundamental apresentam notas mais elevadas para *tu* e *você*, indiferentemente.

Passemos agora, ao exame do Gráfico 7, que exhibe as médias das notas atribuídas à qualificação “simpático”.

Gráfico 7- Média das notas atribuídas para “simpático”

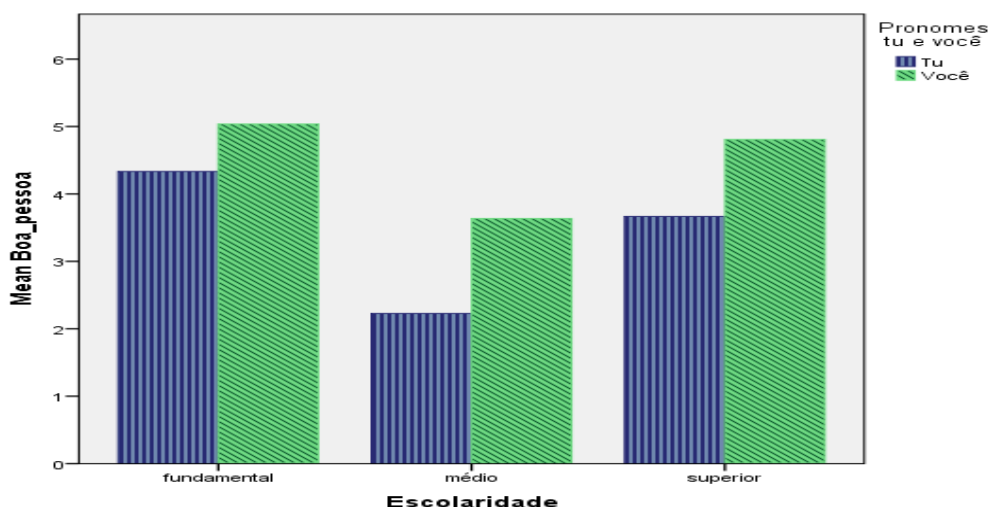


Fonte: elaborado pela autora.

Na avaliação do grau de simpatia do falante, há uma divergência entre as médias de uso de *tu* e *você* nos três grupos sociais em análise, sendo as médias mais elevadas atribuídas ao uso de *você* pelos avaliadores com Ensino Fundamental e Superior. As notas mais baixas são atribuídas ao pronome *tu* em todos os níveis de escolaridade.

Passemos agora, ao exame do Gráfico 8, que exhibe as médias das notas atribuídas à qualificação boa pessoa.

Os resultados mostram que os avaliadores dos três grupos de escolaridade atribuem notas mais elevadas ao uso de *você* e notas mais baixas, ao de *tu*. As médias das variantes apresentam divergências estatísticas entre os três grupos e dentro dos grupos, apresentam valores significativos para todos os indivíduos analisados, com “p” igual a 0.000.

Gráfico 8- Média das notas atribuídas para “boa pessoa”

Fonte: elaborado pela autora.

No geral, é possível afirmar que os participantes com Ensino Superior atribuem valores mais elevados para todas as qualificações de poder: inteligente, competente e rico; e os participantes com Ensino Médio e Fundamental, valores mais baixos. Constata-se ainda que, nessas qualificações, atribuem-se os valores mais elevados ao uso de *você* e os mais baixos, ao uso de *tu*.

Esses resultados de avaliação subjetiva vão ao encontro dos resultados referentes ao comportamento objetivo, que mostrou que estar no Ensino Fundamental e no Ensino Médio favorece o uso de *tu*, enquanto estar no Ensino Superior, o uso de *você*.

Para as qualificações da dimensão de solidariedade, ou seja, honesto, simpático e boa pessoa, os valores mais altos são atribuídos ao uso de *tu* e *você* pelo grupo de avaliadores com Ensino Fundamental. Na avaliação das qualificações simpático e boa pessoa, atribuem-se os valores mais baixos para o uso do pronome *tu* em todos os grupos de escolaridade, e valores mais elevados para o uso do pronome *você*.

Para interpretar esses dados, consideramos aqui o processo de aquisição de uma variedade padrão, tal como sugerida por Labov (1974), que identificou seis estágios: a gramática básica, o vernáculo, a percepção social, a variação estilística, o *standard* consistente e, por fim, a totalidade da amplitude.

Considerando as fases desse processo, pode-se afirmar que os participantes com Ensino Fundamental estariam na fase da percepção social. Nesse estágio, em

que os adolescentes passam a ter contato com um contexto diferente do compartilhado com os pais, instala-se, em sua consciência linguística, a significação social da variedade de seus pares para a qual passam a voltar-se. De acordo com Labov (1974), ao apresentar atitudes linguísticas semelhantes às dos adultos, os adolescentes passam a identificar o valor social de formas em variação. A crescente conscientização social associada aos usos linguísticos produz uma transformação em sua fala na direção da variedade de prestígio (CAMACHO, 2013). Esse processo parece ocorrer no comportamento dos adolescentes que participaram como avaliadores desta pesquisa.

Já os participantes com Ensino Superior estariam no nível de *standard* consistente: nessa fase, os falantes têm consciência de que não basta usar formas prestigiosas esporadicamente, mas é preciso também ser capaz de manter o uso da variedade de prestígio consistentemente, conforme requerem as circunstâncias de interação social. É possível, portanto, atribuir a esse grau de consciência social o apego desse grupo de participantes aos valores de prestígio da variante *você*.

Os participantes com Ensino Superior são os que mais atribuem valores de prestígio à variante *você*, seguido dos que dispõem de Ensino Fundamental. Como a percepção de *você* está mais vinculada com a dimensão do poder, é possível deduzir que seja essa a variante com o maior grau de prestígio e a variante *tu*, a estigmatizada ou neutra, estaria mais correlacionada com as dimensões de solidariedade. Esse valor não deixa, portanto, de estar vinculado ao fato de que é nas relações socialmente simétricas de papel e nos discursos mais familiares que *tu* prevalece, quando olhamos para a dimensão objetiva da variável.

Se fossemos responder às duas perguntas de pesquisa feitas nesta seção, poderíamos afirmar que, em resposta à primeira, foi possível inferir dos resultados, que *você* é a variante mais prestigiosa para o uso em situações formais e que *tu* é a variante mais prestigiosa, em termo de prestígio encoberto, para o uso em situações informais. Nesse caso, respondendo à segunda pergunta, foi possível perfeitamente flagrar a existência de uma correlação sobre as atitudes de prestígio da comunidade rio-branquense a diferenças marcadas de uso em situações interacionais de maior grau de informalidade.

6.4 Análise do teste de crenças

Passemos agora à análise do teste de crenças. A Tabela 30 mostra os resultados gerais do teste fornecidos pelo programa Anova das seis perguntas que correlaciona às respostas dos avaliadores e as dos grupos de escolaridade e sexo/gênero.

Tabela 30- Resultados do teste Anova referente às perguntas do teste de crenças dos pronomes *tu* e *você*

		ANOVA				
		Soma dos quadrados	Grau de liberdade	Média dos quadrados	F	P
Você acha que esta pessoa está em que faixa etária?	Entre grupos	0,215	1	0,215	0,171	0,682
	Nos grupos	35,152	28	1,255		
	Total	35,367	29			
Você acha que esta pessoa estudou...	Entre grupos	0,288	1	0,288	0,755	0,392
	Nos grupos	10,679	28	0,381		
	Total	10,967	29			
Você acha que esta pessoa pertence à...	Entre grupos	0,086	1	0,086	0,292	0,593
	Nos grupos	8,214	28	0,293		
	Total	8,300	29			
Essa pessoa fala bem?	Entre Grupos	0,815	1	0,815	3,430	0,075
	Nos grupos	6,652	28	0,238		
	Total	7,467	29			
Essa forma de Esse uso é adequado?	Entre Grupos	0,288	1	0,288	1,124	0,298
	Nos Grupos	7,179	28	0,256		
	Total	7,467	29			
Essa pessoa mora no perímetro urbano?	Entre Grupos	0,010	1	0,010	0,050	0,825
	Nos Grupos	5,357	28	0,191		
	Total	5,367	29			
Escolaridade	Entre grupos	0,536	1	0,536	0,771	0,387
	Nos Grupos	19,464	28	0,695		
	Total	20,000	29			
Sexo	Entre Grupos	0,315	1	0,315	1,233	0,276
	Nos Grupos	7,152	28	0,255		
	Total	7,467	29			

Fonte: elaborado pela autora.

Esse teste envolveu a apresentação de seis variáveis quantitativas ou nominais, três com opções de alternativas para livre escolha do avaliador e três perguntas com duas opções de respostas (verdadeiro ou falso). Para cada escolha e cada afirmativa, procurou-se observar a diferença entre as percepções dos usos de *tu* e *você*, analisadas mediante a proporção relativa das respostas dos três grupos

de participantes: alunos com Ensino Fundamental, com Ensino Médio e com Ensino Superior.

Os resultados revelam que, para todos os grupos analisados, o valor de “p” é maior que 0,05, o que fornece evidências de que as médias dos grupos são compatíveis. Nessa análise, os valores de “p” indicam que os grupos por escolaridade e por sexo a que pertence o avaliador não exercem influência na escolha das perguntas dos seis grupos analisados. Esses resultados são perfeitamente compatíveis com os já analisados na dimensão objetiva.

A análise dos valores de “f” mostra que, mesmo não havendo nos três grupos analisados, um grau relevante de significância para a avaliação das perguntas, encontramos níveis de médias diferentes entre as respostas, mostrando que há uma pequena diferença entre a avaliação de *tu* e *você* nos grupos e mesmo no interior dos grupos: observe-se que, em alguns grupos, o valor de “f” é extremamente elevado, como quando aplicado à pergunta “Essa pessoa fala bem?”. Para verificarmos essas diferenças, procederemos a uma análise mais refinada, mais específica, para cada uma das variáveis avaliadas.

A primeira pergunta avaliada foi sobre a faixa etária do falante (*Você acha que esta pessoa está em que faixa etária?*). Apresentamos na Tabela 31 os valores dos testes da análise dessa variável.

Tabela 31- Distribuição de respostas e valores de significância do test qui-quadrado e anova referente à pergunta *Você acha que esta pessoa está em que faixa etária?*

Faixa Etária	Fundamental		Médio		Superior		Total
	Tu	Você	Tu	Você	Tu	Você	
	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	
Na adolescência	0	2	4	3	1	1	11
20 e poucos anos	2	0	1	1	0	1	5
Por volta de 30 anos	3	3	0	0	2	2	10
Por volta de 40 anos	0	0	1	0	0	3	4
Por volta de 50 anos	0	0	0	0	0	0	0
Total	5	5	6	4	3	7	30
Média do grupo	2,40		1,50		2,80		
Significância	0,020						

Fonte: elaborado pela autora.

A análise mostra haver uma concentração de respostas nos fatores “na adolescência” e “por volta de 30 anos”. Esse é fato curioso, já que, nos trechos analisados, o perfil dos sujeitos é o de quem pertence a diferentes faixa etárias.

Os resultados da Tabela 31 parecem apontar para a existência de uma convergência na avaliação dos ouvintes com Nível Fundamental e Médio de ensino, atribuindo o uso de *tu* e de *você* aos sujeitos das três faixas etárias mais jovens. Esse comportamento difere do manifestado pelos julgadores com Ensino Superior, que atribuem o uso de *você* aos sujeitos de faixas etárias de meia-idade entre 30 e 40 anos. Nesta análise, o valor da significância é menor que 0,05, o que significa haver diferenças entre as médias dos grupos; se existir, portanto, alguma diferença entre os grupos não é possível rejeitarmos H_0 , a hipótese inicial.

Para constatar onde ocorrem essas diferenças, aplicamos o teste Post Hoc, cujos resultados estão dispostos na Tabela 32.

Tabela 32- Distribuição dos resultados da aplicação do teste Post Hoc Bonferroni

(I) Escolaridade	(J) Escolaridade	Comparação entre as médias dos grupos (I-J)	Significância
Fundamental	Médio	0,900	0,157
	Superior	-0,400	1,000
Médio	Fundamental	-0,900	0,157
	Superior	-1,300*	0,020
Superior	Fundamental	0,400	1,000
	Médio	1,300*	0,020

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados do teste Post Hoc mostram que a diferença está nas atribuições fornecidas pelos ouvintes com Ensino Médio e Ensino Superior, com um valor de $p= 0,020$, resultado que confirma a análise dos valores, fornecida pela Tabela 31.

Os resultados nos dão evidências claras de que se atribui a forma *você* à faixa etária média (por volta de 40 anos), e também à faixa etária mais jovem, e se atribui a forma *tu* às três faixas etárias mais jovens. Esses resultados convergem com uma tendência revelada no teste de atitudes de atribuição de *você* à dimensão do poder e de *tu* à da solidariedade.

Vejam, agora, os dados da Tabela 33, em que estão expostas as respostas para a pergunta *Você acha que esta pessoa estudou até que série?*

Tabela 33- Distribuição de respostas de valores de significância do test qui-quadrado e anova referente à pergunta *Você acha que esta pessoa estudou até que série?*

	Fundamental		Médio		Superior		Total
	Tu	Você	Tu	Você	Tu	Você	
	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	
Fundamental	0	2	3	0	0	0	5
Médio	4	2	2	4	3	4	19
Superior	1	1	1	0	0	3	6
Total	5	5	6	4	3	7	30
Média do grupo	2,00		1,80		2,30		
Significância	0,191						

Fonte: elaborado pela autora.

A análise da variável escolaridade indica haver convergência na atribuição das respostas dos julgadores com Ensino Fundamental ao uso indiferente de *tu* e de *você*, o que diverge fundamentalmente dos julgadores com Ensino Médio, que parecem atribuir o uso de *tu* ao menor grau de escolaridade: com efeito, atribuem-se 3 de 6 avaliações de *tu* a falantes do Ensino Fundamental. Já a avaliação dos ouvintes com Ensino Superior mostra que a atribuição de *você* está voltada para falantes com o nível de escolaridade mais elevado.

Reportamo-nos, agora aos dados da Tabela 34, em que se expõem as respostas estimuladas para a pergunta *Você acha que esta pessoa pertence à que classe social?*

Tabela 34- Distribuição de respostas e valores de significância do test qui-quadrado e anova referente à pergunta *Você acha que esta pessoa pertence à que classe social?*

Classe social	Fundamental		Médio		Superior		Total
	Tu	Você	Tu	Você	Tu	Você	
	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	
Classe baixa	0	2	3	1	2	2	10
Classe média	5	2	3	3	1	5	19
Classe alta	0	1	0	0	0	0	1
Total	5	5	6	4	3	7	30
Média do grupo	1,90		1,60		1,60		
Significância	0,363						

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados mostram que os avaliadores com Ensino Fundamental não veem diferenças significativas entre os pronomes analisados. Já os julgadores com Ensino Médio atribuem o uso de *você* a falantes de classe média: atribuem-se 3 de 4 casos à classe média e 1, à baixa. O mesmo se dá com o julgamento dos ouvintes com Nível Superior, que atribuem 5 de 7 casos de *você* ao uso de falantes de classe média e 2, a falantes de classe baixa.

Passemos, agora, à análise dos dados dispostos na Tabela 35 em que se analisam as respostas estimuladas para a pergunta *Essa pessoa fala bem?*

Tabela 35- Distribuição de respostas e valores de significância do test qui-quadrado referente à pergunta *Essa pessoa fala bem?*

	Fundamental		Médio		Superior		Total Freq
	Tu	Você	Tu	Você	Tu	Você	
	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	
Sim	3	1	1	3	1	7	16
Não	2	4	5	1	2	0	14
Total	5	5	6	4	3	7	30
Média do grupo	1,60		1,60		1,20		
Significância	0,125						

Fonte: elaborado pela autora.

Os valores quantitativos mostram que os avaliadores com Ensino Fundamental atribuem valores iguais ao uso de *tu* e *você*, diferentemente dos avaliadores com Ensino Médio e Superior que preferem julgar “falar bem” quando a referência à segunda pessoa se faz com o uso de *você* e “*não falar bem*”, quando a referência se faz mediante o uso de *tu*. Os valores médios de uso de *tu* e de *você* confirmam H0, ou seja, a hipótese de que existe uma identidade entre os julgamentos de uso das formas pronominais, em função dos valores muito próximos para *tu* e *você*. Além disso, os valores de “p”, dos três grupos de participantes, são bem maiores do que 0,05.

Passamos a analisar os resultados da Tabela 36, referente à avaliação da pergunta *Essa forma de uso é adequada?*

Encontramos nos julgamentos dos participantes com Ensino Fundamental um equilíbrio em relação às duas formas pronominais. Os participantes com Ensino Superior preferem julgar mais adequado o uso da forma *você*, contrapondo-se aos

julgamentos dos participantes com Ensino Médio, que avaliam como mais adequados os usos de *tu*.

Tabela 36- Distribuição de respostas e valores de significância do teste qui-quadrado referente à pergunta *Essa forma de uso é adequada?*

	Fundamental		Médio		Superior		Total
	Tu	Você	Tu	Você	Tu	Você	
	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	
Sim	3	2	1	2	2	6	16
Não	2	3	5	2	1	1	14
Total	5	5	6	4	3	7	30
Média do grupo	1,50		1,70		1,20		
Significância	0,081						

Fonte: elaborado pela autora.

Vejamos agora os resultados da Tabela 37, referente ao estímulo *Essa pessoa mora no perímetro urbano?*

Tabela 37- Distribuição de respostas e valores de significância do teste qui-quadrado referente à pergunta *Essa pessoa mora no perímetro urbano?*

	Fundamental		Médio		Superior		Total
	Tu	Você	Tu	Você	Tu	Você	
	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	Freq	
Sim	5	3	3	3	3	6	23
Não	0	2	3	1	0	1	07
Total	5	5	6	4	3	7	30
Média do grupo	1,20		1,40		1,10		
Significância	,293						

Fonte: elaborado pela autora.

No julgamento dessa pergunta, os participantes consideram que o uso indiferente de *tu* e *você* é uma propriedade característica de pessoas que moram no perímetro urbano de Rio Branco; observe-se que, do total de perguntas 'sim/não', para as 30 avaliações, houve 12 respostas afirmativas para *você* e 4 negativas. O uso de *tu* computa 11 respostas afirmativas e 3 negativas.

Para testar com mais acuidade o nível de consciência dos falantes, aplicamos testes de insegurança linguística, como proposto por Labov (2008 [1972]). Nesse texto, Labov (2008 [1972], p. 251) defende que toda comunidade conta com falantes

mais conscientes do que outros das formas de uso da língua no contexto social e que mostram um comportamento mais influenciado por padrões externos de excelência normativa. Por isso, esses falantes exibem uma alternância maior do que os que não são capazes de identificarem claramente tais padrões. Para os testes, incluímos no questionário II duas perguntas inquirindo o participante sobre qual dentre as duas formas é a correta e, em seguida, qual delas ele mesmo usa de fato. De acordo com Labov (2008 [1972]), o número total de itens em que as duas respostas diferem forma um grau considerável de insegurança linguística. A Tabela 38 exibe medidas gerais de insegurança linguística.

Tabela 38- Distribuição dos valores gerais dos testes de Insegurança linguística

		Escolaridade		
		Fund.	Médio	Superior
		Freq	Freq	Freq
Qual é mais adequada para você?	Você qué(r) um sorvete?	8	8	10
	Tu qué(r) um sorvete?	2	2	00
Qual você usa mais?	Você qué(r) um sorvete?	5	5	09
	Tu qué(r) um sorvete?	5	5	01

Fonte: elaborado pela autora.

Aplicamos inicialmente o teste Anova, para testar as hipóteses iniciais. A pergunta “Qual das duas perguntas é mais adequada pra você?” produziu um valor da significância de 0,262 e a segunda, “Qual das duas perguntas você usa mais?” produziu um valor de significância de 0,150. Como os valores de “p” para as duas questões são maiores que 0.05, é possível concluir que as variâncias são homogêneas.

Os valores da Tabela 38 permitem constatar a existência de uma similaridade nos resultados qualitativos na avaliação dos participantes com Ensino Médio e com Ensino Fundamental. O julgamento da pergunta 1 forneceu os mesmos resultados para as duas opções: 8 de 10 informantes julgaram adequada a opção com *você* e apenas 2 participantes consideraram adequada a opção com *tu*.

No julgamento da pergunta 2, as respostas dos avaliadores com Ensino Médio e Fundamental apresentam resultados idênticos para o uso de *você* e *tu*: 5 de 10 informantes julgaram *você* como a forma mais usada e 5, *tu*. De qualquer modo, essa discrepância entre adequação e julgamento do que usa de fato mostra certo

grau de insegurança linguística dos participantes com Ensino Fundamental e Médio. Essa insegurança, própria dos falantes em fase de aquisição, tem certamente algo a ver com o fato de que é *você* a forma mais prestigiosa especialmente em virtude de ser empregada em situações formais, restando a *tu* certo grau de prestígio encoberto, na medida em que seu uso predomina nas relações mais familiares.

Os participantes com Ensino Superior, por seu lado, julgam, na resposta à questão 1, que o uso do *você* é mais adequado que o de *tu*. Na resposta a *que forma usam mais* apenas 1 de 10 participantes marca a forma *tu*. Os valores de frequência mostram, portanto, uma convergência entre adequação e uso de fato no que concerne ao julgamento dos participantes com Ensino Superior.

Os resultados dessa análise deixam claro que, na consciência dos avaliadores com Ensino Superior, o uso do pronome *você* está marcado por relações de poder, o que é perfeitamente compatível com outros resultados do teste de atitudes em que se julga que se atribui o pronome *você* ao uso de falantes com nível mais elevado de escolaridade e *tu*, aos falantes com grau mais baixo de escolaridade. Nesse caso, o pronome *você* se identifica com o uso da classe média e *tu* com o da classe baixa; o valor simbólico dessa identificação é o de que usar *você* denota “falar bem”, “falar adequado”, diferentemente de usar *tu*. Em contrapartida, os julgamentos fornecidos pelos avaliadores com Ensino Fundamental e Médio, no geral, não atribuem valores de poder a nenhuma das formas pronominais estudadas, o que representa certo equilíbrio entre as respostas.

Fazendo um pequeno balanço da análise fornecida neste capítulo, de um modo geral, os testes de atitude e de crenças mostram certa consistência na atribuição de prestígio a *você*, especialmente pelos informantes que estão no topo da escala de escolaridade. O comportamento mais errático dos julgadores com Ensino Fundamental e Médio, associado ao grau relativamente baixo de compatibilidade para a relação entre adequação e uso, pode estar vinculado ao fato de que o uso de *tu*, em que pese seu baixo grau de prestígio no eixo do poder, tem apreciação garantida quando o eixo envolvido é o da solidariedade. Essa diferença mostra uma correlação muito significativa entre a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva da variável, já que, nas situações em que predominam relações interpessoais de solidariedade é o uso de *tu* que prevalece.

Além disso, os testes de crenças serviram a esta causa para mostrar também que julgadores na faixa média da escala de escolaridade tendem ora para convergir

com os da faixa inferior, ora com os da faixa superior; servem para demonstrar também que, em termos de (in)segurança linguística, são os informantes com Ensino Superior que mostram resultados mais compatíveis para a relação entre adequação e uso, justamente o que estão mais próximos de atingir o estágio do padrão consistente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora é tempo de um balanço geral do estudo realizado. Para começar, lembramos que o objetivo da pesquisa se centrou na análise da variação no modo de tratar a segunda pessoa do discurso, o que nos levou a estabelecer como variáveis dependentes os pronomes *tu* e *você*, circunscritos, no entanto, à função de sujeito.

Conforme já discutido, a alternância entre os pronomes *tu* e *você* já foi abordada por vários pesquisadores de diferentes perspectivas linguísticas (MENON, 2000; CORRÊA, 2002; LORENGIAN-PENKAL, 2004; LUCCA, 2005; DIAS, 2007; LOPES, 2007; ANDRADE, 2010; FRANCESCHINI, 2011, SCHERRE et al., 2015). É com base nos resultados desses pesquisadores que selecionamos as variáveis independentes e as hipóteses em relação a variável *tu* e *você* na variedade rio-branquense.

A análise do fenômeno em estudo partiu, inicialmente, da formulação de algumas hipóteses e perguntas de pesquisa que nos parecem relevantes retomar e responder neste balanço geral.

Considerando que essas formas servem à referência dêitica da pessoa não subjetiva (BENVENISTE, 1976), um aspecto relevante desta análise implicou a verificação do comportamento da variação em relação à natureza da referência, se determinada ou indeterminada. Ao tratar desse aspecto, configurado como um domínio relevante do fenômeno variável investigado, a indagação principal foi se a seleção entre *tu* e *você* consistiria num caso de variação, de escolha funcional ou, ao mesmo tempo, de variação e de escolha funcional.

Em termos gerais, pode-se afirmar que, se “na língua, variantes podem estar em competição, no sentido de que ora pode ocorrer uma, ora pode ocorrer outra” (NARO, 2003), os falantes de Rio Branco são marcados por exibirem forte concorrência entre *tu* e *você*, mas que aponta para a expressiva predominância de *você* na referência determinada, única situação em que as variantes *tu* e *você* consistem realmente em diferentes formas de dizer a mesma coisa, no mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade.

Comparando os nossos resultados com os resultados das pesquisas anteriores, encontramos uma divergência de usos dessas formas pronominais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, ora sendo *tu* a forma mais usada, ora sendo

você. O certo é que a forma pronominal *tu* não está em desuso no Português falado em Rio Branco e tampouco no Português falado no Brasil, haja vista a extensa literatura já discutida sobre esse fenômeno variável.

Uma das hipóteses mais relevantes entre as levantadas aqui afirma que a alternância entre *tu* e *você* só é uma variável no sentido clássico do termo na referência determinada, em que a deixis pessoal está envolvida; quando se consideram, no entanto, os dados da referência indeterminada, a preferência massiva por *você* aponta para um caso de escolha funcional.

A análise estatística das variáveis linguísticas e sociais que projetamos para o estudo da variável em foco, mediante o uso do programa GoldVarb X, fez uma seleção dos grupos de fatores mais relevantes e a natureza da referência foi considerada, de pronto, uma variável independente significativa.

Essa hipótese de fato se confirmou nos resultados da rodada que incluiu os dois tipos de referência, tendo a forma *você* uma tendência a especializar-se no uso indeterminado, ao menos em função, não de resultados quantitativamente categóricos, mas de resultados quantitativamente majoritários em relação ao grau de incidência de *tu* no mesmo tipo de referência.

A análise dos contextos de referência determinada e indeterminada permitiu-nos notar que o falante rio-branquense faz distinção de uso das formas pronominais *tu* e *você* nos dois contextos de referência. Os pronomes *tu* e *você* são usados tanto para referenciar uma entidade única, representada como segunda pessoa do discurso, quanto para referenciar um conjunto de entidades tomadas como genéricas. Na referência determinada, usam-se indiferentemente as duas formas em variação para referir-se ao interlocutor.

No contexto de referência indeterminada o falante rio-branquense utiliza em seus discursos diferentes valores semânticos para o uso de *você* e de *tu*. Encontra-se nesse contexto o uso da forma *você* podendo substituir “uma pessoa, seja ela qual for”, o que significa que, morfossintaticamente, a posição pode ser preenchida por *você*, *tu* e *a gente*. Já o pronome *tu*, quando usado na referência indeterminada, não poderia ser substituído por *a gente*, já que nem sempre exclui o falante.

É necessário destacar que, independentemente da natureza indeterminada da referência, *você* tem incidência bem mais elevada que *tu*, indicando que a alternância entre *tu* e *você* é, ao mesmo tempo, uma variável no sentido clássico do termo, e também uma variável dependente de uma escolha funcional. Nesse

segundo caso, a variação reflete, na realidade, uma escolha do falante, determinada por seus propósitos comunicativos no processo de interação em que se acha engajado, como defende Lavandera (1984): como, no discurso, cada construção sintática dispõe de um significado definido, a noção de valor de verdade acaba se revestindo de um caráter arbitrário, sem muita relação com os fatos da língua em uso no contexto social, quando se olha para a natureza da referência.

Ao executar um ato locutório o falante põe em prática sua competência gramatical, como postulam os gerativistas, mas ao perfazer também um ato ilocutório, o falante põe em prática sua competência comunicativa, que está diretamente motivada pelos aspectos linguísticos, sociais e discursivos que envolvem o contexto de uso. O uso da competência comunicativa se baseia no postulado de que os significados não são valores prontos e acabados, mas são criados e recriados pelo sujeito falante em cada situação de interação.

No contexto de referência determinada, a análise quantitativa do Goldvarb X, para todos os grupos de fatores programados, selecionou a origem geográfica da mãe como a única variável independente a influenciar mais decisivamente o uso das formas pronominais *tu* e *você* na variedade rio-branquense, excluindo os demais grupos de fatores externos, ou seja, sexo, origem geográfica do pai e natureza do discurso, e também todos os internos. Essa seleção tão drástica sinaliza que a variável não tem significado social vinculado, nem significado gramatical, por ser mais um processo estável na variedade de Rio Branco. Mesmo assim, vamo-nos reportar agora ao conjunto de hipóteses levantadas.

A variação entre *tu* e *você*, independentemente da natureza da referência, permitiu confirmar a hipótese geral de que a variedade rio-branquense consiste num subsistema **você/tu sem possibilidade de concordância**, conforme proposta de Scherre et al. (2015). A forma *você* ainda varia com as formas reduzidas *cê* e *ocê*, mas essa alternância não é obstáculo para o favorecimento do uso de *você* na variedade rio-branquense, dado que confirma o resultado de outras pesquisas sobre o mesmo fenômeno.

Uma das hipóteses, de caráter sociohistórico, afirma haver uma alternância entre os pronomes *tu* e *você* no falar acreano, sendo a forma *tu* mais empregada que *você* em virtude da migração nordestina para o Acre durante o surto da borracha.

Como vimos na análise mais específica das relações entre a variável dependente e o grupo de fatores origem do pai, origem da mãe e idade dos informantes, essa hipótese acabou não se confirmando categoricamente, especialmente porque, independentemente da natureza da referência envolvida, *você* é a forma preferida na variedade rio-branquense. Observa-se que são os falantes rio-branquenses com pais de origem nordestina que favorecem o uso do pronome *você* e não de *tu*, conforme esperávamos. Esse resultado confirma os resultados apresentados nas pesquisas anteriores, inclusive a do ALiB, que mostram que, na maior parte das regiões do nordeste, a forma pronominal mais frequente é o pronome *você*

Diante desses resultados, talvez o nordestino, no início da colonização usasse o pronome *tu* com maior frequência que *você*, como previa nossa hipótese inicial, já que, de acordo com os resultados do ALiB, o Nordeste é uma das regiões do Brasil em que mais se encontra o uso dessa forma pronominal. Assim sendo, como os primeiros imigrantes nordestinos chegaram ao Acre, mais precisamente no Vale do Rio Acre, região de Rio Branco, no século XIX, por volta de 1878, talvez no discurso desses imigrantes predominasse o pronome *tu*. Reforça essa dedução o fato de as pesquisas diacrônicas revelarem que, até o século XIX, predominava no PB o uso do pronome *tu*. É somente nas décadas de 20 e 30 do século XX que o pronome *você* passa a alternar com *tu*, tornando-se, em algumas variedades, como a do Sudeste, o uso exclusivo de referência ao interlocutor.

Vale lembrar, a esse respeito, que os dados revelaram que a origem acreana do pai e da mãe do informante favorece discretamente *tu*, e não *você*, cujo uso é mais favorecido pela origem nordestina do pai e da mãe. Se for possível, ao menos especulativamente, considerar que “acreano”, quando atribuído aos pais dos informantes, represente já a terceira geração de descendentes de migrantes nordestinos, é possível confirmar, muito hipoteticamente, que essa influência acreana sinalize na realidade a origem nordestina mais antiga dos pais, que mais tardiamente passa a apontar para a escolha de *você*. Portanto, se, por um lado, é difícil simplesmente rejeitar a hipótese inicial de caráter sociohistórico, por outro, é também difícil confirmá-la definitivamente, já que não temos evidências de que esses pais acreanos tenham de fato descendência nordestina, especialmente a cearense.

Por outro lado, quando vistas sob a perspectiva mais gramatical, as relações da variante *tu* com concordância verbal de 3ª pessoa mostram que, sob nenhum critério, a escolha recaindo sobre *tu* na posição de sujeito ativa automaticamente concordância de 2ª pessoa na forma verbal. Esse dado reforça a confirmação da hipótese de Scherre et al. (2015) de que predomina no Acre o subsistema **você/tu sem possibilidade de concordância**.

Com respeito à expressão ‘tu sem possibilidade de concordância’, já mencionada na introdução, vejamos como essa questão pode ser tratada neste espaço em que retomamos as principais conclusões do trabalho.

Com base em Roorick (1994), Lopes e Rumeu (2007) propõem um sistema de traços para a identificação das propriedades formais e semântico-discursivas adquiridas e perdidas das formas nominais *gente* e *vossa mercê* até originar as formas *a gente* e *você*. Roorick (1994 apud LOPES; RUMEU, 2007) estabelece que, para cada traço, há determinado valor, que pode por sua vez, ser positivo [+ X] ou negativo [- X], ausente ou não especificado, ou receber uma atribuição específica do tipo [pessoa: 1ª].

Dois tipos de traços são subespecificados na visão de Roorick (1994 apud LOPES; RUMEU, 2007): os traços variáveis [α -traço] e os não variáveis [φ -traço]. Os traços variáveis não têm um valor intrínseco, devendo essa notação ser entendida como a possibilidade de um item poder assumir valores [+/-], sendo, portanto, morfologicamente subespecificados.

Já os traços subespecificados não variáveis, [φ -traço], são considerados neutros, pois são destituídos de valor positivo ou negativo, marcando simplesmente a ausência de um valor específico. Isso significa que, para um sistema de traços, um dado traço tem uma especificação sem um valor definido. Argumenta Roorick (1994 apud LOPES; RUMEU, 2007) que os valores *default* podem ser representados como um [φ -traço], que é o caso do masculino e do singular, por terem uma interpretação genérica, ou poderem ser interpretados, por um lado, seja como masculino seja como feminino e, por outro, seja como singular seja como plural. Codifica-se a chamada terceira pessoa, situada fora do eixo dialógico, a “não pessoa” de Benveniste (1976 [1963]), como [φ eu], codificando-se [+eu] para a 1ª pessoa e [-eu] para a 2ª pessoa.

Com base nessas considerações teóricas, Carvalho (2017) e Lopes e Rumeu (2007) propõem um quadro do atual sistema pronominal, atribuindo os seguintes

traços formais e semântico-discursivos ao pronome *tu*: quanto à gênero, o traço formal [ϕfem] e o traço semântico-discursivo [α FEM]; quanto a número, o traço formal [-pl] e o traço semântico-discursivo [-PL]; quanto à pessoa, o traço formal [-eu] e o traço semântico-discursivo [-EU]. A marcação de gênero como α-traço tem a ver com o fato de que o feminino é contextualmente marcado (*Tu estás adoentada/o*).

Que lições é possível tirar, para os propósitos desta tese, desse quadro classificatório? Do mesmo modo que a terceira pessoa é assim subespecificada com um valor *default*, a lição que se pode tirar sobre o pronome *tu* na variedade rio-branquense é a de que ele mantém a especificação formal de 2ª pessoa [-eu] e a especificação semântico-discursiva [-EU]; todavia, quando o pronome ativar concordância com o verbo, esse traço pode ser subespecificado na sintaxe, de modo que a concordância no verbo seja a não marcada, que é a de 3ª pessoa, ou seja, o traço que a forma ativa na sintaxe é a subespecificação [ϕeu], típica de uma terceira pessoa. É desse modo que entendemos aqui a expressão “tu sem possibilidade de concordância”;

Em função dessa subespecificação na sintaxe, que ativa ausência de concordância de 3ª pessoa no verbo com o pronome *tu* como sujeito, e em função do pronome *você* preservar a concordância típica de 3ª pessoa das “formas de tratamento”, de que *você* era um membro antes de se gramaticalizar como pronome pessoal, os dados tendem ao preenchimento da posição de sujeito, dando suporte ao caráter não pro-drop do português brasileiro, já atestado na literatura (DUARTE, 1993; COSTA, 2003; PAREDES DA SILVA, 2003). Os resultados derivados desta investigação da variedade acreana de Rio Branco apenas reforçam a ideia de estar o português brasileiro em fase de transição de língua marcada para não marcada em relação ao parâmetro pro-drop.

Como de fato se confirmou que a natureza indeterminada da referência favorece parcialmente o pronome *você*, considerou-se a hipótese de que, preservando-se apenas os dados de referência determinada, haveria uma distribuição entre as duas variantes apontando para um comprometimento maior de *tu* com a familiaridade das relações interpessoais e um comprometimento maior de *você* com a formalidade das relações interpessoais.

Quando se olha apenas para o tipo de discurso, os resultados mostram que o contexto de discurso reportado favorece o uso do pronome *tu* e o de discursos diretos o uso de *você*. Parece haver na variedade de Rio Branco uma relação em

que *tu* é favorecida por discurso direto e reportado por terceiros, o que comprova a baixa significação do tipo de discurso na seleção da forma pronominal.

Para persistir um pouco nos valores funcionais, identificamos, todavia, alguns casos, quantitativamente não representativos, mas qualitativamente sim, de enunciados contendo discursos reportados, um contexto favorecedor para o estabelecimento de diferentes relações de papel entre os interlocutores envolvidos.

A análise dos resultados relativos ao contexto de discurso reportado permite constatar que o uso dos pronomes *tu* e *você* está relacionado ao modo como o falante se adapta à situação de interação, mediante um favorecimento muito maior, mas também não categórico, de *tu* nas relações socialmente simétricas em que o discurso é também informal. Esse favorecimento é um indício da preservação de valores de distância e formalidade para o uso de *você* e de familiaridade e informalidade para o uso de *tu*, em confirmação à hipótese de que o uso das formas *tu* e *você* na referência determinada representaria distinções de formalidade ou familiaridade da situação discursiva.

O contexto de discurso reportado inclui três tipos de situações: familiar, escolar e profissional. A situação familiar mostra haver evidências de que, quanto mais íntimas forem as relações entre os indivíduos, tanto maior o favorecimento do pronome *tu*, especialmente nas relações simétricas entre irmãos.

Na situação escolar, predomina a forma *você*, e na situação profissional, em que as relações pessoais majoritárias são assimétricas, as formas *tu* e *você* são dirigidas ao interlocutor em posição inferior e *o(a) senhor(a)* é dirigida ao indivíduo em posição superior, denotando, portanto, relações de poder e não de solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960) entre os interlocutores. Ausentes essas relações de poder, em que predominam relações simétricas, a preferência é pelo uso recíproco de *tu* e *você*.

Pode-se afirmar que esse tipo de comportamento foi detectado por Scherre et al. (2015) e Nunes de Souza e Coelho (2015). No que tange às relações de simetria e assimetria estabelecidas entre remetentes e destinatários, a Amostra Cruz e Sousa, cujos dados foram discutidos por em Nunes de Sousa e Coelho (2015), traz cartas entre noivos, com temática amorosa, e entre amigos, com temática de natureza ora profissional, ora mais pessoal. As relações interpessoais mais íntimas ativam nessas cartas o uso de *tu*, que ainda predomina na variedade de Florianópolis nesse tipo de situação.

Podemos deduzir, portanto, dos dados que separamos da variedade falada em Rio Branco, que tem certa universalidade no português brasileiro, no tocante às variedades que dispõem da alternância *tu* e *você* na referência determinada, o uso de *tu* para situações de mais intimidade e familiaridade entre os interlocutores.

Quanto ao paralelismo formal, formulamos a hipótese de que a primeira forma usada na sequência discursiva condiciona o uso da mesma forma nos contextos de reiteração subsequente. Os dados mostram que o pronome *tu* é favorecido em ocorrências isoladas na referência determinada, e o pronome *você*, nas ocorrências binárias, ternárias e eneárias.

Esses resultados permitem afirmar que as formas de recursividade representam uma significância de grau muito baixo, o que nos leva a deduzir, portanto, uma influência quantitativa e qualitativamente irrelevante do paralelismo formal, já que o uso de *você*, que predomina nos dados em geral, em detrimento de *tu*, predomina também tanto em formas isoladas quanto em contextos de recursividade.

Outra hipótese é de que a forma *tu* é a variante conservadora e a forma *você* é a forma inovadora. A essa distribuição corresponderiam diferenças geracionais e uma distribuição de prestígio e estigma às duas variantes, em que seria possível detectar uma relação diretamente proporcional entre grau de escolaridade e atribuição de prestígio: quanto maior o grau de escolaridade tanto maior o uso da variante de prestígio.

Vinculada a essa hipótese geral, estaria a de que as mulheres com maior grau de escolaridade favoreceriam potencialmente o uso da forma de prestígio. Por fim, por ser a variante *tu* a forma conservadora, é ela que seria empregada com maior frequência pelos informantes de idade mais elevada, e a variante *você* seria empregada com maior frequência por jovens e adolescentes.

Os resultados da análise do grupo de fatores sexo/gênero indicam que nossa hipótese se confirma, ao menos parcialmente, já que a variável considerada como presumivelmente provida de menor grau de prestígio, já que circunscrita às relações interpessoais simétricas, *tu*, é favorecida na referência determinada pelas mulheres; em contraposição, os homens favorecem o uso de *você*. De qualquer modo, indiferentemente às diferenças de sexo/gênero, emprega-se com maior frequência a forma inovadora *você*. Nesse caso, não é possível ainda fazer deduções sobre

estigma e prestígio, embora em geral as mulheres mostrem tendência mais acentuada pelo uso da forma de prestígio.

Os resultados referentes à variável faixa etária apontam para o fato de que a forma pronominal mais frequente no falar rio-branquense é a forma potencialmente inovadora, no caso, o pronome *você*. Os resultados não confirmam uma correlação precisa entre o pronome *tu* e faixas etárias mais elevadas, por um lado, e, por outro, uma correlação precisa entre o pronome *você* e faixas etárias mais jovens. Esses resultados não permitem deduzir o desenvolvimento de um possível processo de mudança em curso, no uso das formas pronominais de 2ª pessoa do discurso, na variedade rio-branquense.

Por seu lado, os resultados da análise da relação entre a variável dependente e a escolaridade permitem constatar que a forma pronominal *você* é privilegiada por informantes de todos os níveis de escolaridade, mas apenas em termos de frequência percentual. Um olhar para os resultados traduzidos por pesos relativos aponta para uma espécie de distribuição complementar entre os três agrupamentos de informantes: estar no Ensino Fundamental favorece o uso de *tu* e estar no Ensino Médio e Superior favorece o uso de *você*. Esse resultado parece indicar que o uso de *você* tem maior grau de prestígio quando empregado em situações formais, seja elas simétricas seja assimétricas.

Em que pese o baixo grau de relevância dos dados, sempre próximos do ponto médio, é, assim mesmo, possível deduzir que a seleção de *tu* representaria o uso conservador. É, contudo, difícil imaginar, com base nesses resultados, por que razão os informantes de Nível Fundamental estariam dando maior preferência à forma *tu* e os de Ensino Médio e Superior, ao uso de *você*. O máximo que se pode deduzir desses resultados é que eles confirmam nossa hipótese inicial de que a forma inovadora *você* é também a de maior grau de prestígio, por ter seu uso favorecido pelos informantes com grau mais elevado de escolaridade, e não a forma *tu*.

Esses resultados parecem confirmar os obtidos pelo cruzamento da variável dependente com sexo/gênero: a preferência de falantes com ensino superior pela forma *você* em detrimento de *tu* mostra claramente que a primeira tem maior grau de prestígio na comunidade. A forma pronominal *tu*, como forma conservadora, poderia ser (e talvez tenha sido) considerada a forma prestigiosa e a forma *você*, a variante inovadora, a forma estigmatizada. Indício dessa relação vê-se no fato de a maior

parte das gramáticas tradicionais até hoje não considerarem a forma *você* como pronome de segunda pessoa do discurso, relegando-a ao paradigma das formas de tratamento.

Em função da dificuldade de detectar valores de prestígio e estigmatização com base na norma objetiva que se identificaria na análise dos dados de fala da amostra, aplicamos testes de atitude, cujos resultados, discutidos no capítulo 6, permitiram chegar às seguintes conclusões: i) os resultados baseados na dimensão do poder apontaram para um valor de prestígio atribuído ao pronome *você*, que se origina dos julgadores de grau superior de escolaridade; ii) os atributos da dimensão de solidariedade apontam para uma aceitação maior de todos os grupos de avaliadores por *tu*;

As relações entre (i) e (ii) permitem, finalmente, deduzir (iii) que o exame da variável na dimensão subjetiva mostra compatibilidade de resultados com exame da variável na dimensão objetiva. Com efeito, são os informantes com Ensino Superior, justamente os que mais se conformam com os valores normativos em razão dos anos de escolaridade, que dão maior preferência por *você* na dimensão do poder. Por outro lado, esses resultados se diluem entre julgadores dos três níveis de escolaridade, quando os atributos examinados se enfeixam na dimensão da solidariedade, em que a preferência aponta para *tu*. Esse favorecimento não deixa, portanto, de estar vinculado ao fato de que é nas relações socialmente simétricas de papel e nos discursos mais familiares que *tu* prevalece, quando olhamos para a análise da dimensão objetiva da variável.

O teste de crenças mostrou certo grau de compatibilidade com o de atitudes, especialmente por ter mostrado que julgadores na faixa média da escala de escolaridade tendem ora para convergir com os da faixa de baixo, com Ensino Fundamental, ora com os da faixa de cima, com Ensino Superior. Correlacionado a esse tipo de comportamento, o teste de crenças demonstrou também que, em termos de (in)segurança linguística, são os informantes com Ensino Superior que mostram resultados mais compatíveis para a relação entre adequação e uso, o que não é apanágio dos julgadores com Ensino Fundamental e Médio.

Para concluir, podemos afirmar que os resultados quantitativos aqui discutidos são sempre filtrados pelo crivo crítico do próprio pesquisador, que os vê de uma dimensão mais qualitativa. Por isso, podemos afirmar também que o que

trazemos aqui são certezas obtidas no fio de arame, em que se pendura uma equilibrista.

De um ponto de vista metodológico, uma única certeza este trabalho produz, a de que estudar uma língua é aplicar o Paradoxo Cumulativo, como afirma Labov (2008, p. 236), segundo o qual quanto mais se conhece de uma língua, mais é possível descobrir a respeito dela. Em que pesem todos os problemas enfrentados no desenvolvimento desta investigação, de resto, próprio da pesquisa científica, é um fato não sujeito a controvérsia que os resultados aqui discutidos ampliaram o nosso entendimento do uso das formas pronominais *tu* e *você* na variedade falada em Rio Branco e sobre o uso variável delas para a comunidade falante do português brasileiro em geral, na medida em que foi possível construirmos com este trabalho um degrau a mais na escada que fornece, do alto, um panorama da variação pronominal no português brasileiro.

Temos consciência de que este estudo da variedade acreana de Rio Branco é apenas mais uma ponta do *iceberg*, que é como se caracteriza a construção de um mapeamento sociolinguístico do português brasileiro. Temos também convicção plena de que todos os objetivos proposto na pesquisa foram cumpridos, especialmente, se considerarmos a contribuição significativa que nossos resultados possam ter trazido para os estudos sociolinguísticos em geral, em especial para os que envolvem o sistema pronominal do português falado no Brasil. Oxalá essa avaliação positiva de nossa própria lavra seja também a de nosso leitor.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. de A. Crenças e atitudes linguísticas: quem fala a língua brasileira?. In: Roncarati, Cláudia; Abraçado, Jussara. (Org.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. 1. ed. Niterói: Editora Federal Fluminense, 2008.
- ALKMIM, Tânia Maria. *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. Sociolinguística. v. 1. São Paulo: Cortes, 2001.
- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: Parte I. In: MUSSALIN, F; BETES, A. C. *Introdução à linguística: Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2012. P. 23-50.
- AMARAL, A. *O Dialeto Caipira*. São Paulo: Editora Anhembi, 1976.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: parábola editora, 2012.
- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso. Por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p.123.(Título original, 1929).
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucema, 2004.
- BENTIVOGLIO, P. *A variação nos estudos sintáticos*. Estudos Linguísticos (Anais de seminário do GEL). V. 14, Campinas, p. 7- 29, 1987.
- BENVENISTE, È. *Problemas de linguística geral*. Tradução de M. de G. Novak e L. Levi; revisão de I. N. Salum. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1976 [1963].
- BENVENISTE, È. Estrutura da Língua e Estrutura da Sociedade. In: *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo, Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1989 [1968].
- BEZERRA, M. A. Uso de tu/você em interações infantis. *Revista Letras*. Campinas (SP): PUECAMP, n. 13 (1/2), p. 96-118, dez., 1994.
- BORGES NETO, José. Fundamentos da semântica formal. 1998.
- BRIGHT, W. As dimensões da Sociolinguística. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. H.(Orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 17-24.
- BROWN, R.; FORD, M. Address in American English. In: HYMES, D. (ed.) *Language in culture and society*. New York: Harper e Row, 1964, p. 234-244.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. (ed.), *Style in Language*. Cambridge: MIT Press, 1960, p. 253-276.

- CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología hoy: Concepciones, tendencias y aplicaciones*. Ciência da informação. V. 24, n. 3, 1995.
- CALVET, L. –J. Saussure: pró e contra. *Para uma linguística social*. Trad. M. E. Salum. São Paulo. Cultrix, 1977.
- CAMACHO, R. G. O formal e o funcional na teoria variacionista. In: RONCARATI, C; ABRAÇADO, J (Orgs). *Português Brasileiro: Contatos linguísticos, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003, p. 55-65.
- CAMACHO, R. G. Sociolinguística- Parte II (texto revisto e aumentado) In: *Introdução à Linguística* (vol. 1: Domínios e Fronteiras) - 9ª edição revista. São Paulo: Cortez Editora, 2012, v.1, p. 51-83.
- CAMACHO, R. G. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: parábola, 2013.
- CAMACHO, R. G. *Formas de tratamento numa história em quadrinhos*. Revista (Con) Textos Linguísticos (UFES). v.9, p.162 - 181, 2015.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. 1972^a. *Princípios de linguística geral*. [1941]. 4. ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Brasil: editora Vozes, 1978.
- CARDOSO, Suzana Aline Marcelino da Silva; ... [et al.]. Atlas Linguístico do Brasil. Londrina: Eduel, 2014. 2v.: p.368.
- CARNEIRO, Eduardo de Araújo. *A fundação do Acre: Uma história revisada*. Rio Branco: EAC Editor, 2015, 116p.: il.
- CARNEIRO, Honorina Maria Simões. *As formas de tratamento tu/você no português falado ludovicense*. 2011, 204f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciência e Letras- UNESP, São Paulo, Araraquara, 2011.
- CARVALHO, D. Uma proposta de estrutura interna para os pronomes pessoais no português brasileiro. *Signótica*, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 455-481, jul./dez. 2017.
- CASTINHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAMBERS, J. K. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 1995, p. 272- 293.
- CHOMSKY, N. *Syntactic e strutures*. Mouton: The Hague, 1957.
- CINTRA, Luís F. Lindley. *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa: ensaios*. Lisboa, Belo Horizonte, 1972.

COELHO, I. L.; VIEIRA-PINTO, C. A. O encaixamento da mudança sintática em cartas pessoais de Santa Catarina: ordem do sujeito e objeto direto anafórico. *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos*, v. 22, p. 114-133, 2018.

CORRÊA, Érika Rogéria Rola. *A referência vaga e a referência indeterminada dos pronomes pessoais*. 2002. 98f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciência e Letras-UNESP, São Paulo, Araraquara, 2002.

COSTA, Lairton Barbosa da. *Variação dos pronomes “tu”/“você” nas Capitais de Norte*. 2013, 94f. Dissertação (Mestrado em linguística)- Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Paraná, Belém, 2013.

COSTA, S. O sujeito usado por crianças e adolescentes de Florianópolis: um estudo da ordem e do preenchimento. Dissertação. Florianópolis: UFSC, 2003.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CYRANKA, L. F. M. *Atitudes Linguísticas de alunos de escolas públicas de Juíz de Fora- MG*. 2007, 178f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DAVIS, K. *A sociedade humana*. São Paulo: Fundo de Cutura, 1964.

DIAS, Edilene Patrícia. *O uso do tu no português brasileiro falado*. 2007, 114f. Dissertação (Mestrado em linguística)- Programa de Pós- Graduação em Linguística, Português e língua Clássicas - Instituto de Letras da Universidade de Brasília- UNB, Brasília, 2007.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: I. Roberts, M. A. Kato (Orgs.). *Português Brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

FARACO, C. A. *Linguística histórica*. Uma introdução aos estudos da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005.

FARACO, C. A. O Tratamento de “você” em português: uma abordagem histórica. *LaborHistórico*, Rio Janeiro, v. 3, n.2, p.114-132, jul./dez. 2017.

FISHMAN, J. A. *Biligualism in the barrio*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1971.

FISHMAN, J. A. A sociologia da linguagem. In: Fonseca, M. S. V.; Neves, M. F. (Org.). *Sociolinguística*. Rio de janeiro: Eldorado, 1974, p. 29. (Título original, 1972).

FRANCESCHINI, Lucelene Teresinha. *Variação pronominal nós/a gente e tu/você em Concórdia – SC*. 2011, 253f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná- UFP, Curitiba, 2011.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GOFFMAN, E. *The nature of deference and demeanor*. *American Anthropologist*, n. 58, 1956, p. 473-502

GONÇALVES, S. C. L. *Balanço crítico da Sociolinguística Variacionista no estado de São Paulo e a proposição de uma frente programática de investigação*. 2012. Artigo disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/41/el.2012_v2_t37.ed6.pdf>. Acesso: 23/09/2015.

GORDON, Elizabeth 1997. Sex, speech and stereotypes: why women use prestige speech forms more than men. *Language in Society* 26: 1-14.

GOUVEIA, Carlos A. M. As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu. In Duarte, I. M. Oliveira. *O fascínio da Linguagem*. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2008, p. 91-100.

GUY, G.; ZILLES. A. *Sociolinguística quantitativa. Instrumental de análise*. São Paulo, Parábola, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HEAD, B. F. Social factors in the use of pronouns for the addressee in Brazilian Portuguese. In: SCHMIDT-RADEFELT, J. (ed), *Readings in Portuguese Linguistic*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1976, p. 289-348.

HYMES, D. The ethnography of speaking. In: Gladwin, T.; Stutervent, W.C. (Orgs). *Anthropology and human behavior*. Washington, D. C.: The Anthropological Society of Washington, 1964. (Título original, 1962).

JAKOBSON, R. *Os articuladores, as categorias verbais e o verbo russo*. 1957 (versão mimeografada).

JAKOBSON, R. *Ensayos de lingüística geral*. Barcelona: Editora Ariel, 1984.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970. P. 123. (Título original, 1960)

JOTA, Zélio dos Santos. *Discionário de Lingística*. 2º ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1981.

KAY, P.; MCDANIEL, Ch. K. On the Logic of Variable Rules. *Language in Society*. V. 8, p.151-87, 1979.

KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L.A. *Processos de referenciação na produção discursiva*. Delta, número especial, v. 14, 1998, p. 169-190.

KOCH, I. G. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 33-52.

LABOV, W. *Language in the Inner City: studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.

LABOV, W. *Contraction, deletion and inherent variability of the English copula*. *Language*, v. 45, p. 715-62, 1969.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola editora, 2008.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Volume III: Cognitive and cultural factors. Oxford: Willey- Blackwell, 2010.

LAMBERT, W. E. et al. Evaluation reaction to spoken language. *Jornal of Abnormal and social psychology*, v. 60, 1960, p. 44- 51.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? In: *Language in societ*. Great Britain, 1978, p. 171-182.

LAVANDEIRA, Beatriz 1975. *Linguistic struture and sociolinguistic conditioning in the use of verbal ending in 'SI' clauses*. University of Pennsylvania Ph. D. dissertation.

LOPES, C. R. S. A indeterminação do Português Arcaico e a pronominalização de nominais: Salvador, 2003.

LOPES, C. R. S. *Vossa Mercê > você e Vuestra Merced >Usted: O percurso evolutivo ibérico*. *Linguística*. Alfa, v. 14, 2003^a.

LOPES, C. R. S. Pronomes pessoais. In: Silvia Figueiredo Brandão e Silvia Rodrigues Vieira (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 103-114.

LOPES, C. R. S.; DUARTE, M. E. L. De vossa mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A.(Org.). *Análise contrastiva de variedade do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-fólio/Facudade de Letras da UFRJ, 2003, p. 61-76.

LOPES, C. R.; RUMEU, M. C. B.; MARCOTULIO, L. L. O tratamento em bilhetes amorosos no início do século XX: do condicionamento estrutural ao sociopragmático.

In: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. S.(Org.). *As formas de tratamento em português e em espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011, p. 315 – 348.

LOPES, C.R.S.; RUMEU, M. C. Brito. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In: CASTILHO, A. T. et alii (orgs.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. 1 ed. São Paulo/Campinas : FAPESP/Pontes Editores, 2007, v.1, p. 419-436.

LORENGIAN- PENKAL, Loreni. 2004. *(Re) análise da referência de segunda pessoa na fala da região sul*. Tese (Doutorado em Letras/ Linguística), Curitiba, UFSC.

LUCCA, Nívia Naves Garcia. 205, 126f. *A variação tu e você na fala brasileira*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós- Graduação em Linguística, Português e Línguas Clássicas - Instituto de Letras da Universidade de Brasília- UNB, Brasília, 2005.

LUFT, C. P. Tratamento depreciativo. *Revista de filologia*, V. III, p. 193-207, 1957.

MARCOTULIO, L. L. *A preservação das faces e construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégia de atenuação da polidez linguística*. 2008. 215f. Dissertação (Mestrado em língua portuguesa) – Programa de Pós- Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MARCOTULIO, L. L. *Língua e história: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2010.

MARTINS, G. F. A alternância “tu/você/senhor” no município de Tefé- estado do Amazonas. Brasília, 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília.

MARTINELLO, Pedro. *A batalha da borracha na segunda guerra mundial*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MENÓN, Odete P. S. O sistema pronominal de português do Brasil. *Letras*, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 44, p. 91-106, 1995.

MENÓN, Odete P. S. Sobre a datação de você, ocê e senhorita. *Fórum Lingüístico*, Florianópolis, v.6, n.1, p. 45-71, jan-jun, 2009.

MENÓN, Odete P. S. Pronomes de segunda pessoa do Sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira. In *Letras de Hoje*. Porto Alegre/RS, v. 35, n.1, p. 121-164, mar, 2000.

MILROY, J.; MILROY, L. Belfast: Change end Variation in na urban vernacular. In TRUDGILL, P. (ed.), *Sociolinguistic Patterns in British English*. Londron: Edward Arnold, 1978, p. 19-36.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs). *Introdução a Sociolinguística Variacionista: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004.

NARO, A. J. O Dinamismo das Línguas. In: MOLLICA, M. C., BRAGA, M. L. (Orgs). *Introdução a Sociolinguística Variacionista. O tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NASCENTES, A. *O tratamento de você no Brasil*. *Boletín de Filología*, v. VIII, p. 307, 14, 1954-1955.

NASCENTES, A. *O tratamento de senhor no Brasil*. *A língua portuguesa*. V. XI, p. 272-88, 1937.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2º edição. São Paulo: editora Unesp, 2011.

NUNES de SOUZA, C. M.; COELHO, I. L.. Caminhos para a investigação da alternância de pronomes de segunda pessoa em Santa Catarina. *LaborHistórico*, v. 1, p. 49-61, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. *O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco*. Os cem anos de andança da população acriana, Belo Horizonte: UFMG, 1982.

OLIVEIRA, M. A. *Algumas notas sobre o conceito de variável linguística e sua dimensão nas descrições gramaticais*. *Boletim da ABRALIN*, v. 8, p. 87-96, 1986.

OLIVEIRA, Sândi M. de. Contribuição para um estudo comparativo de formas de tratamento em Espanha e Portugal. *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura em la Fronteira*. Cárceres: Universidad de Extremadura, 1996, p. 123-139.

PAIVA, M. C; DUARTE, M. E. L. *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra capa livraria, p. 208, 2003.

PAIVA, M. da C. Sexo. In: Mollia, Maria Cecilia. *Introdução à sociolinguística variacionista*. Rio de Janeiro: Cadernos didáticos/UFRJ, 2010, p.69-73.

PAREDES SILVA, V. L. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.) *Português Brasileiro: Contatos lingüísticos, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2003, p. 160 - 169.

PAVEAU, Marie-Ane. *As grades teorias lingüísticas: da gramática comparada á pragmática*. Trad. M. R. Gregolin et al. São Carlos: Clauraluz, 2006.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola editora, 2010.

RANZI, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre*. Rio Branco: Edufac, 2008.

ROMAINE, S. The status of variable rules in sociolinguistic theory. *Journal of Linguistic*. V. 17: 93-119, 1981.

RUMEU, M. C. B. *A variação “tu” e “você” no português brasileiro oitocentista e novecentista: reflexões sobre a categoria social gênero*. Alfa: Revista de linguística, v. 57, p. 545- 576, 2013.

SACCONI, L. A. *Gramática para todos os cursos e concursos: teoria e prática*. 3ª ed. São Paulo: nova geração, 2011.

SAID ALI, M. *Do ‘eu’ e ‘tu’ a ‘majestade’*: tratamentos de familiaridade e reverência. *Revista de Cultura*, n. 129-31, p. 272-88, 1937.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTI, S. A.; SMITH, E.. *Goldvarb X: a multivariate analysis application*. Toronto: Department of Mathematics. 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonti/Goldvarb/GV_index.htm#ref > acesso em março, 2018.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1916.

SANTOS, Armindo dos. *O tratamento por “você” e por “tu” nas relações de parentesco: o exemplo da Beira Baixa*. *Jornal de Letras, Artes e idéias*. Lisboa: Publicações Projornal, ano V, p. 168, 1985.

SCHERRE, M. M. P.; DIAS, E. P.; ANDRADE, C.; MARTINS, G. F. Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 133-172.

SCHERRE, M. M. P.; YACOVERENCO, L. C.; SCARDUA, J. R. *A Alternância tu e você: Cartas Capixabas*. *Revista Confluência- Instituto de Língua Portuguesa*, nº 54. Rio de Janeiro, 2018, p. 9-25.

SETTE, N. D. (1980). *Formas de tratamento no português coloquial*. Dissertação-Mestrado em Linguística. Recife, UFPE, 1980.

SILVA, M. R. *Os pronomes nós e a gente no português falado em Rio Branco Acre*. Dissertação de Mestrado em Letras Linguagem e Identidade; Universidade Federal do Acre- UFAC, 2013.

SOUZA, E. M. *Sujeitos de Referência Arbitraria: uma classe homogênea?* 2013, p. 133. Tese de doutorado (Doutorado em linguística teórica descritiva) - Programa de Pós- Graduação em Estudos linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

TAMANINE, A. M. B. *A alternância nós / a gente no interior de Santa Catarina*. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, F. *Tempos linguísticos*. São Paulo: Ática, 1990.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Brasília: Senado Federal, 2001.

VILLALVA, A. (2003): A face linguística das relações de poder. *Notícias da Amadora*, 27 de Março de 2007. Disponível em: <http://www.noticiasdaamadora.com.pt/nad/artigo.php?aid=1878&coddoss=72>; acesso em 30 de dezembro de 2018.

VILELA, M. A. Q.; KOCH, I.G.V. *Gramática da Língua Portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ZAMPONI, G. Estratégias de construção da referência no gênero de popularização da ciência. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 169-96

BRASIL, IBGE. Censo demográfico, 2017. Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm. Acesso em: 31 de outubro de 2017.

JORNAL, CONTILNET. Disponível em: <https://ContilNetnoticias.com.br>. Acesso em 31/10/2017.